

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Márcia de Oliveira Jesus

**A mulher nas crônicas de José Simão: um estudo da construção
dos *estados de violência***

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

São Paulo

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Márcia de Oliveira Jesus

**A mulher nas crônicas de José Simão: um estudo da construção
dos *estados de violência***

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em Língua Portuguesa pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, sob a
orientação da Prof^ª. Dr^ª. Ana Rosa Ferreira Dias.

São Paulo

2008

BANCA EXAMINADORA

Aos meus pais, Vitor e Hermínia,
pelo constante incentivo e pela
dedicação dispensada à minha
formação pessoal e acadêmica.
Minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o expoente máximo do meu amor, do meu respeito e da minha gratidão. Os que confiam e esperam no Senhor constantemente adquirem novas forças, correm e não se cansam, andam e não se desfalecem. Muito obrigada, Jesus, sábio mestre e orientador fiel de todas as horas. O mérito de mais essa conquista em minha vida é, em primeiro lugar, todo seu. A Ele a glória, a honra, e o louvor desde agora e para todo o sempre.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Ana Rosa Ferreira Dias, meu profundo agradecimento, pela confiança depositada em mim, pelo apoio nas tomadas de decisão, pelas minuciosas leituras, pelas sugestões e pelo incentivo durante a atividade acadêmica.

À Prof^ª. Dr^ª Elisa Guimarães e ao Prof. Dr. Dino Preti, pelas ponderações e contribuições significativas, ofertadas no momento do exame de qualificação.

Aos Professores da Graduação do Curso de Letras da Universidade Mackenzie e aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da PUC, que muito contribuíram para meu desenvolvimento pessoal, profissional e acadêmico.

À minha família, especialmente aos meus queridos pais e irmãos, Vítor e Marcelo, meu sincero e reiterado agradecimento, pela compreensão dispensada durante todas as fases desta pesquisa, pelo apoio e incentivo constantes.

Ao meu tio e amigo, Bernardino, pelo reconfortante apoio a mim oferecido, em um momento especialmente difícil da minha vida.

À minha amiga e companheira de estrada acadêmica, Maísa, por compartilhar as angústias, as alegrias vividas, no decorrer dessa nossa caminhada.

À minha querida “irmã”, amiga e grande incentivadora, Mara, por torcer por mim a cada nova conquista.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa.

A própria expressão “violência contra a mulher” foi assim concebida por ser praticada contra pessoa do sexo feminino, apenas e simplesmente pela sua condição de mulher. Essa expressão significa, a intimidação da mulher pelo homem, que desempenha o papel de seu agressor, seu dominador e seu disciplinador.

(Teles e Melo)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar de que modo a linguagem, nas suas várias manifestações, constitui uma das formas mais expressivas da representação da violência no jornal *Folha de S. Paulo*, uma vez que esse periódico é considerado um dos veículos de informação de maior prestígio e credibilidade do Brasil. Especificamente, nossa pesquisa se dispõe a demonstrar como são construídas, nas crônicas de José Simão, as expressões de violência contra a mulher.

Marcados, principalmente, pelo humor grotesco e deselegante, os textos de Simão abrangem assuntos que vão desde a economia e a política até esportes e entretenimento. Por meio de uma aparente conversa sem rumo, o divertimento postulado pelas crônicas de José Simão parece anular a violência pois, sendo considerado algo “não-sério”, permite que, por meio dele, se faça e diga coisas que fora dele as normas sociais não permitiriam.

Nesse estudo verificou-se que as formas de violência contra as mulheres nas crônicas de José Simão estão arraigadas há muito tempo no seio de nossa sociedade, machista e patriarcal, fazendo-se visíveis, mas também invisíveis, porque escondidas sob formas de leis, racismos, intolerâncias, costumes e tradições. Ao reproduzir velhos estereótipos generalizantes e preconceituosos que dizem respeito ao universo feminino, o autor contribui - e muito - para a disseminação e perpetuação da violência que avilta diariamente as mulheres.

Comprovamos que a imagem da mulher é violentamente hostilizada, tornando-se motivo de depreciação e zombaria. Para o exame do nosso *corpus*, consideramos como categorias de análise a violência consumada contra a mulher, seja pela sua forma física, seja por aspectos culturais e sociais, seja por sua qualidade moral. O *corpus* foi dividido segundo estas três categorias. Em termos lingüísticos, a violência contra as mulheres se fez sentir pela exploração polissêmica ocorrida nas crônicas, não só pela utilização das metáforas e das ironias, mas também pelo uso de termos pejorativos, de trocadilhos, da alteração maliciosa de nomes próprios e de neologismos.

Palavras-chave: mulher, mídia, crônica, humor, estado de violência, discurso, estereótipos.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to analyze how does language, in its different manifestations, constitute one of the utmost expressive ways of violence in the newspaper *Folha de S. Paulo*, being such newspaper considered one of the most prestigious and trustful mass communication in Brazil. Specifically, our survey aims demonstrating how the expressions of violence against women are constructed in José Simão's chronicles.

Marked, mostly, by a grotesque and inelegant humor, Simão's texts embrace issues that cover from economics and politics to sports and entertainment. Through an apparent adrift chat, the amusement postulated by José Simão's chronicles seem to nullify the violence that when considered something "non serious" allows that, through it, one does and says things that outside that context, social rules would not allow.

In this survey one noticed that the violence forms against women in José Simão's chronicles have been rooted for long time in the core of our sexist and patriarchal society, becoming visible, yet also invisible, because hidden under the form of laws, racism, intolerance, habits and traditions. Whilst reproducing old generalizing and prejudiced stereotypes that deal with the female universe, the author contributes - very much - to violence dissemination and perpetuation that abases women on daily basis.

We prove that the woman's image is violently antagonized, turning motif of depreciation and mockery. For the exam of our *corpus*, we consider as analysis categories, the violence consummated against women, either because of her physical form or because of cultural and social aspects, or her moral quality. The *corpus* was divided in accordance with those three categories. In linguistic terms, violence against women can be felt by the poly-semantic exploration expressed in the chronicles, not only using metaphors and ironies, but also using depreciatory terms, ambiguities, malicious change of first names and neologisms.

Key words: woman, media, chronicle, humor, state of violence, speech, stereotypes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA	14
1.1 José Simão em foco: biografia do autor	14
1.1.1 A linguagem de José Simão	17
1.2 O jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	19
1.2.1 Projeto Editorial	22
1.2.2 O mito da objetividade.....	24
1.2.3 Perfil do leitor.....	26
1.2.3.1 Perfil do leitor das crônicas de José Simão.....	27
CAPÍTULO 2 - A CRÔNICA.....	29
2.1 Constituição e o processo de transformação.....	29
2.2 Gênero híbrido por excelência	34
2.3 A crônica como gênero jornalístico	36
2.4 Um gênero tipicamente brasileiro	39
2.5 A crônica de José Simão.....	41
CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA E HUMOR	44
3.1 A propósito do conceito de violência e de sua categorização	44
3.1.1 Violência e linguagem	49
3.1.2 Mídia e Violência	50
3.1.3 Violência contra a mulher.....	53
3.2 A propósito das considerações sobre o humor: a questão do riso.....	57
3.2.1 A carnavalização do riso medieval sob a perspectiva de Bakhtin.....	58
3.2.2 Algumas considerações de Bergson e Propp sobre a comicidade.....	60
3.2.3 Instrumentos lingüísticos da comicidade.....	62
3.3 A violência filtrada pela comicidade.....	65
CAPÍTULO 4 – DISCURSO E ESTEREÓTIPOS	67
4.1 As definições de <i>discurso</i>	67
4.1.1 Considerações sobre a <i>Análise do Discurso</i>	69
4.1.2 Formações discursivas e ideológicas.....	71
4.2 <i>Status</i> e papéis sociais	72
4.3 Estereótipos: definições.....	77
4.3.1 Estereótipos e <i>óculos sociais</i>	80
4.3.2 Estereótipo e preconceito.....	81
4.3.3 Estereótipo e mídia	83

4.3.4 Estereótipos femininos.....	85
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	89
5.1 A violência deflagrada contra a mulher: aspectos morais	90
5.2 A consumação da violência contra a mulher em razão de sua forma física	97
5.3 A materialização da violência contra a mulher em razão de aspectos culturais e sociais	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	128
ANEXOS	134

INTRODUÇÃO

Histórica e culturalmente, devido a questões puramente fisiológicas, os homens, dotados de forças superiores às mulheres são, por esse motivo, consagrados como representantes do “sexo forte”. Nessa construção social assimétrica, os homens ocupam, tradicionalmente, a posição de *dominadores*, enquanto as mulheres ocupam a posição de *dominadas* (sexo frágil). A própria narrativa bíblica da criação da mulher, a partir de uma costela de Adão, contribui para reforçar a subordinação do feminino em relação ao masculino. À associação do conceito de que a mulher provém da matéria-prima do homem, sedimentou-se a idéia da inferioridade daquela em relação a este. Apesar de, na época contemporânea, serem legalmente assegurados às mulheres os mesmos direitos concedidos aos homens - seja nas relações familiares, no campo do trabalho, seja na política e na cultura – a discriminação e o preconceito que recaem sobre elas ainda não foram eliminados totalmente. Ao contrário, ainda se fazem sentir situações em que a mulher é humilhada, inferiorizada, reduzida ao *status* de coisa pelo fato de ser julgada quase que exclusivamente pela aparência física em detrimento de sua capacidade intelectual e moral.

Dessa estreita relação entre o biológico e o cultural advém a normatização dos sexos e determinam-se os padrões adequados a homens e mulheres em diferentes épocas e sociedades. A invenção da masculinidade e da feminilidade não se dá por acaso, mas é resultado de um discurso sexista que é gestado na história, produzido pela cultura, socialmente aceito e incorporado aos hábitos, costumes e comportamentos de um povo. Desse modo, os padrões de masculinidade e feminilidade preestabelecidos socialmente para homens e mulheres legitimam as relações de poder entre os sexos, hierarquizam suas posições sociais e criam um sistema baseado em valores, crenças, estereótipos e discursos socioculturalmente construídos.

Os veículos de comunicação de massa têm uma inserção fundamental no processo de construção dos comportamentos e exigências sociais. Mais que produtores de informação, eles são formadores de opinião por excelência, criando e transmitindo explícita ou implicitamente valores, representações e modelos de conduta. (cf. Marcondes Filho, 2002, p.110). Essa cultura “pronta” nos é transmitida pela linguagem, principalmente a verbal, por meio da palavra. (cf. Bakhtin, 1997, p.29). Mais importante ainda é considerarmos que a mídia, especificamente o jornal, com sua aparência

indefesa, sob a alegação de prestar serviço cultural e informativo de maneira diversificada, legitima-se, sobretudo, como instrumento de poder, palco, portanto, da disseminação de interpretações estereotipadas e preconceituosas, interesses e ideologias de classe.

Nossa pesquisa tem por objetivo analisar de que modo a linguagem, nas suas várias manifestações, constitui uma das formas mais expressivas da representação da violência no jornal *Folha de S. Paulo*, uma vez que esse periódico é considerado um dos veículos de informação de maior prestígio e credibilidade do Brasil. Especificamente, nosso estudo se dispõe a demonstrar como são construídas, nas crônicas de José Simão, veiculadas nesse jornal, as expressões de violência contra a mulher.

Para o exame do nosso *corpus*, consideraremos como categorias de análise a violência consumada contra a mulher, seja pela sua forma física, seja por aspectos culturais e sociais, seja por sua qualidade moral. Desse modo, a análise que se segue dar-se-á de acordo com essas três categorias e não de acordo com a ordem cronológica das crônicas selecionadas. Na leitura dos excertos, percebemos que se imbricam. Por questões metodológicas, para tornar nossa análise didática, optaremos por privilegiar apenas uma das categorias para cada excerto do nosso *corpus*. Julgamos que as 15 crônicas por nós escolhidas, publicadas entre fevereiro e maio de 2007, são suficientes para elucidarmos os objetivos almejados por este trabalho. Por fim, deve-se esclarecer, ainda, que as crônicas de que nos valeremos são integralmente apresentadas somente no anexo deste trabalho. No corpo de nossa análise serão contemplados os fragmentos necessários à exemplificação de nossos argumentos. Entretanto, é importante destacar que tais excertos não representam a totalidade dos casos em que se verifica a violência contra a mulher nas crônicas por nós selecionadas. Assim, trabalharemos com um número considerável de exemplos. Outros tantos, porém, ficarão de fora, devido aos óbvios e inevitáveis limites deste estudo.

Para o desenvolvimento do nosso trabalho, no *primeiro capítulo*, nos ateremos à biografia de José Simão, cujas crônicas nos servirão de *corpus*. A seguir, nos direcionaremos para o aspecto da linguagem simionesca, descrevendo, por assim dizer, a maneira como o escritor aborda de forma perspicaz e rápida temas do cotidiano sobre política, corrupção, sexo, homossexualismo, esporte, modismos, gafes e outros, provocando o riso no leitor, especialmente pela forma irreverente com que trabalha a linguagem, abusando do tom caricaturesco e do uso de expressões grosseiras e estereotipadas, não raro de caráter obsceno, generalizante e preconceituoso. Ainda nesse

capítulo, apresentaremos como *corpus* de pesquisa o jornal impresso, mais precisamente, o jornal *Folha de S.Paulo*, uma vez que esse periódico é considerado um dos veículos de informação de maior credibilidade do país, credibilidade esta reforçada pelos mais de 80 anos que a empresa do *Grupo Folha* atua no segmento jornalístico. Considerando o poder da imprensa na formação de opinião pública e mais restritamente, o modo pelo qual a *Folha* orienta sua conduta no que diz respeito à seleção, organização e transmissão de informações, julgamos importante pontuar alguns aspectos da história do jornal em questão com o propósito de conhecermos a ideologia de seu projeto editorial e o perfil de seu público leitor.

No *segundo capítulo*, para que compreendamos a linguagem das crônicas de José Simão, o foco de nossa pesquisa concentrar-se-á na descrição da trajetória desse gênero textual, desde a sua constituição até a época contemporânea. A princípio, a crônica constituía-se em uma narrativa dos fatos ou registro de eventos de acordo com sua ordem temporal no curso da história. Nesse sentido, havia uma preocupação com a observação e registro objetivos dos fatos relacionados com o presente, com a atualidade vivida. Nos dias atuais, a subjetividade do cronista é a maior característica desse gênero, porém o tempo continua presente, só que, agora, o tempo é aquele vivido também pelo cronista e dominado por suas impressões e expectativas.

Quando pensamos em violência, a primeira referência de que nos valem, ou seja, sua primeira imagem é, normalmente, aquela expressa por meio da agressão física, legitimada pelo uso da força. Entretanto, pode-se dizer que nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possuam uma estrutura facilmente identificável. (cf. Odália, 2003, p.22). À medida que estiver escondida sob a forma de preconceitos, leis, estereótipos, costumes e tradições cristalizados na sociedade, a violência estará sendo consumada, pois, ao experimentar o sentimento de privação, o indivíduo acaba por se sentir despojado, por razões que não lhe são claras, de seus direitos como pessoa e como cidadão. (cf. *ibid.*, p. 86).

É nesse sentido que, no *terceiro capítulo*, torna-se importante, a princípio, a discussão dos conceitos e classificações da violência, pois, como veremos, a abordagem acerca da violência dar-se-á dentro de uma perspectiva que não se restringe somente à agressão física ou a concepções puramente objetivas do fenômeno. Levando em consideração que o objetivo desta pesquisa é o estudo, nas crônicas de José Simão, do modo pelo qual a *violência é construída* na e pela linguagem, tendo como escopo as mulheres, a existência de definições que contemplem não apenas a violência que deixa

marcas visíveis no corpo, mas também aquelas que afetam a subjetividade do indivíduo, agredindo-os psíquica e moralmente, torna-se indispensável, pois a mídia, ao invés de representar, (re)cria a realidade. (Dias, 2003). Daí, também, a importância de se compreender a relação estabelecida entre mídia e violência.

Macaco Simão, ao brincar com o útil e o fútil, por meio do disfarce numa suposta conversa sem rumo, trata com humor, leveza e informalidade, o que, de certa forma, é motivo de revolta e indignação. Trata-se do riso como uma degradação grotesca e carnavalesca do mundo, visto como uma lógica das coisas ao avesso, ao contrário, “como um mundo ao revés.” (Bakhtin, 1996, p.57). Nesse aspecto, sendo algo “não-sério”, o humor permite que, por meio dele, se façam e digam coisas que, fora dele, as normas sociais não permitiriam. Assim, pode gerar ou intensificar preconceitos, racismos e intolerâncias, sendo, portanto, também uma forma de violência. (cf. Travaglia, 1989-90, p.50). Considerando esses aspectos e tendo em vista as crônicas que nos servem de *corpus*, vamos analisar de que forma o cômico é construído, no que se refere ao universo feminino e qual sua relação com a violência.

Por ser polissêmica e dialógica, a palavra traz marcas culturais, sociais e históricas. Em situação de uso, a palavra vai se revestindo de sentidos, tons e valores. (cf. Bakhtin, 1997, p.46-7). Dela emergem as significações que, conseqüentemente, se fazem no espaço criado pelos interlocutores em um contexto sócio-histórico dado. Por ser espaço gerador de sentido, é controlada, selecionada por meio dos mecanismos sociais. E, diante disso, dependendo do interlocutor, da situação de uso, o falante determina qual a melhor palavra a ser utilizada. (cf. Baccega, 2007, p.12). Nesse sentido é que entra a importância da *Análise do Discurso*, ou seja, a possibilidade de perceber como os sentidos se constituem. Inscrevendo-se em um quadro que articula o lingüístico com o social, para a *Análise do Discurso*, “a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação lingüística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta por meio de uma competência socioideológica.” (Brandão, 2004, p.17). Discutiremos esse assunto no *quarto capítulo*. Ainda nesse capítulo, faremos uma reflexão acerca dos conceitos de *status* e papéis sociais, pois tais conceitos, intimamente ligados, dizem respeito à participação do indivíduo no grupo social. (cf. Preti, 2006, p.180). Pode-se dizer que, em função do *status* ocupado por uma pessoa, ser-lhe-á cobrada a prática de certos comportamentos considerados convenientes

para tal posição, tais como uma postura ética adequada e aspectos ligados à sua aparência, ao seu vestuário e à sua linguagem. (cf. *ibid.*, p.181).

Para ser aceito e pertencer a um determinado grupo social, o indivíduo deve não só possuir, mas, sobretudo, manter os padrões de conduta e aparência que esse grupo social espera dele. (cf. Goffman, 2007, p.74). Sob esse aspecto, pode-se dizer, então, que o mundo estaria ordenado por códigos, passados de geração a geração, favorecendo a perpetuação da *estereotipia* que, por função, defenderia as tradições culturais e posições sociais de determinados grupos sociais. Em se tratando dos textos de José Simão, no que se refere à construção da representação enviesada da figura da mulher, mostraremos, também nesse capítulo, quais os estereótipos consagrados à imagem da mulher e a sua estreita relação com o preconceito e a discriminação, bem como os estereótipos veiculados e perpetuados pela mídia em relação ao sexo feminino.

No *quinto capítulo*, análise do *corpus*, pretendemos demonstrar como as crônicas de José Simão constituem-se em uma das formas mais expressivas de representação da violência contra a mulher, porque a intensifica, acentuando e perpetuando estereótipos preconceituosos e generalizantes.

Feitas essas elucidações, iniciaremos nossa pesquisa com o propósito de buscarmos as respostas a que nos propomos desde o início.

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO *CORPUS* DE PESQUISA

O objetivo desta pesquisa é analisar de que modo a linguagem, nas suas várias manifestações, constitui, nas crônicas de José Simão, uma das formas mais expressivas da representação da violência contra a mulher. Nesse sentido, para compreender a opção que fizemos por seus textos, torna-se importante apresentar alguns aspectos, que julgamos relevantes, acerca da biografia e da linguagem do autor. Considerando que as crônicas de Simão são veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo*, concebido como um dos veículos de informação de maior prestígio e credibilidade do país, optamos por pontuar alguns aspectos da história do jornal em questão com o propósito de conhecermos a ideologia de seu projeto editorial e o perfil de seu público leitor.

Vale ressaltar que as crônicas de José Simão são veiculadas, no referido jornal, desde 1987. Atualmente, os textos do autor são escritos de terça a domingo, no *Caderno Ilustrada*. Como as crônicas de Simão não são publicadas às segundas-feiras, é freqüente que aquelas editadas aos domingos recuperem não só os fatos veiculados na semana, mas também os comentários-piadas construídos pelo autor.

Para a seleção do corpus, pautamo-nos por dois critérios fundamentais. No primeiro, de teor quantitativo, julgamos que as 15 crônicas, publicadas entre fevereiro e maio de 2007, são suficientes para elucidarmos os objetivos a que nos propomos. No segundo, consideramos como categorias de análise, nas crônicas de José Simão, a violência consumada contra a mulher, seja pela qualidade moral, seja por sua forma física, seja por aspectos culturais e sociais.

1.1 José Simão em foco: biografia do autor

DESCABELANDO O MACACO SIMÃO. Buemba! Buemba! O braço armado da gandaia nacional está solto. No país da piada pronta, onde 200 pessoas morrem em acidente aéreo e o único preso é o dono do puteiro, onde o presidente do Senado é absolvido e a amante vira capa da *Playboy*, só quem nos redime é ele: José Simão, o esculhambador-geral da República, o macaco mais festejado da imprensa brazuca, o colunista mais irreverente do País. (Vannuchi, 2007, p.101)

São essas as palavras com as quais o jornalista da revista *Brasileiros*, Camilo Vannuchi, apresenta José Simão, objeto da sua reportagem. É interessante observar que a foto de Simão reluz, como pano de fundo, por todo o espaço da página. Não se trata de uma foto qualquer, mas de uma foto que traduz bem o estilo irreverente e mordaz do macaco Simão: mãos sobre a cabeça, boca bem aberta, testa franzida, cabelos desarrumados, olhos atentos e arregalados (**Anexo 1**).

A harmonia entre a foto e as palavras foi exemplar, visto que, por meio do elo estabelecido entre o visual e o verbal, o jornalista captou, a nosso ver, a essência parodística do riso provocado por José Simão, a saber, uma nova maneira de ler o que nos é tido, habitualmente, como convencional. Isso ocorre na medida em que é o próprio homem que imita o macaco e, de maneira análoga, torna-se evidente o caráter parodístico expresso em “onde 200 pessoas morrem em acidente aéreo e o único preso é o dono do puteiro”. (Vannuchi, 2007, p.101).

José Simão nasceu na Vila Mariana, em São Paulo, em meados dos anos 40. Ainda no colégio, por causa de seu sobrenome, ganhou o apelido de Macaco Simão, nome de um personagem infantil que, mais tarde, viria a consagrá-lo de maneira definitiva como um dos cronistas mais lidos do país. É relevante observarmos a justificativa do próprio Simão a respeito da decisão de adotar esse apelido de infância e tomá-lo como sua própria marca registrada:

E no começo da coluna, quando eu tava escrevendo, tal... eu me achava parecido com um macaco, né? E... ah, eu vou usar um codinome chamado Macaco Simão, você pode cair no ridículo ou não, mas não tive medo do ridículo e pegou. Todo mundo ama macaco... tá no inconsciente infantil de todo mundo. O macaco pode mais, é mais esperto, é mais tolerado! Macaco é assim mesmo, que também é uma coisa bem brasileira. (Simão, 2007, p.45)

Na hora de escolher uma profissão, entre Engenharia e Medicina, José Simão optou pelo Direito e entrou para o Largo de São Francisco, em São Paulo, em 1969. Entretanto, abandonou o curso três anos depois. Foi para Londres, onde morou um ano e meio, e fez alguns trabalhos para a BBC. Voltou para o Rio de Janeiro e durante dois anos ficou “batendo palma pro pôr-do-sol e assistindo o show da Gal toda noite.”¹ Morou um tempo na Bahia e, no final dos anos 70, abriu em São Paulo uma filial de um

¹ Fonte: <http://www2.uol.com.br/josesimao/biografia.htm>. Acesso em: 05/01/08.

agitado boteco de Salvador. Nesse período, Simão conheceu o poeta Waly Salomão, freqüentador assíduo do local, e este o apresentou à *Folha*.

Foi assim que, no ano de 1987, o jornalismo entrou na vida de José Simão, quando ele começou a escrever para o suplemento *Casa e Companhia*, da *Folha de S. Paulo*. No mesmo ano, foi convidado, pelos editores do caderno *Folha Ilustrada*, a assinar uma coluna que, inicialmente, pretendia fazer comentários sobre programas televisivos. Em 1989, a coluna começou a abordar outros assuntos que também eram destaque na televisão. Atualmente, José Simão, além de escrever diariamente, exceto às segundas-feiras, em uma das colunas mais lidas da *Folha*, também entra ao vivo de terça a sexta no programa de rádio *Buamba! Buamba!*, gravado com Ricardo Boechat e transmitido pela *Band News FM*; atualiza um site oficial próprio; mantém um quadro no Portal UOL, o *Monkey News*; apresenta um programa musical de rádio na Internet, o *Ondas Latinas*; e acaba de lançar o livro *José Simão: no país da Piada Pronta*. A título de curiosidade, são dele também os livros *Folias brejeiras* (1986), *Macaco Simão no cipó das onze* (1991), *Guia do llamagate* (1992), *Macaco Simão no tetra* (1994) e *Macaco Simão em nós sofre mas nós goza* (2000). Por fim, vale lembrar que Simão, em conjunto com Lenora de Barros, traduziu os livros *O Mono Gramático*, de Octávio Paz, e *Memórias de um amante desastrado*, de Groucho Marx.

Marco Antonio Araújo, jornalista da *Revista Língua Portuguesa*, em entrevista a José Simão, ao questionar se este se considerava mais um jornalista, um humorista ou cronista, obteve a seguinte resposta do entrevistado:

Humorista. Não de besteiro. Meu humorismo é todo crítico, social. Eu não faço piada, eu faço ‘tiradas’, chistes. Na verdade, eu detesto piada, detesto que me contem piada. Se ela não for muito inteligente, se não houver uma sacada de linguagem, não me interessa. (Araújo, 2007, p.15)

A materialização, nas crônicas de Simão, desse humor crítico e social provém de situações e fatos absurdos que se lhe afiguram rotineiramente:

Percebi que tudo é feito pela tevê. O presidente foi eleito e caiu por causa da tevê. Tudo o que escrevo é o que vi na tevê. O Brasil é um país alfabetizado

visualmente. As pessoas são influenciadas. Se o Galvão Bueno mandar o povo se atirar pela janela, tem gente que se atira.²

De certa forma, todos nós, vez ou outra, nos identificamos com Simão sob certos aspectos, na medida em que o autor transforma-se em uma espécie de porta voz dos nossos impulsos reprimidos. É o caso, por exemplo, das inúmeras vezes que sentimos vontade de insultar moralmente e cobrar atitudes lícitas de certos políticos, mas não o fazemos. É aí que entra a perspicácia do Macaco Simão, que nos faz sentir, por meio de seus ataques impiedosos, recompensados e vingados.

E é nesta perspectiva que o escritor define sua coluna como um “telejornal humorístico”, no qual aborda “os três temas que mais deliciam os brasileiros: sexo, política e futebol. Trio elétrico do brasileiro: real, bunda e bola!”³

Como podemos verificar em algumas crônicas do *corpus*, José Simão direciona seus comentários especialmente a personalidades nacionais e internacionais do mundo artístico, televisivo e político. Com relação às mulheres, um dos alvos prediletos de Simão é a apresentadora Luciana Gimenez, designada por ele como *Lucianta*, alusão claríssima às inúmeras impropriedades ditas pela apresentadora durante o seu programa diário, levado ao ar pela Rede TV. Com respeito às improvisações da morena diante das câmeras, Simão enfatiza: “É só ficar três minutos vendo o programa dela que rende piada. E a *Lucianta* Gimenez não é transgênica, é antagênica. E ela vai apresentar um programa com todos os seus micos. Assumiu a antice! Vai ser um programa ANTALógico. Antalogia da Lucianta. Só falta passar no Antaquistão!” (Sallum, 2003). Na política, por exemplo, o *Macaco* dirige suas farpas à Marta Suplicy, alcunhada por vezes de *Mala Suplicy*, *Martox*, *Martícia Adams* ou então, *prefesteira*: “E um amigo me disse que vai votar na Marta porque ela é PT: Perua de Tailleur! *Databotox* informa: a Marta subiu 14 pontos. Fez lifting! Foi pruma clínica e pediu: 'Daria pra fazer um lifting na minha popularidade?'" (ibid, 2003).

1.1.1 A linguagem de José Simão

Por meio da estrutura da língua(agem) e dos recursos lingüísticos de cada idioma é que se constroem, por parte dos diferentes usuários, os mais diferentes tipos de textos.

² Fonte: http://www.terra.com.br/istoegente/152/entrevista/index_2.htm. Acesso 06/02/08.

³ Fonte: <http://www2.uol.com.br/josesimao/biografia.htm>. Acesso em: 05/01/2008.

Entretanto, nem todos os usuários de determinada língua, visando atender objetivos específicos, têm a facilidade de usar, com êxito, a estrutura sintática, morfológica, léxica e fonológica para a elaboração de seus textos. José Simão é um dos que sabe perfeitamente como usar as estratégias da língua(gem) de forma a suscitar, nos seus milhares de leitores, um sorriso, uma risada, uma gargalhada. (cf. Schmitz, 2007, p.19).

Ao abordar de forma perspicaz e rápida temas do cotidiano sobre economia, política, corrupção, sexo, homossexualismo, esporte, modismos, gafes e outros, Simão provoca o riso no leitor, especialmente pela forma irreverente com que trabalha a linguagem, abusando do tom caricaturesco e do uso de expressões grosseiras e estereotipadas, não raro de caráter obsceno, generalizante e preconceituoso. Assim, a malícia para espiar o mundo gera uma linguagem de duplo-sentido, cheia de insinuações. Brinca-se com as possibilidades de significados e com a sonoridade das palavras para produzir o instante prazeroso de uma nova e desconcertante revelação.

Com uma linguagem bastante coloquial, Simão oraliza seus textos valendo-se, por exemplo, de: a) onomatopéias: *Rarará!*; *Ueba!*; *huuuuum*; *ops*; b) reduções típicas do cotidiano: *pra* (para); *tá* (está – verbo *estar*); *duma* (de uma); c) transcrições da pronúncia popular: *nóis* (nós); *véinha* (velhinha); gírias: *sacanagem*; *deprê*; *soltou a franga*; d) aumentativos, próprios da linguagem afetiva: *maridão*; *Ricardão*; e) marcadores conversacionais: *ai*; *ah*; *e* (iniciando frases); f) uso de expressões normalmente usadas durante uma conversa: *e diz que*; *e um amigo me disse*; *vou cair fora*. Essa aproximação com a língua oral dá o tom informal, propício às gozações e críticas feitas pelo Macaco Simão.

José Simão também cria *neologismos* para efeito humorístico. O aeroporto de Congonhas se torna *Cãogonhas*, *Pombonhas* e até *Cagonhas* e o outro, *Cumplica* em vez de *Cumbica*; o salário mínimo é ironicamente ressignificado como o *salafrário mínimo* e o horário eleitoral como o *hilário eleitoral*. O que provoca o riso é, sem dúvida, o tom de surpresa que essas novas palavras suscitam, já que os leitores se deparam com formas e efeitos de sentido inesperados. Há de se acrescentar que os neologismos criados por Simão também se originam da fusão de dois vocábulos, pois *loira* e *morena* se juntam com as palavras *anta* para formar *loiranta* e *morenanta*, respectivamente.

Os *estrangeirismos* também fazem parte da linguagem de Simão e contribuem para o próprio efeito pragmático e humorístico de seus textos. É importante considerar que os seus leitores têm uma conscientização político-social e também conhecem

diferentes línguas estrangeiras. (cf. Araújo, 2007, p.20). Assim, por exemplo, frases como “‘*The pinga is on the table*’ e ‘*I lobby you*’ refletem acontecimentos na própria vida do país e um bom entendedor faz a ligação com a surrada frase, muito freqüente nos livros didáticos de inglês: ‘*The book is on the table*’ e a declaração nem sempre sincera ‘*I love You!*’” (ibid., p.20).

Os textos de Simão incorporam os sotaques e expressões mais espontâneos colhidos Brasil afora. Desde 1987, quando a primeira coluna foi publicada, Simão já popularizou uma série de bordões que caíram no gosto dos leitores. Entretanto, confessa que alguns dos bordões e expressões utilizados por ele não são criações suas (Sallum, 2003). Dessa forma, relata que, de Ibrahim Sued (1924-1995), famoso colunista social, adotou a expressão *Bomba! Bomba!*, transformando-a em *Buemba! Buemba!*, pois, essa nova versão, criada para chamar a atenção, revela o caráter melodramático e irreverente em relação à própria língua. Ainda a respeito dessa expressão, que abre sua coluna diária, podemos acrescentar que tal expressão sinaliza que teremos notícias atuais e sugere também que o conteúdo dessas notícias não é muito sério, dado pela palavra *buemba* (que não existe na língua espanhola, por sinal). *Hoje, só amanhã*, é linguagem de rua da Bahia. A expressão *Quem fica parado é poste* é citação da marchinha *Eu Quero Rebolar*, gravada por Risadinha nos anos 50 do século passado. *O braço armado da gandaia nacional* foi sugestão de uma assessora de Marina Silva, ministra do Meio Ambiente. De um leitor recebeu a famosa expressão com a qual freqüentemente encerra as suas crônicas: *Vou pingar meu colírio alucinógeno*. Por fim, *Nóis sofre, mas nóis goza* é inspirada em um bloco carnavalesco de Olinda e sintetiza a liberdade, o superar a opressão, pois mostra a vingança do povo injustiçado. (cf. op. cit.).

1.2 O jornal *Folha de S. Paulo*⁴

A história da *Folha de S. Paulo* tem início em 1921, ano em que foi criado, por Olival Costa e seu sócio Pedro Cunha, o jornal *Folha da Noite*. É importante ressaltar que o cenário que se afigurava nessa época era de agitação social, econômica, ideológica e política – representado pelas crises do café e do federalismo oligárquico, pela crescente organização operária e pelo aparecimento de novos partidos políticos.

⁴As informações, a respeito do histórico que apresentaremos sobre a *Folha de S. Paulo*, foram elaboradas segundo informações constantes do *Manual da Redação* do jornal e também por meio do endereço eletrônico http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm (acesso em 28/01/08).

Pode-se dizer que o objetivo do jornal priorizava, justamente, atrair para si leitores das classes médias e urbanas e da classe operária. É por essa razão que a *Folha* foi responsável pelo lançamento de campanhas a favor do voto secreto, tendo também tomado posição de apoio ao tenentismo e ao Partido Democrático.

O ano de 1925 marca o surgimento do jornal *Folha da Manhã*, que viria a ser a edição matutina do *Folha da Noite*. Ambos os periódicos apresentavam, praticamente, o mesmo conteúdo. O que os diferenciava, porém, é que o primeiro dirigia-se aos operários e às classes trabalhadoras, ao passo que o segundo tinha como leitores os profissionais liberais e empresários.

Em 1930, aproximadamente por um ano, esses periódicos deixam de circular quando uma nova direção assume o grupo *Folha*. O jornal foi comprado por Octaviano Alves de Lima, um cafeicultor, que alterou a razão social do grupo para *Empresa Folha da Manhã S.A.* A linha editorial do jornal passou a ser marcada pela defesa dos interesses dos produtores rurais paulistas, assim como pregava o liberalismo e se opunha ao Estado Novo, além de lançar uma campanha pela saúde pública. Com uma estratégia agressiva, o jornal aumentou a tiragem de 15 mil para 80 mil exemplares.

O jornalista José Nabantino Ramos assumiu o controle acionário da empresa em 1945, ano em que o jornal muda sua postura editorial. Exacerba-se, contudo, a preocupação em manter jornais imparciais, isto é, identificados com idéias, mas não com partidos. Tendo como meta atrair leitores das classes médias urbanas do Estado, o jornal passa a defender o ensino público e a cédula única.

Em 1949 é lançado o jornal a *Folha da Tarde* e, em 1958, a *Folha*, embora já fizesse a cobertura de assuntos ligados à cultura e variedades desde a sua fundação, cria um caderno específico para esse fim: a *Ilustrada*.

Em 1960 ocorre a fusão dos três títulos (*Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*) em um único, que daria origem ao atual *Folha de S. Paulo*, que prevalece até os dias atuais. No dia 13 de agosto de 1962, os empresários Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumiram o controle acionário da empresa.

O ano de 1963 tem como foco principal o lançamento do jornal *Notícias Populares*, que passou a fazer parte do Grupo *Folha* a partir de 1965. Trata-se de um jornal que apresentava uma linguagem mais direta, numa linha sensacionalista destinado à grande massa, com grande ênfase em assuntos policiais, sexo e assuntos bizarros. E, em 1967, a empresa opta pela volta da circulação do jornal *Folha da Tarde*, cuja edição havia sido suspensa desde o lançamento da *Folha de S. Paulo*, em 1960.

A *Folha*, em 1976, marca sua presença no processo de vanguarda da luta pela redemocratização do Brasil, por meio da publicação das idéias de representantes da sociedade civil. A coluna *Tendências e Debates* passa a abrigar espaço para as discussões com a publicação de artigos de intelectuais e políticos das mais variadas linhas ideológicas, inclusive aqueles perseguidos pela ditadura militar.

A década de oitenta marcaria a consolidação do projeto da *Folha de S. Paulo* em se tornar o maior periódico de circulação no Brasil. Assim, em 1981, circula no jornal o documento intitulado “A *Folha* e alguns passos que é preciso dar”, destacando o projeto editorial calcado nas metas de correção da informação, interpretação e pluralidade de opiniões sobre os fatos levantados. O ano de 1983 marca o início das atividades de pesquisas do jornal, o *Datafolha*, que passa não só a atender às demandas internas, mas também à prestação de serviços para o mercado. Em 1984 a *Folha* liderava a campanha das *Diretas-Já!*:

De qualquer forma, a experiência das “Diretas-Já!” provou que um jornal não é só um produto a ser gerenciado com mais ou menos competência; quando conquista a confiança e atrai as expectativas do público, torna-se uma entidade social e cultural, carregada de emoções, alimentando processos complexos de comunicação com informações, análises e opiniões que podem contribuir para mudar os rumos de povos e nações. (Chaparro, 1994, p.92)

Nesse mesmo ano, após o término do regime militar, surge a primeira edição do *Manual da Redação*, explicitando as normas e estratégias do jornal. Os anos noventa viriam marcar o processo de renovação contínua do jornal e a sua consolidação como órgão diário de informação de abrangência nacional. Em 1991, o jornal apresenta uma nova organização em cadernos de circulação diária. Além do caderno, já tradicional, *Ilustrada*, passam a ser editados os cadernos *Brasil*, *Mundo*, *Dinheiro*, *Cotidiano* e *Esporte*. Nesse mesmo ano, as ações da empresa *Folha da Manhã S.A.*, que pertenciam a Carlos Caldeira Filho, passaram a Octavio Frias de Oliveira. O ano de 1992 marca a consolidação do jornal como o de maior circulação aos domingos e também marca o início da circulação diária da primeira página em cores. Além do mais, são lançados o caderno *Mais!* e a *Revista da Folha*. Em 1994, a *Folha* é citada no *Guinness Book*, o livro dos records, se tornando, assim, o primeiro jornal brasileiro a ultrapassar a tiragem de um milhão de exemplares diários. E, a partir de 1996, a *Folha* passa a liderar também o segmento de classificados. No mesmo ano, é lançado o *Universo Online* e,

posteriormente, ocorre a fusão deste com o *Brasil Online* (grupo Abril), constituindo-se em uma nova empresa, a *Universo Online S.A.*

Em 1998 é lançado o caderno *Folhainvest*, cujo foco era o de análise do mercado financeiro. No ano seguinte, o jornal *Agora* substitui a *Folha da Tarde*. A proposta deste jornal apresentava um visual moderno e direcionado ao trabalhador paulistano.

No ano 2000, além do lançamento de um novo jornal econômico, intitulado *Valor*, o *Grupo Folha* amplia seu projeto *Folha Online*, a versão em tempo real do jornal. É introduzido também no mercado o caderno *Equilíbrio*, dedicado à questão da qualidade de vida. Somando-se a isso, começa a circular junto com o jornal uma compilação semanal de matérias e artigos do *The New York Times*. Por fim, no dia 20 de janeiro de 2001, circula pela última vez a edição do *Notícias Populares*.

1.2.1 Projeto Editorial⁵

No Projeto Editorial da *Folha de S. Paulo*, referente à década de oitenta, foi cristalizada uma concepção de jornalismo definido como crítico, pluralista e apartidário. Tais valores adquiriram a característica doutrinária que está impregnada na personalidade do jornal e que ajudou a moldar o estilo da imprensa brasileira no período. (cf. *Manual da Redação da Folha de S. Paulo*, 2001, p.17).

Cabe questionar, porém, à luz das transformações sumariadas acima, se a implementação desses valores não deveria passar por revisão também, até com a finalidade de sacudir os automatismos fixados pelo hábito, afinal, a mania de se considerar insatisfeito consigo mesmo é uma característica peculiar do jornal: “Jornal existe para incomodar os governos. Não importa se ele é bom ou ruim, incomodar é um dos poucos serviços públicos que a imprensa presta. E incomodar é interpelar, criticar, duvidar, ir contra a corrente”, diz Frias Filho.

Agora, referindo-se à *Folha de S. Paulo*, Frias faz uma crítica contundente:

A *Folha* anda muito morna e acomodada. A responsabilidade por isso é da equipe inteira, a começar por mim. Em vez de comemorar, precisamos sacudir o jornal, colocá-lo novamente em crise, pois o sentimento de crise é que o obriga a melhorar.

⁵ As informações, acerca da linha editorial da *Folha de S. Paulo*, foram elaboradas segundo pesquisa encontrada em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/futuro.shtml>. Acesso em 04/02/08. As declarações de Frias Filho também foram extraídas dessa página da internet.

É nesse contexto que surge o Projeto Editorial que a *Folha* publicou em 1997, cabe dizer, o mais recente de uma série de documentos que o jornal começou a divulgar em 1981 com o propósito de ordenar seus procedimentos e estabelecer suas prioridades editoriais.

Assim, sob o título “Caos da Informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático”, o texto desse projeto parte do diagnóstico de que a revolução tecnológica e o advento da Internet, com a saturação de informações, multiplicaram, inevitavelmente, a quantidade e os meios de acesso à informação. Dessa forma, o jornal impresso ou *on line* deveria passar por processo de reorientação de modo a evitar, dentre outras coisas, a dispersão do público.

Sobre essa questão, é importante atentar para o texto do *Projeto*, que preconiza:

a utilidade dos jornais crescerá se eles conseguirem não apenas organizar a informação inespecífica, aquela que potencialmente interessa a toda pessoa alfabetizada, como também torná-la compreensível em seus nexos e articulações, exatamente para garantir seu trânsito em meio à heterogeneidade de um público fragmentário e dispersivo.

Diante do exposto, verificamos que, a partir do novo *Projeto*, o jornalismo teria de fazer frente a uma exigência qualitativa superior à do passado, refinando, por assim dizer, sua capacidade de selecionar, didatizar e analisar. Entretanto, como defende Frias, isso não significa que o jornalismo deva aplacar a sua disposição crítica, mas refiná-la e torná-la mais aguda num ambiente que não é mais dicotômico, no qual o debate técnico substituiu, em boa medida, o debate ideológico. Assim, acredita-se que o leitor da *Folha* deve, portanto, assegurar seu direito de acesso a todas as possibilidades de interpretação e a atitude apartidária, que veda alinhamentos automáticos e obriga a um tratamento distanciado em relação às correntes de interesse que atuam sobre os fatos, não pode servir de “álibi para uma neutralidade acomodada”⁶, quando não satisfeita em hostilizar por hostilizar.

Atendendo aos propósitos de nossa pesquisa, julgamos importante transcrever, de acordo com o projeto editorial da *Folha*, o modo pelo qual o jornal orienta sua conduta em relação ao tratamento às mulheres:

⁶ Expressão retirada do *Manual da Redação (Folha de São Paulo, 2001, p.17)*.

Trate mulheres que são personagens de notícia da mesma forma que homens. Informe sua profissão ou cargo e também a idade (...) Evite o uso de expressões estereotipadas (...). Não mencione características físicas, a menos que citá-las seja relevante para a notícia.⁷

Com respeito a essa questão, a partir da análise do nosso *corpus*, nossa intenção é constatar até que ponto o tratamento que José Simão dispensa às mulheres é condizente com as orientações do projeto editorial da *Folha*.

Após a pormenorização das intenções ideológicas do jornal, a seguir, mostraremos como se dá a seleção, na *Folha de S. Paulo*, dos assuntos a serem tratados como notícia.

1.2.2 O mito da objetividade

Retratar a sociedade, suas histórias e personagens requer, da parte de quem escreve os fatos, estratégias discursivas para enunciar as informações. Diante das inúmeras possibilidades de abordar os fatos, que, por sua vez, podem gerar diferentes interpretações da realidade e, conseqüentemente, distintas maneiras de exposição destes pelos jornalistas, verifica-se, portanto, a necessidade de o jornal estabelecer critérios de seleção e hierarquização dos fatos a fim de definir quem (ou o quê) merece ser tratado como notícia. Sob esse aspecto, a título de ilustração, vejamos o modo pelo qual a *Folha de S. Paulo* resume tais critérios:

- a) *Ineditismo*: a notícia inédita é a mais importante do que a já publicada;
- b) *Improbabilidade*: a notícia menos provável é mais importante do que a esperada;
- c) *Interesse*: quanto mais pessoas possam ter a sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é;
- d) *Apelo*: quanto maior a curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é;
- e) *Empatia*: quanto mais pessoas puderem se identificar com o personagem e a situação da notícia, mais importante ela é. (*Novo manual da Redação* 1992, p.35)

⁷ Citação retirada da página http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_m.htm

Diante desse quadro, evidencia-se que a seleção de um fato a ser noticiado pelo jornal, em detrimento de outro, pode ser explicada em função da sua importância como “mercadoria” a ser consumida pelos leitores, a saber, o fato que pode gerar maiores consequências para o mundo, para a sociedade e para os leitores; o fato que desperta curiosidade ou aquele que é objeto de maior identificação entre o público leitor e a personagem ou a situação do ocorrido; o fato mais inesperado e aqueles que os poderosos têm interesse em ocultar.

Deve-se considerar que imprensa desempenha, claramente, um papel-chave na batalha para ganhar as mentes e corações dos segmentos sociais que, no Brasil ao menos, formam o que se chama de opinião pública, ou seja, a classe média – principal responsável pelo consumo de jornais e revistas em um país onde se lê pouco. (cf. Rossi, 2006, p.8). Rossi explica que essa batalha, entretanto, é “temperada pelo mito da objetividade – que a maior parte da imprensa importou dos padrões norte americanos.” (ibid., p.9).

De acordo com o *mito da objetividade*, a imprensa deveria colocar-se numa posição neutra e publicar tudo o que ocorresse, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões. Se fosse possível praticar a objetividade e a neutralidade, a batalha pelas mentes e corações dos leitores ficaria circunscrita à página de editoriais, ou seja, à página que veicula a opinião dos proprietários de uma determinada publicação. (cf. ibid., p.9) Com isso, a evidência de que a objetividade é impossível acabou por transferi-la a todas as páginas dos jornais. Isso ocorre, pois, entre o fato e a versão que dele publica qualquer veículo de comunicação de massa, há a mediação de um jornalista (não raro, de vários jornalistas), que carrega consigo toda uma formação cultural, todo um *background* pessoal, eventualmente opiniões muito firmes a respeito do próprio fato que está testemunhando, o que o leva a ver o fato de maneira distinta de outro companheiro com formação, *background* e opiniões diversas. (cf. ibid.)

Curiosamente, ainda a respeito da questão da *objetividade*, vejamos o que diz o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo*:

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o

jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse. (2001, p.28)

A propósito desse assunto, verifica-se, sobremaneira, que o jornalista automaticamente impõe uma visão particular ao selecionar aquilo que vai ganhar espaço no jornal e o que vai ficar de fora, ao decidir o espaço que cada matéria poderá utilizar, ao escolher as fotos que serão veiculadas e suas posições nas páginas, as palavras que são permitidas e as que são proibidas, o tipo de letra, a perspectiva que o repórter deve adotar para tratar de certo assunto, que fragmento da “cena” deve iluminar e qual deve obscurecer. Além do mais, a parcialidade também pode ser percebida, não somente pelo que se diz, mas, sobretudo, por aquilo que deixa de se dizer. Assim, omitir algo de importante ou oferecer um espaço menor, um destaque menos pronunciado, a algo que merecia holofotes, é uma forma de parcializar o jornalismo.

Por fim, torna-se claro que nunca se é inteiramente subjetivo nem totalmente objetivo na relação de apreensão e conhecimento do real. Todavia, é possível proceder mais ou menos objetivamente ou subjetivamente, e é esta noção que é fundamental reter: a da possibilidade concreta de buscar a objetividade e de tentar aproximar-se ao máximo dela. (cf. Abramo, 2003, p. 39).

1.2.3 Perfil do leitor⁸

O resultado da pesquisa intitulada “Perfil do Leitor”, promovida pelo Instituto *Datafolha* em meados do ano 2000, esboçara o perfil do leitor típico da *Folha de S. Paulo* como sendo um leitor com idade média de 40 anos, apresentando um alto padrão de renda e escolaridade. Assim, esse leitor padrão pertenceria à classe A ou B, seria casado, teria formação superior (aproximadamente 67% cursaram faculdade e 17% fizeram pós-graduação), teria acesso à Internet e à TV por assinatura, estaria empregado no setor formal da economia e, por fim, teria renda individual na faixa que vai até quinze salários mínimos e familiar na que ultrapassa os trinta mínimos.

Octavio Frias Filho, diretor de Redação da *Folha*, explica que o fato de o leitor estar ficando mais velho e mais instruído, nada mais é do que o reflexo da inserção do jornal no “*establishment* da opinião pública brasileira”, ou seja, de se tornar porta-voz

⁸ As informações, acerca do perfil do leitor da *Folha de S. Paulo*, foram elaboradas segundo pesquisa encontrada em http://www1.folha.uol.com.br/fohla/80anos/quem_e_o_leitor.shtml (acesso em 04/02/08).

dessa elite (conservadora). Já a perda da participação dos leitores mais jovens, de acordo com Frias, explica-se, em parte, pela característica mais refratária à leitura nesse segmento, comprovada em pesquisas de opinião. O jornalista ainda admite que essa perda também é sintoma de uma falha do próprio jornal no modo de atrair esse público mais jovem.

Nessa perspectiva, a fim de sustentar e atrair um público mais heterogêneo, o objetivo da *Folha* é justamente o de compatibilizar os interesses de um leitor cada vez mais encerrado em seu universo individual com um jornalismo que apresente atitudes mais agressivas e independentes e que seja capaz de lançar nova luz sobre uma sociedade civil atualmente diferente, pulverizada e flexível.

1.2.3.1 Perfil do leitor das crônicas de José Simão

José Simão escreve uma coluna diária na *Folha de S. Paulo*, com a qual detém, há quase 20 anos, o maior índice de leitura num dos maiores jornais do país. (cf. Araújo, 2007, p.13). Manter-se atualizado para escrever a coluna mais lida desse jornal representa para o jornalista uma rotina bastante disciplinada que envolve a leitura de, pelo menos, quatro jornais e dos emails que lhe são enviados por leitores de todo o Brasil, bem como o *zapear* por diversos canais de televisão.⁹ Todavia, não pára aí: “Eu vou de carro lendo todos os *outdoors*, todas as faixas.” (Araújo, op.cit., p.13). Além disso, Simão “aproveita para captar, de orelhada, a voz rouca das ruas” (Vannuchi, 2007, p.102), voz essa que envolve desde pessoas famosas ao porteiro do prédio onde reside ou até clientes da padaria da esquina. (cf. *ibid.*). Comprova-se, dessa forma, que a coluna de Simão é caracterizada como uma fonte variada de informações, que vão desde economia e política, até esportes e entretenimento.

Assim sendo, pode-se dizer que as crônicas de José Simão pressupõem um leitor bem informado, que acompanhe o jornal diariamente ou que mantenha contato com outras mídias, como rádio, televisão, Internet, e que saiba qual é o “barulho do dia”¹⁰. Levando em consideração que os comentários de Simão geralmente são transmitidos de forma sintética, havendo neles muitas alusões que contam com a necessidade de outras informações ou detalhes não expressos no texto, presume-se que o autor espera, de antemão, que seu leitor esteja inteirado acerca dos comentários e acontecimentos

⁹ http://www.terra.com.br/istoegente/152/entrevista/index_2.htm

¹⁰ Fonte da expressão “barulho do dia”: (Araújo, 2007, p.15)

narrados nas crônicas, pois, parodiando Eco (2002), quando o autor produz um texto, faz uma hipótese sobre como este será lido, que caminhos o leitor deve percorrer, bem como uma previsão de como será esse leitor. Sob essa perspectiva, para Eco (cf. *ibid.*, p.39), o Autor-Modelo realiza uma dupla estratégia textual, pois ele *pressupõe e institui* a competência do próprio Leitor-Modelo. Assim, o autor, como um estrategista, calcula os movimentos de seu leitor, com uma grande distinção: o autor quer levar o adversário (leitor) a vencer, ao invés de perder: “Por conseguinte, preverá um Leitor-Modelo capaz de cooperar para a atualização textual como ele, o autor, pensava, e movimentar-se interpretativamente conforme ele se movimentou gerativamente.” (*ibid.*, p. 39)

Seguindo essa linha de raciocínio, torna-se claro que - se por um motivo ou outro - o leitor não compreender as “tiradas” de José Simão, mesmo assim, esse leitor *pressuposto e instituído*, ciente de que os jogos de palavras e as brincadeiras verbais relacionam-se a acontecimentos recentes, certamente mobilizará seus conhecimentos prévios (lingüísticos, textuais e de mundo) para dar coerência às possibilidades significativas dessas crônicas. Nesse sentido, pode-se dizer que a operação do leitor para pôr em funcionamento o texto, nada mais é do que uma atividade cooperativa de recriação do que é omitido, de preenchimento de lacunas, de desvendamento do que se oculta nos interstícios do tecido textual.

Apresentado o *corpus* de pesquisa de nossa dissertação, trataremos, no próximo capítulo, de estudar alguns aspectos da *crônica* que julgamos relevantes, tendo em vista que os textos de José Simão são categorizados de acordo com esse gênero textual.

CAPÍTULO 2 - A CRÔNICA

Onde cabem as pequenas coisas do cotidiano? Como registrar a história nossa de cada dia, não necessariamente a História? Como tornar o eterno instantâneo? Como captar a conversa fiada, os pequenos sentimentos, as coisinhas, nossas ou alheias? (Bender e Laurito, 1993, p.43)

Neste capítulo, nos direcionaremos ao estudo da crônica, descrevendo, num primeiro momento, em linhas gerais, a trajetória desse gênero textual, desde o seu processo de constituição até a atualidade. Considerando que a linguagem da crônica é permeada por marcas da oralidade, com jeito de conversa fiada, em que seu formato é obtido, por essa razão, por meio do diálogo entre o escrito e o falado, confirma-se que a crônica é caracterizada como gênero *híbrido*. Discutiremos essa questão a seguir. Depois, focaremos nossa atenção para o estudo da crônica enquanto gênero jornalístico, tendo em vista que as crônicas que nos servem de *corpus* são veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo*. Dando prosseguimento a esse estudo, refletiremos acerca de alguns posicionamentos que contribuem para caracterizar a crônica como um gênero tipicamente brasileiro. Feitas essas elucidações, relevantes para compreendermos a linguagem de José Simão, trataremos, por fim, de caracterizar, sob alguns aspectos, as crônicas desse autor.

2.1 Constituição e o processo de transformação

A crônica constituía-se, a princípio, em uma narrativa dos fatos ou registro de eventos de acordo com sua ordem temporal no curso da história:

Do Grego *chronikós*, relativo a tempo (*chrónos*), pelo Latin *chronica* (*m*), o vocábulo “crônica” designava, no início da era cristã, uma lista ou relação de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, em seqüência cronológica. Situada entre os anais e a História, limitava-se a registrar os eventos sem aprofundar-lhes as causas ou tentar interpretá-los. (Moisés, 1983, p. 245)

De acordo com Melo (2002), a crônica constitui suas primeiras expressões escritas com raízes na história e na literatura. Nesse sentido, as primeiras crônicas seriam os grandes relatos históricos, feitos em ordem cronológica, desde as narrativas do historiador grego Heródoto até as Cartas de Pero Vaz de Caminha¹¹. Segundo o autor, nesse primeiro momento, a crônica era produzida por “expectadores privilegiados” – os viajantes, que escreviam impressões de paisagens e de nativos. Nesse sentido, pode-se dizer que a crônica histórica assume, portanto, o caráter de relato circunstanciado sobre feitos, cenários e personagens, a partir da observação do próprio narrador ou tomando como fonte de referência as informações coligidas junto a protagonistas ou testemunhas oculares.

A Carta de Pero Vaz de Caminha, citada anteriormente, é uma das mais famosas crônicas da história da literatura luso-brasileira e corresponde à definição de crônica como "narração histórica".

Segundo Bosi (1976, p.4), a *Carta*, “enquanto informação, não pertence à categoria do literário, mas à pura crônica histórica”. Bosi pontua que, nela, encontramos registros sobre a natureza e o homem brasileiro e essa característica, eminentemente informativa, estender-se-á praticamente até o século XIX. Em contrapartida, sob a perspectiva de Sá (2005, p.5), a *Carta* se apresenta como início da estruturação da crônica no Brasil e “o texto de Caminha é criação de um cronista no melhor sentido literário do termo, pois ele recria com engenho e arte tudo o que ele registra no contato direto com os índios e seus costumes.”

Não nos cabe, aqui, pôr em discussão o valor literário da *Carta* de Caminha, mas interessa-nos o fato de que ela se apresenta como a primeira crônica luso-brasileira. Além de Caminha, outros cronistas portugueses noticiaram aos europeus o aspecto exótico e as possibilidades de exploração das terras brasileiras. Entre eles estiveram Pero Lopes de Souza, Pero de Magalhães Gândavo e Gabriel Soares de Souza. Paralelamente a essa chamada crônica leiga, isto é, a crônica que narra os aspectos gerais dos novos territórios, existe a crônica dos missionários e religiosos, sobretudo a dos jesuítas, como Manuel da Nóbrega, Fernão Cardim e José de Anchieta, que tem como finalidade principal documentar os passos da catequese indígena. (cf. *ibid.* p.5).

¹¹ Na Carta de Pero Vaz de Caminha são narrados ao rei português, D. Manuel, o descobrimento do Brasil, bem como os primeiros dias que os marinheiros portugueses passaram no país.

Todos esses textos produzidos, mesmo que não sejam explicitamente designados, são crônicas, no sentido histórico da palavra, e antecipam a existência de uma historiografia nacional. (cf. Bender e Laurito, 1993 p.13-14). Dessa forma, pode-se dizer que a produção dos cronistas foi legitimada pela literatura que a recolheu como representativa da expressão de uma determinada época, o que, na visão de muitos estudiosos, denominou-se uma literatura de informação sobre o novo mundo.

Nessa primeira concepção de crônica, percebemos que os fatos narrados sempre estão vinculados ao aspecto cronológico, ou seja, os primeiros cronistas portugueses no Brasil se preocuparam com a observação e o registro objetivos dos fatos relacionados com o presente, com a atualidade vivida. Nos dias atuais, a subjetividade do cronista é a maior característica desse gênero, porém o tempo continua presente, só que, agora, o tempo é aquele vivido também pelo cronista e dominado por suas impressões e expectativas.

Assim sendo, o tempo é um fator que acompanha não apenas a etimologia da crônica, mas continua a perpetuar-se em todas as suas definições, conforme afirma Arrigucci:

São vários os significados da palavra crônica. Todos, porém, implicam a noção de tempo, presente no próprio termo, que precede do grego *chronos*. Um leitor atual pode não se dar conta desse vínculo de origem que faz dela uma forma do tempo e da memória, um meio de representação temporal dos eventos passados, um registro da vida escoada. Mas a crônica sempre tece a continuidade do gesto humano na tela do tempo. (1987, p.51, grifo do autor)

O caráter informativo da crônica permanece no século XVII, observando-se, nesse período, manifestações culturais que refletem uma estrutura social, política e econômica de país-colônia. No entanto, já se podem encontrar cronistas capazes de pensar a realidade brasileira pelo ângulo nacional, recriada por meio de uma linguagem relativamente livre dos padrões lusitanos. (Romero, 1980).

A partir do século XIX, em uma acepção moderna, o conceito de crônica ampliou-se à medida que ela deixou de vincular-se apenas a um tempo historicamente determinado e à narração sucessiva de fatos para, a partir do século XX, ser o registro diário da vida cotidiana, revestindo-se com características literárias. Assim, da História e da Literatura, a crônica passa ao jornalismo, sendo um gênero cultivado pelos

escritores que ocupam as colunas da imprensa diária e periódica para relatar os acontecimentos pessoais. (cf. Melo, 2002, p.141).

Verifica-se que a crônica passou, então, a ser vista como integrante do jornal, um suporte que lhe conferiu novas características. Apesar do seu nascimento nos meios impressos, em termos oficiais, ter começado com Francisco Otaviano de Almeida Rosa, em 1852, no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, foi Machado de Assis quem imprimiu ao gênero características peculiares, como a possibilidade de trabalhar com várias linguagens, temas e significados. E estes significados poderiam ser conotativos, quando o escritor se utilizava de várias funções e figuras de linguagem, conferindo ao seu texto inúmeras leituras. Além da conotação, Machado de Assis recorria à denotação quando buscava, dentro do próprio corpo do jornal, temas para trabalhar nas suas crônicas. Estes temas, no entanto, eram recriados e reinterpretados por ele. (cf. Coutinho, 1971, p.112).

Nessa perspectiva, via de regra, o escritor ultrapassava a referencialidade jornalística ou a influência literária, conferindo ao seu texto uma autonomia estética:

Machado de Assis é o cronista que buscou a maturidade estética da crônica, tornando-a um gênero com autonomia estética que pode abrigar várias linguagens nos jornais e manter uma independência lingüística ante o folhetim e o discurso jornalístico de sua época. (Pereira: 2004, p.113)

Todavia, é importante considerar que a crônica dotada de uma independência estético-estilística praticada por Machado de Assis, por exemplo, era uma exceção. O jornal da época continha em suas páginas um discurso bacharelesco, de caráter doutrinário, que se importava apenas em informar ou opinar de maneira pouco consistente e fundamentada. Utilizava-se de uma retórica com palavras difíceis, chavões, sem a preocupação de construir uma opinião crítica junto ao leitor. Neste cenário, o objetivo dos cronistas-escritores era outro. Eles tentaram imprimir às suas crônicas uma série de significados, utilizando-se para isto de funções ou figuras de linguagem, para que, assim, as pessoas pudessem ter subsídios para interpretar de diversas formas os fatos sociais. (cf. *ibid.*)

Conceituar a crônica dentro do periódico, contudo, era algo difícil nesse momento, pois nem mesmo o jornalismo demonstrava clareza quanto à definição de

uma linguagem própria. O cronista, no entanto, já buscava uma autonomia estética para o seu texto:

Isto torna o cronista uma espécie de ‘artista’ no espaço jornalístico, porque, ao invés de emprestar seu talento à capacidade de informar, busca construir um outro universo de significados para interpretar os fatos sociais. (Pereira, 2004, p.43)

Constata-se, portanto, que esses fatos sociais eram retratados nas crônicas por meio de um discurso que não traduzia uma tentativa de doutrinação do público leitor, mas que representava uma narrativa rica em formas de leituras e significados.

É nesse contexto que tem lugar Paulo Barreto (1881-1921), escritor que carregava o pseudônimo de *João do Rio* que, posteriormente a Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, José de Alencar, entre outros, e tal como eles, fez história no mundo da crônica brasileira. (cf. *ibid.*)

Vale dizer que, no tempo de *João do Rio*, os jornais contavam com o *folhetim*, ou seja, um artigo de rodapé em que eram publicados pequenos contos, poemas em prosa, ensaios breves, tudo, enfim, que pudesse informar os leitores sobre as questões do dia ou da semana. Com a modernização da cidade, *João do Rio* vê a necessidade de mudanças no comportamento dos jornalistas. Ele, então, vai ao local dos fatos e vivência, experimenta situações que lhe possibilitam escrever um texto com mais vida. João procura adaptar sua percepção ao ritmo do progresso, do qual a cinematografia e o automóvel eram carros-chefes por volta do ano de 1908, no Rio de Janeiro. Foi o primeiro passo para que a crônica moderna ganhasse uma roupagem mais literária e poética. Nesse sentido, consideremos as palavras de Sá:

Em vez do simples registro formal, o *comentário* de acontecimentos que tanto poderiam ser do conhecimento público como apenas do imaginário do cronista, tudo examinado pelo ângulo subjetivo da interpretação, ou melhor, pelo ângulo da recriação do real. (2005, p.9)

Assim, podemos comprovar que o cronista deste período histórico preocupou-se menos em relatar fatos presos a um tempo rígido e passou a compor um cenário onde a razão cedeu lugar à imaginação.

Em meio ao sensacionalismo, às críticas ásperas e ao conteúdo polêmico que imperou nos jornais desse período, a crônica representou um espaço definido, independente no jornal. Ela apresentou uma linguagem própria, graças ao trabalho consciente dos cronistas-escritores:

O escritor do século XIX fazia do seu ofício uma profissão de fé na verdade. Conscientes do papel de historiadores do momento fugaz, eles informavam o que se passava a seu redor com a intenção de deixar um testemunho para a posteridade. (Arnt, 1990, p.24)

Somando-se a isso, pode-se dizer que o escritor-cronista usou da sua sensibilidade e argúcia para tentar imprimir ao seu texto uma linguagem independente de toda a sorte de vícios, expressões difíceis ou jargões que predominavam no jornal dessa época.

Por fim, vale lembrar que, embora vários autores usem o termo *crônica* como sinônimo de *folhetim* (a princípio, no século XIX, chamavam-se as crônicas *folhetins*), podemos observar que há diferenças semânticas e estilísticas entre tais expressões, pois a crônica, que também ocupou o rodapé dos jornais, buscou imprimir inovações lingüísticas, discursivas e uma riqueza de significações conotativas e denotativas no conteúdo dos seus textos. O *folhetim*, ao contrário, manteve uma intensa relação com o jornalismo e a literatura, não conseguindo construir uma linguagem própria que garantisse a sua autonomia estética:

A diferença entre a crônica e o *folhetim* não se resume apenas em uma questão semântica, mas se estabelece na relação que ambos mantêm com o espaço jornalístico. Neste sentido, a crônica marca uma certa evolução-semântica, através das diversas linguagens que o cronista incorpora ao seu texto. O *folhetim*, ao contrário, permanece marcado pela referencialidade do texto jornalístico ou pelo grau de literariedade, quando assume as características do romance ou mesmo da opinião jornalística. (Pereira, op. cit., p.40)

2.2 Gênero híbrido por excelência

Ao brincar com o útil e com o fútil, a crônica observa o banal a partir de seu valor extraordinário. (Pereira,2004). Este gênero narrativo híbrido oscila entre a

realidade e a imaginação, entre o jornalismo e a literatura e é resultado da visão pessoal do cronista ante um fato qualquer, ou seja, a crônica é um registro do tempo, seja retomado do passado ou flagrante do presente, transitando, portanto, entre a referencialidade e o comentário subjetivo.

Para realizar a tarefa de resgate ou flagrante temporal de forma que não canse o leitor, na crônica procura-se esconder a complexidade pressentida sob uma límpida naturalidade por meio do disfarce numa suposta conversa sem rumo. Sob esse aspecto, a impessoalidade não só é desconhecida mas, sobretudo, rejeitada pelo cronista: é a sua visão das coisas que lhe importa e ao leitor. (Arrigucci, 1987).

Assim, nota-se que o cronista que sabe atuar como consciência poética da atualidade é aquele que mantém vivo o interesse do seu público e converte a crônica em algo desejado pelos leitores. Atua como mediador literário entre os fatos que estão acontecendo e a psicologia coletiva. É por isso que muitos cronistas buscam inspiração no próprio jornal. (cf. Melo, 2003:156).

De fato, o cronista moderno, embora mantenha, como diz Cândido (1989), uma “conversa aparentemente fiada” é capaz de pegar o miúdo e nele mostrar uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas, como se a crônica pusesse de lado qualquer seriedade nos problemas. (cf. *ibid.*, p.5). Na verdade, o cronista, ao captar o lado engraçado das coisas, faz do riso um jeito ameno de examinar determinadas contradições da sociedade. (cf. Sá, 2005, p.23). Além do mais, considerando também que o jornal já está cheio de assuntos graves, a crônica instaura um momento de pausa, de descanso, refletindo a trégua necessária à vida social, “acrescentando ironia e humor à chatice do cotidiano, à dureza do dia-a-dia.” (Melo, *op. cit.*, p.156).

A esse respeito, Cândido (1989) dizia que, na crônica, tudo é vida, tudo é motivo de experiência e reflexão, ou simplesmente divertimento, de esquecimento momentâneo de nós mesmos a troco do sonho ou da piada que nos transporta ao mundo da imaginação. Para voltarmos mais maduros à vida, conforme o sábio.

Somando-se a isso, por serem as crônicas, leves e acessíveis, concordamos com Cândido (*ibid.*, p. 11) quando, nesse sentido, afirma que “aprende-se muito mais quando se diverte, e aqueles traços constitutivos da crônica são um veículo privilegiado para mostrar de modo persuasivo muita coisa que, divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas.” Assim, enganam-se aqueles que pensam que o despojamento de forma e conteúdo da crônica tirou-lhe a profundidade. Ao contrário, é justamente no equilíbrio entre o poético e o toque humorístico que a crônica imprimiu de forma

marcante sua personalidade. Por meio de uma linguagem despojada, permeada por gírias e marcas de oralidade, com jeito de conversa fiada, na qual o humor geralmente está presente, o cronista dissemina sua visão de mundo, ao narrar ou comentar fatos do cotidiano. Cândido, nessa perspectiva, afirma que há, nesse gênero, uma linguagem simplória, fazendo com que haja maior proximidade entre as normas da língua escrita e da falada, pois o cronista elabora seu texto à semelhança de um diálogo entre ele e o leitor. Segundo o autor (ibid., p.8), “a crônica opera milagres de simplificação e naturalidade, demonstrando a busca da oralidade na escrita, isto é, de quebra de artifício e de aproximação com o que há de mais natural no modo de ser do nosso tempo.”

Sendo assim, esses aspectos da crônica fazem-na transitar por outros gêneros literários. Pode ser poética, quando elaborada em 1ª pessoa, com assuntos ligados por uma associação livre, mediante a tradução emotiva da realidade exterior e interior, numa linguagem sentimental, mas coloquial, próxima à do leitor. Aproxima-se também do conto, quando construída em 1ª ou 3ª pessoa, com a presença da narração (exposição e diálogo, como forma de composição predominante), entrando num eixo, o fato, que gera a história, desdobrando-o em uma ou mais situações. Nesse caso, pode ocorrer o predomínio da história leve, divertida, de ritmo rápido, com personagens do cotidiano. O humor, a ironia, a crítica de costumes fazem parte do enredo, sempre com um final inesperado. (cf. ibid.).

É relevante dizer, de acordo com Moisés (1983, p.256), que o estilo em que se vaza o monodialogo repercute também todo o hibridismo da crônica: “direto, espontâneo, jornalístico, de imediata apreensão, nem por isso deixa de manusear todo o arsenal metafórico que identifica as obras literárias.”

Diante do exposto, comprova-se que a crônica, esse gênero literário leve, descontraído, que, atualmente, tem como função maior a distração a partir do flagrante de fatos que não teriam tanta importância, pois são cotidianos, rotineiros, é um gênero textual que bem emprega características de duas modalidades lingüísticas – a falada e a escrita. Daí a caracterização da crônica como gênero híbrido, uma vez que seu formato é obtido por meio do diálogo entre o escrito e o falado.

2.3 A crônica como gênero jornalístico

Do ponto de vista histórico, *crônica* significa efetivamente narração de fatos, de forma cronológica, como documento para a posteridade. Foi com esse sentido de relato histórico que a crônica chegou ao jornalismo:

Trata-se do embrião da reportagem. Ou seja, uma narrativa circunstanciada sobre os fatos observados pelo jornalista num determinado espaço de tempo. Muitas vezes essas matérias assumiam feição epistolar, como por exemplo, as Cartas da Inglaterra de Eça de Queiroz, que continham a percepção do momento cultural e do país, transmitindo ao leitor de língua portuguesa a vivência daqueles acontecimentos. Mas também correspondem ao que depois chamaríamos no Brasil de reportagem setorial, cobertura jornalística de uma determinada instituição ou de uma esfera da sociedade – crônica legislativa, crônica policial, crônica esportiva, etc. (Melo, 2003, p.49-50)

Deve-se ressaltar que a história da crônica no Brasil, enquanto gênero jornalístico, confunde-se com a própria trajetória do jornalismo contemporâneo. Vinculada ao entretenimento, ela começou a consolidar-se em nosso país em meados do século XIX e, desde então, tornou-se gênero quase obrigatório para os jornais brasileiros. Todavia, vale lembrar que foi na França desse século que os caminhos da crônica e do jornal começaram a se cruzar em decorrência das inovações tecnológicas da imprensa jornalística que, por sua vez, barateavam a produção em larga escala de periódicos. De fato, foi justamente nesse período que nasceu o *folhetim*, do qual se origina a crônica atual:

De início, ou seja, começo do século XIX, *le feuilleton* designa um lugar específico do jornal: o *rez-de-chaussée* – rodapé, o *rés-do-chão* – geralmente o da primeira página. Tinha uma finalidade precisa: era um espaço vazio destinado ao entretenimento. E pode-se já antecipar, dizendo que tudo o que haverá de constituir a matéria e o modo da crônica à brasileira já é, desde a origem, a vocação primeira desse espaço geográfico do jornal, deliberadamente frívolo, oferecido como chamariz aos leitores afugentados pela modorra cinza a que obrigava a forte censura napoleônica. Aquele espaço vale-tudo suscita todas as formas de diversão escrita: nele se contam piadas, se fala de crimes e de monstros, se propõem charadas, se oferecem receitas de cozinha ou de beleza: aberto às novidades, nele se criticam peças, os livros recém-saídos. (Meyer, 1983, p.10)

Sob o aspecto meramente comparativo, pode-se dizer que o *folhetim-crônica* do século XIX era mais longo do que a crônica atual e, na maioria das vezes, abarcava grande número de assuntos. No entanto, já era escrito em tom mais leve, apresentando enfoques humorísticos ou poéticos dos temas tratados. A própria escolha dos temas, voltada para aspectos “menos importantes” do cotidiano, já aponta para a presença do humor, da leveza, da gratuidade, tão comuns na crônica atual. A esse respeito, consideremos como o próprio Machado de Assis (1994) descreve como poderia ser “o nascimento de uma crônica”:

Há um meio certo de começar a crônica por uma trivialidade. É dizer: Que calor! Que desenfreado calor! Diz-se isto, agitando as pontas do lenço, bufando como um touro, ou simplesmente sacudindo a sobrecasaca. Resvala-se do calor aos fenômenos atmosféricos, fazem-se algumas conjeturas acerca do sol e da lua, outras sobre a febre amarela, manda-se um suspiro a Petrópolis, e *la glace est rompue* está começada a crônica. (p.13)

No que se refere à temática da crônica, Pereira (2004) assegurava que tal narrativa, próxima do dia-a-dia, tratava-se de um olhar atento para a banalidade que o jornalismo não tem método para capturar e, às vezes, acaba rotulando como *fait divers*¹². A função da crônica, sob essa ótica, é se apropriar de fatos que não são perceptíveis ou de fácil percepção.

Seguindo essa linha de raciocínio, é como se o cronista procurasse “fuçar” os detalhes que passam despercebidos pelo exercício jornalístico. “Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto”, comentou Machado de Assis sobre seu ofício, na coluna A Semana, na Gazeta de Notícias, em 1897.

Com relação à brevidade e ao tom da crônica moderna, lembra-nos Cândido (1989) que, aos poucos, o “folhetim” foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje. Revela-se que, para este autor, ao longo deste percurso, a crônica foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar, para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se

¹² Para Roland Barthes, o sentido humano da notícia é a própria estrutura do *Fait Divers*. Segundo esse autor, *Fait Divers* é um fato sensacionalista ou uma manchete sensacionalista, um “furo” de notícia. (BARTHES, Roland. *Structure du fait divers. Essais Critiques*. Paris: Seuil, 1964).

tornou mais leve, mais descompromissada e se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro. Assim, a fórmula moderna, na qual entra um fato miúdo e um toque humorístico, com o seu *quantum satis* de poesia, representaria, segundo Cândido, o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma.

Entretanto, é relevante destacar que essa aparência de simplicidade e leveza da crônica moderna não implica, de forma alguma, no desconhecimento das artimanhas artísticas do autor desses textos. Levando em consideração que a crônica surge primeiro no jornal e este, portanto, nasce, envelhece e morre a cada vinte e quatro horas, pode-se dizer que, nesse contexto, a crônica também assume essa transitoriedade e, por conseguinte, sua elaboração também se prende a essa urgência. A esse propósito, Sá tece algumas considerações:

À pressa de escrever, junta-se a de viver. Os acontecimentos são extremamente rápidos, e o cronista precisa de um ritmo ágil para poder acompanhá-los. Por isso a sua sintaxe lembra alguma coisa desestruturada, solta, mais próxima da conversa entre dois amigos do que propriamente um texto escrito. Dessa forma, há uma proximidade maior entre as normas da língua escrita e da oralidade, sem que o narrador caia no equívoco de compor frases frouxas, sem a mágica da elaboração, pois ele não perde de vista o fato de que o real não é meramente copiado, mas recriado. (2005, p.10-11)

2.4 Um gênero tipicamente brasileiro

A crônica, para alguns estudiosos, foi proclamada como um gênero tipicamente brasileiro, não encontrando equivalente na produção jornalística de outros países. Segundo essa concepção, a crônica nacional toma a feição de relato poético do real, situado na fronteira entre a informação de atualidade e a narração literária. Em se tratando do jornalismo mundial, o termo *crônica*, por sua vez, está mais vinculado ao de relato cronológico, de narração histórica. (cf. Melo, 2003, p.148-9). Melo ainda revela que, para o povo brasileiro, a palavra crônica designa uma composição breve, relacionada à atualidade, publicada em jornal ou revista. O autor ainda mostra que esse significado está de tal forma generalizado, que só mesmo os especialistas em historiografia se lembram de outro, bem mais antigo, o de narração histórica por ordem cronológica. (cf. *ibid.*, p.148-9).

De fato, concordamos com Melo (2003) quando o autor atesta que a crônica brasileira foi adquirindo, aos poucos, uma certa leveza, típica de uma escrita que brota ao sabor da pena, despreziosamente, mesclando, aos fatos mais comuns do cotidiano, humor e poesia. Sob esse aspecto, verifica-se que a crônica nacional possui contornos bem brasileiros, afigurando-se como espaço privilegiado do relato poético. Entretanto, deve-se destacar que a crônica adquire, sobretudo, um sentido politicamente definido, tornando-se um recurso para a intervenção social incessante dos jornalistas que se alentam nos territórios do real e se expressam por meio da poesia. Talvez essa seja a razão pela qual a crônica brasileira não disponha daquela seriedade e profundidade características do jornalismo francês ou norte-americano. (cf. *ibid.*).

Ainda sobre essa questão, pode-se dizer que Machado de Assis (1994), ao escrever suas crônicas, confessava-se escrevendo “brasileiro”. É nessa perspectiva que, segundo Afrânio Coutinho (1971, p.112), a crônica adquire personalidade nacional, pois esta exigia uma “participação direta e movimentada na vida mundana – reuniões da sociedade, teatro, parlamento.”

Curiosamente, a respeito da transformação da linguagem da crônica do Brasil, chama a atenção o fato de que num país como o nosso, onde se costumava identificar superioridade intelectual e literária com grandiloquência e requinte gramatical, a crônica operou milagres de simplificação e naturalidade, que atingiram o ponto máximo nos nossos dias. A esse propósito, também concordamos com Cândido (1989) quando estudioso diz que o grande prestígio atual desse gênero é um bom sintoma do processo de busca de oralidade na escrita, tendo em vista a aproximação com o que há de mais natural no modo de ser do nosso tempo.

Embora a crônica tenha se afirmado como gênero peculiar desde os fins do século XIX, continuando a ser praticado regularmente, de acordo com Cândido (cf. *ibid.*), somente por volta de 1930 é que a crônica moderna se definiu e se consolidou no Brasil como gênero bem nosso. Assim, para o autor, nos anos 30 se afirmaram Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, e apareceu aquele que, de certo modo, seria o cronista voltado de maneira praticamente exclusiva para este gênero: Rubem Braga.

Por fim, Cândido (1989) assegura que, no Brasil, a crônica tem uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu:

É que a crônica brasileira bem realizada participa de uma língua geral lírica, irônica, casual, ora precisa e ora vaga, amparada por um diálogo rápido e certo, ou por uma espécie de monólogo comunicativo. (ibid. p.13)

2.5 A crônica de José Simão

Dono de estilo singular e irreverente, José Simão comenta e critica, nas suas crônicas, atitudes e acontecimentos do cotidiano brasileiro e mundial que sejam o “barulho do dia”: “Eu gosto de escândalo, de babado, de barulho.” (Araújo, 2007, p.15). Assim sendo, conforme já assinalamos no *primeiro* capítulo, especificamente no item 1.2.3.1, pode-se dizer que os textos de Simão abrangem assuntos que vão desde a economia e a política até esportes e entretenimento. E, como objeto de riso, crítica/deboche da sua coluna, figuram personagens da sociedade e da mídia em geral, mas, sobretudo, políticos e mulheres não escapam a seus funestos jogos de palavras. Ao contrário do que se pode imaginar, Simão garante que “as vítimas chegam a elogiá-lo – difícil saber se por admiração mesmo ou por receio de virar alvo recorrente.” (Sallum, 2003).

No que se refere ao tratamento que José Simão atribui às mulheres, objeto de nossa pesquisa, o cronista direciona seus comentários, especialmente, a personalidades do mundo artístico, televisivo e político. As personalidades internacionais também são citadas nos seus textos, porém em menor escala, dependendo das notícias do dia.

Curioso é notar que, para lançar suas farpas, José Simão incorpora o personagem do macaco Simão, escondendo-se por trás de tal “máscara”. Pode-se dizer que, encoberto por seu personagem (macaco Simão), o cronista, sem nenhum pudor, critica grotescamente tanto os acontecimentos culturais e políticos em destaque no país e no mundo quanto o comportamento de personalidades televisivas. Por trás da “máscara” de seu personagem, é permitido a José Simão “macaquear”, imitar, caricaturizar e parodiar a realidade a sua volta. Assim, por meio do disfarce numa suposta conversa sem rumo, o autor trata com humor, leveza e informalidade, o que, de certa forma, é motivo de revolta e indignação.

As crônicas de José Simão, a nosso ver, se encaixam naquele tipo de crônica mais popular, ao rés-do-chão, como diz Cândido (1989), pois o macaco, ao debochar de tudo e de todos, revela, por um lado, falta de piedade e, por outro lado, revela uma constante alegria, cuja risada, reproduzida costumeiramente no *rarárá*, provém da

ausência de especulações morais, éticas, filosóficas. Trata-se do riso alegre, de bem com a vida e, portanto, do riso carnavalesco, grotesco da acepção de Bakhtin. É importante observar uma nítida ambivalência de sentido se considerarmos, por um lado, a postulação de Bergson (2004, p.3), quando este afirma que o homem é o único animal que sabe rir e que *faz rir* e, por outro lado, o próprio macaco Simão, que assimila a atitude humana do riso. Daí a influência do cômico grotesco nas suas crônicas. Citamos, ainda, a desforra catártica que o Carnaval pode representar para o povo (*mas nós goza*), uma vez que a alegria, nesse curto período, subverte a opressão do cotidiano oficial (*nós sofre*) e remete-nos imediatamente ao papel desempenhado pelas festas religiosas medievais.¹³

É importante lembrar, como já fora registrado no capítulo de apresentação do *corpus*, que as crônicas de José Simão rompem com a linguagem comum. O caráter eminentemente oral de seus textos advém de uma situação verbal espontânea do cotidiano e é revelado por meio de piadas, adivinhas, provérbios e deboches.

As últimas notícias ou o grande escândalo do dia tem seu efeito intensificado por conta do alarido que as expressões e bordões iniciais das crônicas de Simão sugerem, a começar pelo uso da caixa alta *BUEMBA! BUEMBA!* e também pela seqüência das frases interjetivas de pequena extensão, como, por exemplo, *Macaco Simão Urgente! O esculhambador-geral da República! Direto do País da Piada Pronta!*

Pode-se dizer também que a crônica de Simão caracteriza-se por ser fragmentada, mesclando seus textos com citações de textos alheios aos seus, como, por exemplo, piadas, enquetes e entradas de dicionário, sugerindo assim uma aparente desordem textual. A esse respeito, sob esse ponto de vista, tal crônica constitui-se de breves e variados temas do cotidiano, em que ocorre uma rápida transferência entre um assunto e outro, como se o macaco pulasse de “galho em galho”. Aliás, atesta-se que a própria superfície textual revela essa mudança constante entre um dizer e outro. Isso se comprova por meio do emprego da conjunção aditiva *E*, como no exemplo da crônica do dia 9/2/2007: “**E** vendo as peladas nos ensaios de escola de samba...”/ “**E** não tem mais peito natural” / “**E** o mico da semana”/ “**E** olha essa notícia: Brasileiro morre ...”/ “**E** atenção! Cartilha do Lula.”

¹³ As considerações sobre a questão do riso e do cômico grotesco serão abordadas de forma mais detalhada, respectivamente, nos itens 3.2.1 e 3.2.2, do *terceiro* capítulo.

Levando em consideração que as crônicas de José Simão têm por hábito difamar e ridicularizar personalidades do mundo artístico, televisivo e político, sobretudo as mulheres, seja debochando das gafes cometidas, seja surpreendendo-as em situações inusitadas, fica claro que, para o autor, tudo parece funcionar como pretexto para o humor. Assim sendo, em nome do riso, escondem-se preconceitos, intolerâncias e injustiças. Esses elementos, como parecem resultar da ordem natural das coisas, chegam a passar, muitas vezes, despercebidos, configurando-se, portanto, em uma forma de violência. Essa relação entre violência e humor, relevante para nossa pesquisa, é o que abordaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA E HUMOR

A partir da constatação de que a comicidade é deflagrada, nas crônicas que nos servem de *corpus*, em função de uma narrativa rica em comentários depreciativos e preconceituosos contra as mulheres, surgiu daí a necessidade de estabelecermos uma relação entre violência e humor. Para tanto, a princípio, faremos uma reflexão acerca de alguns conceitos e categorizações da violência, pois, como veremos, a abordagem acerca desse fenômeno dar-se-á dentro de uma perspectiva que não se restringe somente à agressão física ou a concepções puramente objetivas do fenômeno. Considerando que a violência aparece também como ato de comunicação, não se delimitando apenas à violência física, tornou-se coerente discutirmos, sob alguns aspectos, a relação estabelecida entre violência e linguagem. Além do mais, evidencia-se que o mundo se depara com uma nova realidade, uma nova ordem mundial, o fenômeno da globalização. Assiste-se ao advento de uma sociedade global em que a ordem é consumir. Nesse sentido, para que possa, além de manter a ordem vigente estabelecida, alcançar maiores índices de audiência, a mídia, por diversas vezes, recorre a elementos afinados com a lógica sensacionalista, do espetacular, do grotesco, do violento. Essa relação entre mídia e violência é o que discutiremos a seguir. Por fim, trataremos, especificamente, da violência contra as mulheres. Feitas as ponderações necessárias acerca do fenômeno da violência, estudaremos, logo em seguida, alguns aspectos das teorias sobre a comicidade, bem como os recursos lingüísticos, relevantes para nossa pesquisa, que contribuem para a deflagração do riso. Considerando que o humor é caracterizado como algo “não sério” (Travaglia, 1989-90), pode gerar ou intensificar preconceitos, racismos e intolerâncias, configurando-se, por essa razão, como uma forma de violência. Reforçamos, portanto, a importância de estudarmos essa ligação entre humor e violência.

3.1 A propósito do conceito de violência e de sua categorização

O fenômeno da violência tem ocupado não só nos meios acadêmicos, mas também no senso comum, lugar de destaque e preocupação. Tendo em vista essa ampla abordagem do tema nos mais diferentes meios, compreendê-lo de forma mais criteriosa contribui para pensar em caminhos mais eficazes para solucioná-lo ou ao menos

minimizá-lo. Mas, se por um lado é importante desmistificar e elucidar a noção de violência, tendo em vista sua complexidade no meio social, por outro, a freqüente abordagem e massificação do conceito acaba promovendo uma banalização e muitas vezes distorções do seu significado.

O sociólogo e filósofo francês Yves Michaud, ao empreender um estudo sobre a natureza e as implicações da violência como fenômeno social, buscou, em primeiro lugar, resgatar os “sentidos” e a etimologia da palavra *violência*. Assim, inicialmente, faz uma abordagem do assunto descrevendo o conceito do termo de acordo com as informações veiculadas nos dicionários franceses contemporâneos, especificamente, o *Robert*, 1964. Assim, a violência é descrita como:

- a) o fato de agir sobre alguém ou de fazê-lo agir contra a sua vontade empregando a força ou a intimidação; b) o ato através do qual se exerce a violência; c) uma disposição natural para a expressão brutal dos sentimentos; d) a forma irresistível de uma coisa; e) o caráter brutal de uma ação. (2001, p.7)

A título ilustrativo, julgamos importante também considerar a definição do termo *violência*, propagada em um dos dicionários brasileiros:

- 2) *s.f.* a) Qualidade do que é violento. b) Ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força. c) exercício injusto ou discriminatório, ger. ilegal, de força ou de poder; cerceamento da justiça e do direito; coação, opressão, tirania. d) força súbita que se faz sentir com intensidade; fúria, veemência. e) dano causado por uma distorção ou alteração não autorizada. f) o gênio irascível de quem se encoleriza facilmente, e o demonstra com palavras e/ou ações. (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* - dicionário virtual¹⁴)

Em se tratando da forma pela qual o termo *violência* é registrado no dicionário, Chauí (2006) pondera que, na verdade, esse veículo de informação sintetiza, sem comentários, a história dos numerosos sentidos que a palavra *violência* teve e tem na cultura ocidental, desde a Antigüidade. Segundo a autora, esses múltiplos sentidos

¹⁴ *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* - dicionário virtual. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=violencia&stype=k>. Acesso em 13/03/08.

poderiam ser resumidos na idéia de que a violência é um ato brutal e antinatural de transgressão e violação da natureza, do direito, da justiça, das leis, dos costumes, do sagrado, das mulheres e dos mais fracos. Nesse sentido, pode-se afirmar que, quando a relação entre dois ou mais seres se realiza por meio da força física, psíquica ou moral, “dizemos que há violência, identificando-a com a coerção, a coação ou a repressão.” (ibid., p.120).

Sob o ponto de vista etimológico do termo *violência*, Michaud esclarece:

‘Violência’ vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a *vis*, que quer dizer força, vigor, potência, violência, emprego de força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mais profundamente, a palavra *vis* significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e portanto, a potência, o valor, a força vital.

A passagem do latim para o grego confirma este núcleo de significação. Ao *vis* latino corresponde o *is* homérico (iS) que significa músculo, ou ainda força, vigor, e se vincula a *bia* (Bía) que quer dizer a força vital, a força do corpo, o vigor e, conseqüentemente, o emprego da força, a violência, o que coage e faz violência. Os especialistas ligam tais termos ao sânscrito *j(i)ya* que significa predominância, potência, dominação que prevalece. (2001, p.8)

Descritos os usos correntes e a etimologia da palavra *violência*, abordaremos, ainda, de acordo com Michaud, as definições do termo fornecidas pelo direito (penal e civil). Pode-se dizer que, ao contrário da amplitude do sentido corrente, juridicamente essa palavra fornece definições estritas, em dois aspectos:

Um elemento de força física identificável com seus efeitos, e um outro, mais imaterial, de transgressão, vinculado ao dano a uma ordem normativa. Como dano físico, a violência é facilmente identificável e como violação de normas, quase qualquer coisa pode ser considerada uma violência. (ibid., p.10).

Depreende-se, sob esse aspecto, que a violência pode referir-se tanto a um dano físico, como também à transgressão de normas. Contudo, o ponto em comum a respeito da noção de violência, segundo Michaud, é a idéia de uma *força*, “de uma potência natural, cujo exercício contra alguma coisa ou alguém torna o caráter violento.” (ibid.,

p.8). Nesse sentido, a violência é uma questão de agressões e maus-tratos que deixa marcas evidentes. Todavia, pode-se dizer que essa *força* assume sua qualificação de violência em função de normas definidas que variam muito. (ibid.)

Em vista disso, tomando como base o caráter social da violência, comprova-se que podem existir tantos tipos de violência quantas forem as sociedades em que ela está inserida, tendo em vista que “sociedades diferentes estruturam violências diferentes”, daí “o papel das leis, explícitas ou implícitas, dos costumes e das tradições na determinação dos limites de violência permitidos a cada sociedade em questão.” (Dias, 2003, p.103).

Conforme assinalamos no início deste capítulo, verifica-se, portanto, que a complexidade de sentidos e de interpretações que o referido termo pode suscitar dificulta, por assim dizer, uma apreensão objetiva a respeito de tal fenômeno, pois nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possuam uma estrutura facilmente identificável. Se, por um lado, como vimos, tornou-se tarefa árdua definir objetivamente a violência, por outro lado, buscou-se compreender de que modo esse fenômeno se manifesta na vida diária das pessoas.

Assim sendo, Odália (2003, p.86) encontra um ponto comum na caracterização das mais variadas e possíveis formas de violência, à medida que, por meio da idéia de *privação*, considera ser possível “descobrir a violência onde ela estiver, por mais camuflada que esteja, escondida sob formas de preconceitos, de costumes ou tradições, de leis e legalismos.” Para o autor, sempre que o sentimento de privação for experimentado, sentindo-se, o indivíduo, despojado, por razões que não lhe são claras, de seus direitos como pessoa e como cidadão, a violência estará sendo consumada. (cf. ibid.)

Curiosamente, observa-se que, para Michaud (2001), a significação da violência é prescrita a partir do ponto de vista de quem pratica a ação violenta, ao passo que, para Odália (2003), essa significação da violência é formulada a partir da perspectiva daquele que sofre tal ação. Sobre esse aspecto Dias pondera: “Daí, para o primeiro, a noção de força – uma ação que ultrapassa da medida - e, para o segundo, a noção de *privação* – sentimento de que determinadas coisas estão sendo negadas sem razões explícitas.” (op. cit., p. 103).

Embora muitos estudos acerca do tema ainda se concentrem, basicamente, em torno da violência caracterizada pela agressão física, é importante considerar que essa modalidade de violência, aparentemente mais visível, não se constitui como a única

forma de violência. Definitivamente. Existem outras modalidades, igualmente graves, ocultadas por trás de uma manipulação sutil e opressora e que se referem a *estados de violência*:

Pode-se matar, deixar morrer de fome ou favorecer condições de subnutrição. Pode-se fazer desaparecer um adversário ou afastá-lo progressivamente da vida social e política através de uma série de proibições profissionais e administrativas. Aqui, aparece claramente a distinção entre *estados* e *atos de violência*. Entretanto a dificuldade reside no fato de que esses *estados de violência* supõem situações de dominação que abrangem todos os aspectos da vida social e política e se tornam, assim, cada vez menos passíveis de localização. (Michaud, op. cit., p.11)

Na tentativa de propor uma definição que dê conta tanto dos *estados* quanto dos *atos* de violência, Michaud é enfático:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (2001, p. 11)

Por fim, é interessante observar, ainda, a colocação de Chauí acerca do modo segundo o qual a violência se institui. Para a autora, a sociedade brasileira é autoritária e isso se deve ao fato de a cidadania ser mantida como “privilégio de classe” e colocada numa posição de concessão da classe dominante às demais. Nessa sociedade, as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são transformadas em desigualdades e estas em relações de “hierarquia, mando e obediência”. (cf. Chauí, 1994, p.53). As relações acabam tornando-se uma forma de dependência, tutela, concessão, autoridade e favor, “fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível sob o paternalismo e clientelismo, considerados naturais e por vezes, exaltados como qualidades positivas do caráter nacional”. (ibid., p.54).

Diante do exposto até aqui, ficou-nos evidente o caráter subjetivo da violência, tendo em vista as diferentes formas pelas quais o fenômeno é definido e categorizado pelos autores mencionados. Entretanto, as propostas descritas pelos referidos estudiosos nos interessam, pois permitem abordar a violência dentro de uma perspectiva que não se

restringe apenas à violência física, legitimada pelo uso da força e da agressividade. Antes, também nos possibilitam compreender um pouco mais acerca da violência aparentemente “invisível” e silenciosa, capaz de oprimir, brutalizar, intimidar, coagir e impor arbitrariamente, ao indivíduo, costumes, valores, leis, etc.

3.1.1 Violência e linguagem

A palavra, segundo a concepção de Mafessoli (1987, p.57), é o “paradigma da relação social”. Tal constatação implica dizer, no sentido comum do termo, que a palavra é a troca simbólica por excelência, “pois permite o acordo ou o confronto de subjetividades que se assumem enquanto tais e se superam umas às outras, num mesmo movimento, numa alteridade plural.” (ibid., p. 57).

Sobre essa questão é importante considerar que, na circulação da fala, a importância da palavra está menos no conteúdo do que na própria troca. A partir dessa revelação proposta pelo autor, podemos compreender a *palavra* como instrumento de violência justamente “pelo expediente da revolta, pois ela abre o caminho, a troca sem fim, à circulação das idéias e das informações.” (ibid., p. 58). Constata-se, ainda, que a palavra é ponto de partida de vários pensamentos, razão pela qual remete a outras discussões, a outros discursos.

Pode-se dizer que a violência aparece não só como mero fenômeno de agressão física, mas também como linguagem, como ato de comunicação. Nesse sentido, Dias (2003) sustenta que a violência construída pela linguagem, especificamente aquela veiculada pela mídia, nos remete à distinção entre *violência referida* e *violência construída*. No primeiro caso, a violência (normalmente física), ocorrida de fato, é reportada no jornal – ou na mídia em geral – por meio de recursos que lhes são próprios. No segundo caso, a violência – que pode ou não ter se efetivado na realidade – é construída lingüisticamente pelos meios de comunicação, que, ao invés de representar, (re)criam a realidade.

Para que possamos melhor compreender o modo pelo qual a violência é construída por meio da linguagem, consideraremos a distinção entre *fala* e *escrita*, proposta por Mafessoli (1987, p.59). A característica da fala, móvel e instável, é a sua circulação rápida, sua não monopolização intrínseca. Se, por um lado, a fala é dificilmente controlada por uma única pessoa ou por um grupo, a escrita, por outro lado, é estruturalmente uma acumulação e necessita, assim, uma administração e,

conseqüentemente, funcionários patenteados para assegurar esta administração. Assim sendo, ao caráter fechado da escrita opõe-se a abertura indefinida de uma fala truncada, modificada, corrigida que, numa palavra, se presta ao dinamismo do conjunto social que a cria ou que a utiliza. (cf. *ibid.*).

Ainda, segundo esse autor, as palavras podem se libertar, afinal, não são mais controláveis. Assim, “basta abrir a linguagem para que ela fale por si própria contra a ordem e o saber”. Nesse sentido, para Mafessoli, “todo ganho de fala, toda retomada de fala é também retomada de poder” e, por assim dizer, “trata-se de uma ação ritual, cinicamente repetida, da violência insurrecional, seja ela política, religiosa, etc.” (*ibid.*, p.62).

3.1.2 Mídia e Violência

Que o jornal diário exerce uma função mediadora entre o leitor e a realidade, sendo um veículo importante para tomada do conhecimento, por parte de seu público, das questões que envolvem a violência em nossa sociedade, é fato inquestionável. Mais importante ainda é considerarmos que o jornal, com sua aparência indefesa, sob a alegação de prestar serviço cultural e informativo de maneira diversificada, pode legitimar-se, sobretudo, como instrumento de poder, palco, portanto, da disseminação de interpretações, interesses e ideologias de classe.

Em seu estudo sobre o jornal paulista *Notícias Populares*, a estudiosa Ana Rosa Dias aponta para a construção de um tipo específico de prática discursiva, o “discurso da violência”. De acordo com a autora, esse discurso seria marcado pelos apelos ao grotesco, ao escatológico e aos *fait divers*:

Trata-se de um discurso com cartas previamente marcadas, com táticas de persuasão, com jogos dúbios de significados, com recursos de credibilidade (em que entram, é claro, os próprios recursos visuais representados pelas fotos mais expressivas dos fatos) num contexto complexo de produção, compreensão e uso da notícia ... (2003, p.107)

Tais técnicas discursivas teriam como destinatário “um tipo específico de leitor, receptivo a essa condução da narrativa, acostumado a esses ‘modelos’ noticiosos e à forma como lhe são apresentados.” (*ibid.*, p.107). Assim sendo, o caráter polifônico do

discurso da violência aparece claramente na idéia de que existe um leitor com quem ele interage e com quem dialoga. Como afirma Rondelli, “o que se produz sobre a violência são representações múltiplas, discursos polifônicos, por vezes contraditórios, mas coerentes com requisitos institucionais diversos.” (2000, p.155).

Vale ressaltar que, mesmo reconhecendo a presença de múltiplas vozes nos discursos midiáticos, aponta-se, pois, para a assimetria neste processo, já que a imprensa, por meio de estratégias enunciativas, seria capaz de fixar conteúdos e propor a “pauta” dos acontecimentos para seus leitores.

Assim, em se tratando do binômio violência e mídia, pode-se dizer que os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais sobre o crime, a violência e aqueles envolvidos em suas práticas e em sua coibição. Nesse sentido, o modo como a mídia fala da violência seria parte da própria realidade da violência, ou seja, de seus atos serão extraídos interpretações e sentidos sociais, os discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social passará a ser informada pelos episódios narrados – possuindo, assim, um caráter estruturado e estruturador. Quanto a esse aspecto, Rondelli faz algumas ponderações:

Do real ela nos devolve, sobretudo, imagens ou discursos que informam e conformam este mesmo real. Portanto, compreender a mídia não deixa de ser um modo de estudar a própria violência, pois quando esta se apropria, divulga, espetaculariza, sensacionaliza ou banaliza os atos de violência está atribuindo-lhes um sentido, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência. (2000, p.150)

Na mídia, atualmente, encontra-se a forma dominante de cultura (mercantilizada), a qual promove a socialização ao mesmo tempo em que fornece elementos de homogeneização da identidade das pessoas. Sob essa perspectiva, para Kellner (2001), a cultura da mídia (entendida como a cultura da sociedade), por meio de um “véu sedutor” que combina o verbal com o visual, traduz uma ampla dependência entre comunicação e cultura. É justamente por conta desta inter-relação que os meios de comunicação divulgam determinados padrões, normas e regras, ensinam o que é bom e o que é ruim, o que é certo e o que é errado, bem como fornecem símbolos, mitos e estereótipos por meio de representações que modelam uma visão de mundo (imaginário social), de acordo com a ideologia vigente. Sob esse ponto de vista, concordamos com Costa (2002, p.147) quando o autor enfatiza que a ação dos veículos de comunicação

corroborar o pensamento dos grupos que possuem os meios de reprodução simbólica, agindo como instância de controle ideológico permanente e de introjeção de normas, crenças e valores dominantes.

Evidencia-se, portanto, que a cultura contemporânea da mídia cria formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar as relações vigentes de poder, ao mesmo tempo em que fornece instrumental para a construção e o fortalecimento de identidades, para a resistência e a luta. Daí a constatação de que essa cultura midiática caracteriza-se como um terreno de disputa no qual grupos sociais importantes e ideologias políticas rivais lutam pelo domínio, e que os indivíduos vivenciam essas lutas, “por meio de imagens, discursos, mitos e espetáculos” veiculados que são pelos meios de comunicação de massa. (cf. Kellner, op. cit., p.10-11).

Com o advento de uma sociedade global em que a ordem é consumir, a mídia, como já assinalamos no início deste capítulo, por diversas vezes, recorre a elementos afinados com a lógica sensacionalista, do superficial, do espetacular, do grotesco, do violento para que, desta forma, além de manter a ordem vigente estabelecida, “possa superar a concorrência e provocar o interesse imediato da audiência, por meio da espetacularização e exploração do inusitado, em uma busca permanente pela anormalidade”. (Costa, op. cit., p.153).

Sobre essa questão, pode-se dizer que os meios de comunicação de massa, sob as aparências de “máquinas de informação”, são, de acordo com Sodré (2006), de fato máquinas integradoras dessas simulações necessárias à nova ordem. Porém, o autor explica: “Não se trata, pois, de ‘informação’ enquanto transmissão de conteúdos de conhecimento, mas de produção e gestão de uma sociabilidade artificial, encenada num novo tipo de espaço público, cuja forma principal é a do espetáculo.” (ibid., p. 75).

Diante dessas observações, verifica-se que o jornal cria, a partir da matéria-prima *informação*, a mercadoria *notícia*, expondo-a a venda (por meio da manchete) de forma bastante atraente. Do contrário, ou seja, sem esses artificios, a mercadoria não vende e seu valor de troca não se realiza:

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso, a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. (Marcondes Filho, 1989, p.13)

Seguindo essa lógica, Costa (op. cit., p.154) assegura que o importante, então, “é explorar as anomalias patológicas, os comportamentos desviantes, a dimensão extraordinária de um fato”, firmando-se, assim, na “descrição sintética do assunto em títulos bombásticos”. O autor explica ainda que a “forma de apresentação, ainda que resulte mosaicos informativos, desconexos e sobrepostos uns aos outros, passa a ser mais evidente do que o fato.” (p.42). Segundo essa perspectiva, o importante é “expressar o fato pelos dados quantitativos”, de forma a “manter a atenção do público-receptor, não importando se os procedimentos técnicos e narrativos comprometem a ética e o humanismo. Os índices de audiência, a circulação e o consumo dos bens simbólicos portanto, justificam os meios.” (p.154).

Ainda, segundo o mesmo autor, a ação mediadora das tecnologias de comunicação de massa exerce, no plano ideológico, a sobreposição de uma concepção de mundo de quem detém os meios de reprodução simbólica, de modo a tornar juízo comum para o restante da sociedade. Nesse sentido, o processo de adaptação é favorecido pelos mecanismos de repetição insistente de um mesmo artefato histórico, como se a repetição conformasse o gosto do indivíduo, fazendo-o crer, ilusoriamente, que tal processo ocorre espontaneamente. (cf. Costa, op. cit.).

Assim sendo, a repetição de uma cena trágica, partindo-se de um detalhe mais excitante, não resulta em esclarecimento, e sim em espetáculo que move a imaginação e a curiosidade. Já a repetição continuada da violência amortiza a indignação e age no sentido de sua banalização, como se a indiferença diante da dor, o horror e a angústia garantissem a distância das massas diante da condição humana globalizada. (cf. *ibid.*, p.135).

Resta-nos concluir que a mídia tem um grande poder de influência sobre o indivíduo, contribuindo na e para formação da sua identidade e socialização. Entretanto, assim como é capaz de formar, informar e transformar, também é igualmente capaz de deformar os estilos de identidade, subjetividade e sociabilidade. Isso ocorre porque os meios de comunicação, à medida que disseminam as ideologias da classe dominante, servindo, portanto, de instrumento de manutenção do *status quo*, fazem, por assim dizer “o uso do conhecimento como forma de poder, de distinção, de dominação e opressão.” (Marcondes Filho,1989, p.24).

3.1.3 Violência contra a mulher

Para alcançar postos de alto nível numa sociedade machista, uma mulher é obrigada até certo ponto a adotar atitudes machistas. Os postos importantes na política, nos negócios e nas profissões não são espaços neutros que podem ser ocupados indistintamente por homens ou mulheres: existem dentro de uma hierarquia e de uma estrutura masculinas, e estão planejados para homens. As mulheres que chegam a ocupá-los devem ter certas qualidades “masculinas” desde o início, e depois “masculinizar-se” ainda mais para impor sua autoridade. (Castañeda, 2006).

Ao longo da história, a violência, de acordo com Morais (1981, p.79), “sempre se originou de necessidades e interesses antagônicos geradores de um clima de disputa, de mediação de forças.” Numa perspectiva dualista, a diferenciação de papéis desempenhados por homens e mulheres foi se consolidando a partir da valorização da força como elemento constitutivo de poder e autoridade, cujo detentor era o homem. Esse modelo se afirmou, instituindo a dominação, atributo do homem, e seu avesso, a submissão, imposta ao elemento feminino. É nesse sentido que, a essa relação entre os sexos, construída em forma de oposição, se impôs uma lógica de *violência simbólica*, definida como violência insensível e invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (cf. Bourdieu, 1999, p. 7).

É interessante observar que Teles e Melo (2003), ao se referirem à questão sobre a violência contra a mulher, utilizam como sinônimo desse fenômeno o termo *violência de gênero*. Sob esse aspecto, as autoras explicam que tal conceito deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e da submissão da mulher, sendo que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos, indicando também que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Nessa perspectiva, o conceito de *gênero* trata “da forma culturalmente elaborada que a diferença sexual toma em cada sociedade, e que se manifesta nos papéis e *status* atribuídos a cada sexo e constitutivos da identidade sexual dos indivíduos.” (ibid., p. 38).

Além do mais, pode-se dizer que o *gênero* se constrói socialmente de acordo com o tempo histórico vivido em cada sociedade, enquanto a expressão ‘sexo’ teria uma caracterização biológica com destaque para os aspectos físicos do ser feminino ou do ser masculino. Assim, verifica-se que é a própria estrutura da sociedade e sua dinâmica

que transformam as diferenças sexuais em desigualdades sociais tendo em vista atender interesses de determinados grupos. (cf. Teles, 2007, p. 38-9).

Esse viés de *gênero* como relacional desconstrói uma concepção binária dos *papéis* sexuais e funda uma perspectiva em que homens e mulheres são analisados e entendidos a partir das relações que estabelecem na esfera social. Assim sendo, a compreensão dos *papéis* e representações adequados a homens e mulheres não tem tão somente na variável biológica seu fator de leitura e entendimento, posto que essa variável não dá conta de explicar a complexa teia de relações, por vezes ambíguas e contraditórias, vivenciadas pelos sexos na sociedade:

Gênero tanto é substituto para mulheres como é igualmente utilizado para sugerir que a informação sobre o assunto ‘mulheres’ é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Esta utilização insiste sobre o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado em e por este mundo. Este uso rejeita a validade interpretativa da idéia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco, ou nada, a ver com o outro sexo. Além disso, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação, no fato de que as mulheres têm as crianças e os homens têm uma força muscular superior. (Scott, 1990, p.7)

O *gênero*, visto sob esse ponto de vista, significa a organização social das diferenças sexuais, de modo que, se o sexo pertence à esfera do biológico, o *gênero* encontra-se na esfera do sociocultural, mas, de maneira alguma, são duas categorias antagônicas e que se excluem, antes, uma implica a outra.

De um modo geral, “a violência de gênero é praticada pelo homem para dominar a mulher, e não eliminá-la fisicamente. A intenção masculina é possuí-la, é tê-la como sua propriedade, determinar o que ela deve desejar, pensar, vestir. Ele quer tê-la sob seu controle e ela deve desejar somente a ele próprio.” (Teles e Melo, 2003, p.25). As autoras ainda destacam que a “prática da violência de gênero é transmitida de geração a geração tanto por homens como por mulheres.” Tal violência “torna-se de tal forma arraigada no âmbito das relações humanas que é vista como se fosse natural, como se fizesse parte da natureza humana.” (ibid. p.24).

Dessa estreita relação entre o biológico e o cultural advém a normatização dos sexos e determinam-se os padrões adequados a homens e mulheres em diferentes épocas e sociedades. A invenção da masculinidade e da feminilidade não se dá por acaso, mas é resultado de um discurso sexista que é gestado na história, produzido pela cultura, socialmente aceito e incorporado aos hábitos, costumes e comportamentos de um povo. Desse modo, os padrões de masculinidade e feminilidade preestabelecidos socialmente para homens e mulheres legitimam as relações de poder entre os sexos, hierarquizam suas posições sociais e criam um sistema baseado em valores, crenças, estereótipos e discursos socioculturalmente construídos.

Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a idéia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres. (cf. Teles e Melo, *ibid.*, p.8).

Cotejando-se as teorias a respeito de *gênero*, Teles adverte para a utilidade desse “instrumento de análise da realidade”, explicando que o estudo de gênero contribui para o estudo das desigualdades sociais, para perceber e aprofundar as relações de poder, os significados e os símbolos de corpos e sexos, a formulação de noções, idéias e valores nas diversas áreas dos setores sociais: “É como se fosse uma lupa para que se possa enxergar a realidade das relações sociais entre os sexos, seus conflitos e suas contradições.” (2007, p. 53).

Histórica e culturalmente, devido a questões puramente fisiológicas, os homens, dotados de forças superiores às mulheres são, por esse motivo, consagrados como representantes do “sexo forte”. Assim, nessa construção social assimétrica, os homens ocupam, tradicionalmente, a posição de *dominadores*, enquanto as mulheres ocupam a posição de *dominadas*. Pelo mero fato de deterem, em geral, menos força física que os homens, as mulheres teriam decretadas sua inferioridade e dependência perante aqueles e, dessa forma, por representarem o “sexo frágil”, acabariam por facilitar aos homens o exercício da violência sobre elas:

A própria expressão ‘violência contra a mulher’ foi assim concebida por ser praticada contra pessoa do sexo feminino, apenas e simplesmente pela sua condição de mulher. Essa expressão significa a intimidação da mulher pelo homem, que desempenha o papel de seu agressor, seu dominador e seu disciplinador. (Teles e Melo, *op. cit.*, p.19)

De acordo com Bourdieu (1999), a dominação masculina tem suas origens num comportamento histórico de forças materiais e simbólicas que atuam tanto na unidade doméstica como também em unidades maiores como o Estado, a escola, a igreja e outras instituições que orientam a conduta dos indivíduos na sociedade. O homem desde criança aprende a representar a imagem de virilidade que é passada tanto pelo pai (dominador) quanto pela mãe (dominada), possibilitando que ambos reproduzam a relação de dominação.

Por fim, a violência contra a mulher deve ser entendida como “uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem a reações violentas. Não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas.” (Teles, 2007, p.69-70). Assim, quando falamos em violência contra a mulher, referimo-nos à agressão psicológica, física, sexual ou patrimonial direcionada exclusivamente à mulher, nos espaços públicos ou privados. Com respeito à *violência psicológica*, deve-se esclarecer ainda que tal fenômeno atua em todas as outras formas de violência e refere-se, segundo Teles (ibid., p.23-4), a “ações ou omissões que visam degradar, dominar, humilhar outra pessoa, controlando seus atos, comportamentos, crenças e decisões.”

3.2 A propósito das considerações sobre o humor: a questão do riso

Desde Aristóteles, o riso tem sido largamente estudado, teorizado e discutido por historiadores, filósofos, psicólogos, sociólogos, lingüistas e outros – o que justifica, por um lado, a existência de uma vasta bibliografia sobre o assunto e, por outro lado, a consequente dificuldade de sua definição e delimitação.

Embora muitos estudiosos tenham se debruçado sobre essa questão, Minois (2003) adverte que tal interesse não deveria surpreender pois, de fato, estamos imersos em uma “sociedade humorística”, ou seja, uma sociedade “que quer ser *cool* e *fun*¹⁵, amavelmente malandra, em que os meios de comunicação difundem modelos descontraídos, heróis cheios de humor e em que se levar a sério é falta de correção”. (ibid., p.15)

¹⁵ *Cool*: (adj.) indiferente, apático; (*adv.* de modo) distanciado, sem envolvimento; *Fun*: (subst.) pândega, divertimento, diversão, prazer; (*adj.*) divertido, engraçado. Fonte: Dicionário virtual Michaelis: <http://michaelis.uol.com.br/> (acesso: 25/09/08)

O riso, por sua vez, sempre foi um mistério na história do pensamento ocidental. Serve ao mesmo tempo para afirmar e para subverter. Na encruzilhada do físico e do psíquico, do individual e do social, do divino e do diabólico, ele flutua no equívoco, na indeterminação. (cf., *ibid.*). Portanto, de acordo com Minois, tem tudo para seduzir o espírito moderno: “Alternadamente agressivo, sarcástico, escarnecedor, amigável, sardônico, angélico, tomando as formas da ironia, do humor, do burlesco, do grotesco, ele é multiforme, ambivalente, ambíguo. Pode expressar tanto a alegria pura quanto o triunfo maldoso, o orgulho ou a simpatia.” (p.15-6).

Diante de um assunto tão instigante e abrangente, selecionar *alguns* aspectos das teorias acerca da comicidade, importantes para a sedimentação da análise do nosso *corpus*, nos afigurou o caminho mais lógico. Em vista disso, nos respaldaremos, principalmente, nas postulações de Bakhtin, Bergson e Propp, imprescindíveis para nossa pesquisa. É o que trataremos a seguir.

3.2.1 A carnavalização do riso medieval sob a perspectiva de Bakhtin

Por intermédio de sua obra, *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, o teórico russo Mikhail Bakhtin discorreu acerca da natureza do riso medieval. Para tanto, atentou para o fato de que na sociedade da Idade Média havia uma divisão bastante acentuada entre o sério e o cômico. Pode-se dizer que as autoridades, os religiosos e os senhores feudais defendiam a seriedade como atributo da cultura oficial. O cômico, por sua vez, opunha-se à cultura oficial e este valor subversivo o transformou em uma característica essencial da cultura popular.

Convém lembrar, como relata Bakhtin (1996), que, por um lado, a festa oficial, às vezes mesmo contra as suas intenções, tendia a consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo: hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais correntes. Nesse sentido, como aponta o autor, a festa era o triunfo da verdade pré-fabricada, vitoriosa, dominante, que assumia a aparência de uma verdade eterna, imutável e preempatória. Por isso, “o tom da festa oficial só pode ser o da seriedade sem falha, e o princípio cômico lhe era estranho. Assim, a festa oficial traía a verdadeira natureza da festa humana e desfigurava-a.” (*ibid.*, p.8). Por outro lado, o carnaval, contrário da festa oficial, era, como descreve Bakhtin, “o triunfo de uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do

regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus.” (ibid., p.8). Assim, enquanto a festa oficial era a consagração da desigualdade, no carnaval todos são iguais e nele reina uma forma especial de contato livre e familiar entre os indivíduos normalmente separados na vida cotidiana pelas barreiras intransponíveis da sua condição, sua fortuna, seu emprego, idade e situação familiar.

Bakhtin (1996) destaca ainda que a própria Igreja, a princípio, em determinadas festas religiosas, permitia que o sagrado fosse dessacralizado. Entretanto, posteriormente, tais festas, como relata o autor - a festa do asno, a dos loucos e a do riso pascal - deixaram de ser permitidas dentro dos ambientes sagrados das igrejas, ocorrendo apenas em seu entorno. Isso ocorreu pelo fato de serem consideradas degradações grotescas do mundo oficial de tal sorte que havia nelas inversões paródicas dos cultos religiosos, instaurando, segundo Bakhtin, “uma lógica original das coisas ao avesso, ao contrário, que mostra o segundo mundo da cultura popular, como um mundo ao revés”. (ibid., p. 9)

Pode-se dizer que as pessoas, mascaradas ou fantasiadas, desfrutavam de total liberdade nessas festas e ali embriaguez, licenciosidades, tudo era permitido ao povo que, por sua vez, tomava as ruas e extravasava livremente sua primitiva alegria. Assim, por meio do riso e da visão carnavalesca do mundo, a seriedade é destruída e a consciência, o pensamento e a imaginação humana ficam assim disponíveis para o desenvolvimento de novas possibilidades: “daí, que uma certa carnavalização da consciência precede e prepara sempre as grandes transformações, mesmo no domínio científico.” (ibid., p.43).

Com isso, segundo postula Bakhtin, pode-se dizer que o riso é uma das principais formas pelas quais se exprime a verdade sobre o mundo, sobre a história, sobre o homem, assumindo “um profundo valor de concepção do mundo.” (ibid., p.57).

No entanto, para que a comicidade consiga desmascarar, desestruturar os grupos dominantes e revelar a verdade, é preciso que haja um contexto cômico, ou seja, o homem tem de estar inserido no grupo ou ambiente em que ocorre a situação risível para que compreenda a crítica social implícita. (cf. Bergson, 2004, p.6). Esse autor ainda acrescenta que o riso “é um ponto de vista particular e universal sobre o mundo” percebendo esse mundo “de forma diferente, embora não menos importante (talvez mais) do que o sério. ” (p.57).

A esse respeito, Bakhtin dizia que o verdadeiro riso não recusa o sério, ao contrário, purifica-o e completa-o: “O riso impede que o sério se fixe e isole da integridade inacabada da existência cotidiana.” (1996, p.105). Logo, o intuito do cômico na literatura é de instruir e capacitar o leitor para perceber a falsidade e os defeitos do homem, funcionando como um instrumento de combate contra o autoritarismo, intolerância e a falsa moral da sociedade. Sob esse aspecto, Pinto (1970, p.194) refere-se ao humor como a arte de descobrir a verdade, “utilizando do homem sua capacidade de inventar. O humor é essencialmente criativo. O humor é uma forma não linear de se descer ao fundo das coisas, de buscar e entender sua essência e revelá-la de maneira não convencional.”

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se dizer que na Idade Média uma das funções do bufão era a de exprimir a verdade por meio do riso. Tal personagem tinha o “privilegio de dizer bem alto o que todo mundo pensa baixo, o que é muito útil ao rei para fazer que enxerguem a realidade àqueles que ainda não compreenderam ou que fingem acreditar que a política é guiada pelos grandes princípios e pelos ideais morais e religiosos.” (Minois, 2003, p.289).

Essa visão de mundo específica, marcada pelo riso, pela subversão dos valores oficiais, pelo caráter renovador e contestador da ordem vigente, materializados que são - por meio de uma linguagem caricaturesca e dúbia - confirma nossas impressões de que as crônicas de José Simão leva-nos a Bakhtin, tendo em vista os constantes rebaixamentos a que são submetidas as notícias e os seus atores, nesse caso específico, as mulheres. Conforme já havíamos assinalado no *segundo* capítulo, item 2.5, quando pontuamos alguns aspectos da crônica de José Simão, comprova-se, a partir da análise do *corpus*, que os textos do autor dessacralizam o sério, carnalizam a notícia. Trata-se do riso alegre, de bem com a vida e, portanto, do riso carnavalesco, grotesco da acepção bakhtiniana.

3.2.2 Algumas considerações de Bergson e Propp sobre a comicidade

Bergson (1859-1941), quando escreveu em 1941 a obra *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*, já postulava que o riso, por ser exclusivo do homem, tem como maior inimiga a emoção, sendo que a indiferença é o seu meio natural. (Bergson, 2004, p.3). Nesse sentido, pode-se dizer que, por meio do processo da mecanização, da insensibilidade e distanciamento do expectador é que ocorre o processo do riso.

Quando, por exemplo, rimos de uma pessoa que nos causa pena, é preciso que, por instantes, nos afastemos desse sentimento, o que exige uma "anestesia momentânea no coração", mobilizando a "inteligência pura", ou seja, a razão. Assim, o riso cômico é incompatível com algumas situações como, por exemplo, a de grande dor ou sofrimento, atestando a fraqueza moral do sujeito que ri diante desses acontecimentos e causando a nossa indignação. Entretanto, o riso, espécie de *gesto social* (cf. *ibid.*, p.15), não pode ser um ato solitário, pois é “sempre o riso de um grupo”, tendo em vista que a necessidade de que convivamos na mesma sociedade se impõe. (cf. *ibid.*, p.4).

Em sua obra *Comicidade e riso*, publicada em 1946, o filólogo Vladimir Propp (1992, p.33) afirma que uma das condições para que o riso ocorra é a presença de duas grandezas: a do objeto ridículo que suscita o riso e a do homem - sujeito que ri. Sob essa perspectiva, assim como Bergson, Propp também acredita na premissa de que o riso é exclusivo do homem. Todavia, acrescenta que outros animais podem se tornar risíveis, desde que se veja neles algum arremedo de ações humanas. É o caso do macaco, pois, segundo Propp (*ibid.*, p.38), “ele, mais do que todos, lembra o homem”. Propp também postula, à luz de Bergson, que o riso é incompatível com uma grande e autêntica dor: “E se apesar disso alguém ri, sentimos indignação, esse riso atestaria a monstruosidade moral de quem ri.” (*ibid.*, p. 36).

Pode-se afirmar também que a comicidade e, por conseqüência, o riso, permeiam o comportamento e a vida humana, funcionando como uma espécie de trote social, já que humilha e minoriza que é objeto dele. De acordo com Bergson (2004, p.60), para compreender o riso, “impõe-se colocá-lo no seu ambiente natural, que é a sociedade; impõe-se sobretudo determinar-lhe a função útil, que é uma função social.” De forma análoga, Propp (1992, p.190) postula que o riso deve preencher certas exigências da vida em comum, deve ter um significado social. Todavia, Propp alerta que somente o *riso de zombaria* tem a função de destruir ou humilhar seu objeto, pois os outros tipos de riso, como o de alegria ou o cordial, libertam e elevam o espírito humano, criando o bom humor e estimulando a vontade de viver; portanto, o riso, exceto o de zombaria, é a essência da vida e da felicidade: “O riso é importante como arma de luta, mas é também necessário enquanto tal como manifestação de alegria de viver que estimula as forças vitais.” (*ibid.*, p.190).

Atendendo aos objetivos propostos por esta pesquisa, trataremos do riso ligado à comicidade, especificamente, ao riso de zombaria, pois José Simão “desnuda os defeitos daquele ou daquilo que é objeto do riso” – no caso, as mulheres – “denunciando o seu

fracasso e retirando o seu prestígio.” (ibid., p.146). Igualmente importante para nosso trabalho, também, é o estudo do *riso maldoso* e do *riso cínico*, ambos originados de sentimentos ruins e maldosos. O riso maldoso, segundo Propp, “não suscita simpatia, já que nesse tipo de riso os pequenos defeitos ou aqueles aparentes, inventados ou imaginados são aumentados e realçados, causando os sentimentos maldosos, ruins e maledicentes.” O riso cínico, por sua vez, “prende-se ao prazer pela desgraça dos outros, enquanto que o riso mau deriva de defeitos falsos.” (ibid., p.190). Com isso, percebe-se que “o riso é uma arma de destruição: ele destrói a falsa autoridade e a falsa grandeza daqueles que são submetidos ao escárnio.” (ibid., p.46).

3.2.3 Instrumentos lingüísticos da comicidade

Como vimos até o momento, a comicidade é intrínseca à natureza humana, sendo passíveis de riso todas as suas manifestações ou objetos e animais que lembrem o seu comportamento. Dessa maneira, o cômico se manifesta por meio de outro elemento inato ao homem: a linguagem que, por meio de seus jogos de palavras e idéias, revela todos os aspectos risíveis do homem, submetendo-o ao escárnio.

A linguagem cômica provoca o riso com o intuito de desnudar os defeitos do ser humano, evidenciando a sua fragilidade. Porém, é importante ressaltar que a linguagem não é cômica por si, mas se torna cômica, uma vez que mostra os pensamentos de quem a pronuncia, sendo, portanto, um recurso para delinear uma situação risível e revelar as impressões que essa circunstância cria no espírito humano: "A língua não é cômica por si só mas porque reflete alguns traços da vida espiritual de quem fala, a imperfeição do seu raciocínio" (Propp, 1992, p.9).

Ainda segundo Propp, para se estudar a elaboração do discurso cômico, deve-se verificar a existência dos vários elementos lingüísticos que o norteiam, já que a linguagem cômica é constituída de um arsenal riquíssimo de instrumentos de comicidade e zombaria. (cf. ibid.)

Cabe ressaltar, ainda, que contemplaremos apenas os elementos lingüísticos que julgamos relevantes para a sedimentação de nossa análise. É o que trataremos a seguir.

Surgida entre os gregos, a *paródia* é uma das mais poderosas formas de sátira social e se assemelha à imitação, pois zomba repetindo e negando a caracterização de algo, criando uma certa tensão no discurso, dada pela comicidade. Nesse sentido, pode-se dizer que a paródia recusa e esvazia o modelo original para recriar e preencher um

modelo próprio, estabelecendo uma inversão dos valores tradicionais como uma forma de crítica consciente. Por essa razão, no discurso parodiado, como observa Bakhtin (1981, p.168), é impossível a fusão de vozes, porque a segunda voz que se instala no discurso do outro entra em hostilidade com o agente primitivo e o leva a servir fins totalmente opostos. Assim sendo, postula-se que o discurso parodístico converte-se em palco de luta entre duas vozes, caracterizando-se como uma crítica ao sistema social.

A *caricatura* ocorre quando se acentua uma qualidade ou defeito do caricaturado, ou seja, é a representação exagerada de um determinado aspecto da pessoa em detrimento das suas outras características, dando especial atenção aos pormenores que antes eram quase imperceptíveis e que, ao ser isolado, passa a ter um efeito cômico que, em nossa lembrança, estende-se a todo o objeto. (cf. Propp, op. cit., p.88). Em consequência disso, acredita-se que o propósito da *caricatura* é zombar e ridicularizar o seu objeto, firmando-se como uma verdadeira arma social para desmascarar e derrubar os poderosos, porque, dificilmente, o caricaturado consegue se desvencilhar da imagem distorcida e ridicularizada que o artista projeta sobre ele.

Outro elemento lingüístico importante na elaboração da comicidade é a *ironia*, que consiste em dizer o contrário do que se está pensando ou sentindo, ou seja, é a expressão de algo positivo, querendo, na realidade, deixar transparecer o seu aspecto negativo. Sempre ligado à dissimulação e ao fingimento, esse recurso cria uma certa comicidade na literatura, porque zomba, perverte e destrói o seu objeto, normalmente elogiando o que se quer criticar e ridicularizar. (cf. Propp, op. cit., p.125).

A *repetição*, a *inversão* e a *interferência* de séries são três processos que, de acordo com Bergson (2004), criam a comicidade por meio da mecanização da vida, pois dão a impressão que todo arranjo de ato e acontecimento da vida é uma montagem mecânica.

O primeiro deles, o da *repetição*, consiste, segundo o autor, na reiteração de situações exatamente iguais em várias ocasiões diferentes, ou seja, fatos que se repetem mesmo fora do contexto. É nessa reprodução idêntica dos fatos já ocorridos que está a comicidade, pois a repetição da situação de modo quase mecânico é inserida no texto como se fosse uma simples coincidência. Há ainda a repetição de situações, que consiste em arrumar os acontecimentos de modo que uma cena seja reproduzida ou entre os mesmos personagens em novas circunstâncias, ou entre personagens novos em situações idênticas. Assim, por exemplo, os criados, ao repetirem em linguagem menos nobre uma cena já desempenhada pelos padrões ou vice-versa, servem de ilustração para

compreendermos o processo de repetição. (cf. Bergson, 2004, p.66-7). No campo estritamente lingüístico, a *repetição* pode ocorrer, segundo esse autor, por meio de reiterações das mesmas palavras, frases ou expressões, demonstrando a mecanização do comportamento e das ações da personagem.

A *inversão*, numa narrativa, ocorre tanto em relação às situações, como no âmbito do tempo, espaço, ações das personagens ou, ainda, quanto à ideologia. Nas situações, se refere à estrutura da narrativa, provocando contratempos e mudanças inesperadas entre a situação inicial e final da narrativa. No que tange ao tempo e ao espaço, o processo de inversão estabelece, principalmente em relação ao tempo, uma mistura entre o real e o fantástico. O processo de *inversão* pode ocorrer, também, quanto à ideologia, sendo mais comum na ironia, na sátira e na paródia, já que o narrador transmite um conceito contrário daquele expresso no desenvolvimento da história. Desse modo, podemos considerar que a inversão se liga à esfera do carnaval conceituado, por Bakhtin, como um momento em que as leis, proibições e restrições, que determinam o sistema e a ordem da vida comum, são revogadas, acabando com a desigualdade social e hierárquica entre os homens. A relação entre a carnavalização e a inversão pode ser feita, porque os dois processos desviam a vida da sua ordem habitual, conforme demonstra Bergson (2004): "É assim que rimos do réu que dá uma lição de moral ao juiz, da criança que pretende dar lições aos pais, enfim, daquilo que se classifique sob a rubrica do 'mundo às avessas'." (ibid., p.70).

A *interferência*, por sua vez, consiste em uma confusão cômica, isto é, quando a situação pode ser interpretada em dois sentidos diferentes ao mesmo tempo, sendo que um é o sentido possível, dado pelas personagens, e o outro real que é dado pelo público. É a incerteza que se forma em nosso espírito entre as duas interpretações que cria a comicidade e suscita o riso.

Outro recurso muito usado na elaboração do cômico é o *trocadilho* ou o *calembur*, que consiste no emprego cômico de palavras semelhantes quanto ao som, mas diferentes quanto ao significado. Muito usado na *interferência*, o trocadilho ocorre quando um interlocutor compreende o sentido geral ou amplo da palavra e o outro o substitui pelo sentido restrito ou literal, anulando e revelando a inconsistência do argumento do outro. Logo, o trocadilho torna-se cômico, porque desvia, mesmo que momentaneamente, a linguagem. (cf. Propp, 1992, p. 121-3)

Diante do exposto, comprova-se, portanto, que a comicidade é dada pela organização e elaboração da linguagem que, por meio de inúmeros recursos lingüísticos,

desnuda os defeitos, manifestos ou secretos, daquele ou daquilo que provoca o riso, expondo-o à humilhação. Escritas de forma bastante característica, as crônicas de José Simão são marcadas pelo uso recorrente das estratégias elencadas anteriormente. Por essa razão, pode-se dizer que seus textos fornecem um vasto material para análise.

3.3 A violência filtrada pela comicidade

Ao lado da fala, o riso, em suas diversas formas, também pode ser considerado um elemento estruturante da violência, caracterizado como um perigo ou uma denúncia da civilização. Mafessoli (1987, p.65), ancorado nas postulações de Horkheimer, acrescenta que o riso pode se tornar um perigo ou denúncia da civilização, à medida que, aliado a hilaridade das multidões, liga-se à loucura, ao furor e ao mimetismo. Do mesmo modo, é possível estabelecer a ligação entre o riso e a crueldade ou a violência.

De acordo com Travaglia (1989-90, p. 50), a denúncia é uma vocação básica do humor e, por meio dele, “se rompe a proibição e a censura social imposta ao indivíduo ou a grupos.” Para o autor, isso se torna possível à medida que o humor, sendo algo “não-sério”, permite que por meio dele se façam e digam coisas que, fora dele, as normas sociais não permitiriam. (cf. *ibid.*). Com isso, podemos dizer que esse humor, amenizado pelo paleativo da “brincadeirainha”, pode gerar ou intensificar preconceitos, racismos e intolerâncias, sendo, portanto, uma forma de violência.

Em se tratando da “violência dentro do humor”, Travaglia considera que esse fenômeno nada mais é do que o rir das tristezas trágicas, de doenças e patologias, das deformidades físicas ou não, das desgraças. Esse *humor negro*, para ser considerado como tal, tem de ser feito de modo agressivo, violento, que coloca o dedo nas “feridas” que a sociedade resguarda a todo custo. (cf. *ibid.*, p. 53).

Certamente, existe no riso um senso estético profundo, “um prazer dos sentidos que, porque ele despreza o dever-ser ou valores que ele permite, é uma afirmação jocosa (e trágica) de um presente que não teme o futuro” e, por assim dizer, em resumo, esse riso “é a morte, que, de várias maneiras, é assumida, vivida, negociada, destilada pelo conjunto da espécie, que permite à vida existir.” (Mafessoli, 1987, p.67-8).

Além do mais, pode-se dizer que o riso assimila o necessário do arriscado em instantes cômicos onde a ordem se perde na desordem, do mesmo modo que nos lembra Bergson (2004), quando diz que o autônomo perde-se no automático e a vida na morte. É exatamente nesse sentido que, para Mafessoli (1987:68), o riso é a expressão do

desgaste, da perda, que explica a inelutável inutilidade das coisas; “é exatamente o que faz sua presença corrosiva ao máximo, numa intuição, numa situação, numa prática, etc., cada uma persuadida, enquanto tal, em explicar ou em fazer, no momento oportuno, o que é correto e necessário fazer.” (ibid.)

É esse o papel corrosivo do riso que, como na fala, faz dele um elemento importante na dinâmica da violência. Sob essa perspectiva, sua faculdade agregadora estende, por essa razão, sua eficácia subversiva, e isso ocorre porque o riso desmistifica a pedante pretensão à racionalidade e à universalidade da seriedade política. Pode-se dizer também que o riso, para Mafessoli (ibid., p.69), rompe a clausura, permitindo o escoamento torrencial de viver que se tenta refrear. Por fim, ele não é o sinal de uma reação brutal e não inteligente, mas expressão sutil de autoconservação que se sabe ameaçada.

Por ser espaço gerador de sentido num dado contexto sócio-histórico, a palavra, signo ideológico por excelência, é controlada, selecionada por intermédio dos mecanismos sociais. Daí a importância da *Análise do Discurso*, ou seja, a possibilidade de perceber como os sentidos se constituem. Pode-se dizer também, de acordo com Bakhtin, que a palavra é uma arena em miniatura onde perpassam e lutam os valores sociais de orientações contraditórias, podendo ser instrumento da disseminação de costumes, hábitos, crenças e estereótipos generalizantes e preconceituosos. (cf. Bakhtin, 1997, p.49).

Atendendo aos propósitos de nossa pesquisa e, preconizando, dessa forma, um quadro teórico que alie o lingüístico ao sócio-histórico, trataremos desse assunto no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – DISCURSO E ESTEREÓTIPOS

Para compreendermos os efeitos de sentido desencadeados pelas crônicas de José Simão, buscaremos respaldo teórico nos pressupostos teóricos-metodológicos da *Análise do Discurso* pois, em decorrência de seu caráter interdisciplinar, para a AD¹⁶, a linguagem deve ser estudada não só em relação ao seu sistema interno, enquanto *formação discursiva*, mas também enquanto *formação ideológica*. Isso significa que, para o estabelecimento do sentido, acima de tudo, devem ser levados em conta os embates históricos, sociais, ideológicos, etc. que se cristalizam no discurso, materializados que são, sob a forma de estereótipos, crenças, valores, leis, etc. Vale dizer que, num primeiro momento, refletiremos acerca desses conceitos. Considerando a participação do homem no grupo social em que está inserido e a posição que ocupa dentro desse grupo, ser-lhe-ão cobrados certos comportamentos tidos como convenientes para tal estrutura social. Daí a razão de estudarmos os conceitos de *status* e papéis sociais pois, tais conceitos, imbricados entre si, referem-se à participação do indivíduo no grupo social. Por fim, direcionaremos nossa atenção à discussão dos *estereótipos*, tendo em vista que José Simão, valendo-se de uma linguagem ordenada por códigos, passados de geração a geração e que por vezes defende as tradições culturais e sociais de determinados grupos sociais, contribui para a disseminação e perpetuação de posições extremamente preconceituosas em relação à mulher.

4.1 As definições de *discurso*

Etimologicamente, o termo *discurso*¹⁷ vem do latim *discursus*, o qual, por sua vez, deriva de *discurrere*, que significa percorrer, atravessar, tratar, expor, analisar. A esse respeito, Orlandi afirma:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em

¹⁶ Para nos referirmos à *Análise do Discurso*, de agora em diante, utilizaremos a sigla AD.

¹⁷ Conceito extraído do *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, de Antônio Geraldo da Cunha, 2ª ed., Nova Fronteira. 1986.

movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (2000, p.15)

Em seu livro, *O Discurso da Violência*, Dias, ancorada nas postulações de Maingueneau acerca da definição de *discurso*, ressalta que este teórico entendia o discurso como

resultado da articulação de uma pluralidade mais ou menos grande de estruturas transfrásticas, em função das condições de produção, articulado com elementos ideológicos. Para ele (explica Dias), o discurso tanto pode estar ligado a um único enunciado como a muitos, pois o que importa considerar não é o fenômeno da extensão, mas o de sua natureza. O essencial são os elementos pragmáticos, advindos da situação do discurso, seu caráter retórico, a intenção de um falante influenciar seu interlocutor. (2003, p.107)

Em sentido amplo, pode-se dizer que a definição de discurso, proposta por Orlandi (1994), nos introduz em um campo disciplinar que trata da linguagem em seu funcionamento, “considerando a produção de sentidos” enquanto parte da vida dos homens, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. Nessa perspectiva, o discurso é visto como efeito de sentido entre locutores. A esse respeito, a autora explica:

Ou seja: se pensarmos o discurso como efeito de sentido entre locutores, temos de pensar a linguagem de maneira muito particular: aquela que implica considerá-la necessariamente em relação à constituição dos sujeitos e a produção dos sentidos. Isto quer dizer que o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na linguagem que faz com que ela signifique. Daí os efeitos entre locutores. E, em contrapartida, a dimensão simbólica dos fatos. (ibid. p.17)

Em outras palavras, a respeito da proposta da AD, Orlandi ressalta: “Levando em conta o homem na sua história, a AD considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer.” (ibid., p.16).

Por fim, Baccega, a fim de que nos aproximemos da constituição dos discursos, destaca a importância da enunciação e do enunciado:

Aí está a enunciação, universo à disposição do indivíduo/sujeito, que poderá escolher nele as palavras para, combinando-as, formar seu enunciado, manifestar suas concepções, suas idéias, as quais, na verdade, foram formadas a partir desse conjunto, a partir das interações apontadas. (2007, p.53)

A esse propósito, prosseguindo em suas reflexões, a autora define os conceitos de enunciação e enunciado, respectivamente: “A *enunciação* é, portanto, o *lugar* onde ‘nasce’ o discurso, o *lugar* de onde ‘brota’ o discurso. O *enunciado* é a manifestação desse discurso, quer seja na modalidade escrita da língua, quer seja na modalidade oral.” (ibid., p.53, grifos do autor).

4.1.1 Considerações sobre a *Análise do Discurso*

Nos anos 60 do século XX, os estudos e pesquisas feitos sobre a relação da linguagem com seu contexto (a exterioridade) tomam uma forma singular e precisa, no que temos chamado de *Escola Francesa de Análise de Discurso*. Tendo o discurso como o seu principal objeto de pesquisa e opondo-se às análises contedísticas, para a AD, segundo Brandão (2004), era fundamental considerar o modo de funcionamento lingüístico-textual dos discursos, além das diversas modalidades do exercício da língua, num determinado contexto histórico-social de produção. Pode-se dizer que foram os estudos de M. Pêcheux que forneceram uma base teórico-metodológica para o desenvolvimento da AD.

Brandão, parafraseando Maingueneau, observa que a AD filia-se a uma certa tradição intelectual européia (e sobretudo da França) acostumada a unir reflexão sobre texto e sobre história. (cf. 2004, p.16). Nos anos 60, sob a égide do estruturalismo, a conjuntura intelectual francesa propiciou, em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, uma articulação entre a lingüística, o marxismo e a psicanálise. Brandão assegura, assim, que a AD nasceu tendo como base a *interdisciplinaridade*, pois ela era a preocupação não só de lingüistas como de historiadores e de alguns psicólogos. (cf. ibid.)

Sob esse aspecto, Maingueneau postula que a referência às questões filosóficas e políticas, surgidas nos anos de 1960, constitui amplamente a base concreta,

transdisciplinar de uma convergência sobre a questão da construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos. (cf. 1997, p.10).

Com relação à filiação da AD com a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise, Orlandi tece algumas considerações, que julgamos importantes, sobre as questões criadas entre esses três domínios disciplinares, que são, ao mesmo tempo, uma ruptura com o século XIX:

Desse modo, se a Análise do Discurso é a herdeira das três regiões de conhecimento – Psicanálise, Lingüística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Lingüística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (2000, p. 20)

Tendo em vista o seu caráter interdisciplinar, a AD inscreve-se em um quadro teórico que articula o lingüístico com o social e, dessa forma, “vê seu campo estender-se para outras áreas do conhecimento”, nas quais se confina (história, filosofia, sociologia, psicologia, etc.). (Brandão, op. cit., p.16). Entretanto, para marcar a especificidade da AD no interior dos estudos da linguagem, já insistia Maingueneau (apud. Brandão, 1997, p.17) na necessidade de se considerarem outras dimensões, a saber: “o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação; os embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso; o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso”¹⁸.

E, inscrevendo-se em um quadro que articula o lingüístico com o social, para a AD, a linguagem passa a ser um fenômeno que “deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação lingüística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto *formação ideológica*, que se manifesta através de uma competência socioideológica.” (Maingueneau, *ibid.*, p.17).

É importante considerar que o discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza. Ao analisarmos a articulação da ideologia com o

¹⁸ A *interdiscursividade*, na AD, é caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais. (FERNANDES, Cleudemar A. (2007) *Análise do Discurso: Reflexões Introdutórias*. São Carlos: Claraluz. p.51).

discurso, dois conceitos já tradicionais em AD devem ser colocados: o de *formação discursiva* e *ideológica*. É o que trataremos a seguir.

4.1.2 Formações discursivas e ideológicas

Os estudiosos de AD postulam que, se por um lado não há discurso destituído de ideologia, por outro não há discurso que não tenha e/ou apresente a inscrição de outros, visto que todos eles nascem e apontam na perspectiva de suas relações com outros discursos. Desse modo, como já foi apontado no item anterior, a AD privilegia o conceito de interdisciplinaridade para os estudos que desenvolve no campo da investigação sobre a linguagem.

Maingueneau (1998) explica que Pêcheux, no quadro teórico do marxismo althusseriano, propunha que toda formação social passível de se caracterizar por uma certa relação entre classes sociais implica na existência de *posições* políticas e ideológicas que se organizam em *formações* que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança e de dominação. (cf. *ibid.*, p.68)

É nas formações discursivas, segundo Maingueneau, que se opera o “assujeitamento”, a “interpelação” do sujeito como sujeito ideológico. Assim, o sujeito se expressa na ilusão de controlar a origem de seu discurso, sem que se dê conta que o determinante dos sentidos desse discurso é a história, que se manifesta por meio de diferentes formações discursivas nas quais se inscreve e não pode se despojar. O próprio sujeito, os sentidos de seus discursos, o dizível e o não dizível são determinados pelas formações discursivas que operam por intermédio de memórias discursivas próprias às diversas posições desse sujeito. (cf. *ibid.*, p 68)

O sujeito pertence simultaneamente a múltiplas formações discursivas, de acordo com as diversas posições (de gênero, raça, situação civil, profissão e os mais variados grupos sociais aos quais pertence) que ocupa. Cada formação rege, de forma específica, a produção de sentidos permitidos, válidos: “Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros.” (Foucault, 2004, p.12).

Para Fiorin (2002, p.32), é na *formação discursiva* que se constitui o domínio do saber, ou seja, o “conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo.” Dessa maneira, pode-se dizer que são elas que determinam o que pode e deve ser dito, em determinada época e espaço social. Quanto à *formação ideológica*, Fiorin

postula que deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de idéias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo. (cf. *ibid.*, p. 32).

É importante considerar que a ideologia, segundo Brandão, vai funcionar como reprodutora das relações de produção, isto é, o sujeito será assujeitado como sujeito ideológico, de forma que cada sujeito interpelado pela ideologia busque ocupar o seu lugar em um grupo ou classe social de uma determinada formação social, tendo a impressão de que é senhor de sua própria vontade. (cf. 2004, p.46).

Por sua vez, sabe-se que as classes sociais mantêm e perpetuam a ideologia através do que Althusser (1974) denominou de AIE (Aparelhos Ideológicos do Estado). Dessa forma, os AIE(s) “colocam em jogo práticas associadas a lugares ou a relação de lugares que remetem à relação de classe.” (cf. *ibid.*, p.47). Por esse motivo, num determinado momento histórico e no interior dos aparelhos ideológicos, as relações de classe podem se caracterizar pelo afrontamento de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a entrever entre si relações de aliança, de antagonismos ou de dominação.

Por fim, cotejando-se a colocação de Fiorin (2002, p.32) acerca dos conceitos de *formação ideológica* e *formação discursiva*, o autor adverte: “Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer.” Nessa seqüência, lembra: “Há, numa formação social, tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas. Não devemos esquecer-nos de que assim como a ideologia dominante é a da classe dominante, o discurso dominante é o da classe dominante.” (*ibid.*, p. 32).

4.2 Status e papéis sociais

De acordo com Preti (2006, p.180), “o conceito sociológico de *papel* está intimamente ligado ao de *status* e ambos se referem à participação do homem no grupo social.”

Pode-se dizer que um único indivíduo pode pertencer a vários grupos sociais, do mesmo modo que tem uma posição definida dentro de cada grupo. A essas posições denominamos *status*. Dessa forma, uma pessoa poderá ocupar, ao mesmo tempo, a função de mãe, de dona de casa, de advogada, de esportista e de líder de uma comunidade local.

É importante considerar que, em cada uma dessas situações, em função do *status* ocupado pelo indivíduo, ser-lhe-á cobrada a prática de certos comportamentos considerados convenientes para tal posição, assim como uma postura ética adequada e “aspectos ligados à sua representação física, à sua aparência, ao seu vestuário e à sua linguagem, componente na criação de sua imagem. Esse conjunto de normas relativas a cada *status* tem o nome de *papel social*.” (ibid., p.181).

De acordo com Robinson (1977, p.114), *papel social* refere-se ao “conjunto de comportamentos prescritos para (ou esperáveis de) uma pessoa que ocupe certa posição na estrutura social.” Acrescenta o autor: “Sempre há regras, escritas ou não escritas, faladas ou não faladas, genéricas ou específicas, difusas ou periféricas, que governam o comportamento de uma pessoa enquanto membro de uma categoria socialmente significativa.” (ibid., p.114).

Isso ocorre pois o homem, em todos os estágios do desenvolvimento social, nasce num mundo já “feito” ou, como diz Heller (2004, p.88), “numa estrutura consuetudinária já ‘feita’.” Seguindo essa linha de raciocínio, a autora revela que a sociedade não poderia funcionar caso não pudesse contar com sistemas consuetudinários de certo modo estereotipados. Sob esse aspecto, Heller explica que esses sistemas constituem o fundamento do sistema de “reflexos condicionados” do homem, sistema que permite aos membros de uma sociedade mecanizar maior parte de suas ações, praticá-las de um modo instintivo (mas instintivo por aquisição, não como resíduo de uma estrutura biológica):

Se tivéssemos de decidir através de demorada reflexão se vamos ou não saudar a alguém, se vamos ou não acender a luz, o que temos de fazer para obtermos alimentos, etc., não nos restaria tempo algum não apenas para uma ocupação livre, mas sequer para o trabalho habitual. (ibid., p.88)

Ser uma determinada espécie de pessoa, explica Goffman, não consiste meramente em possuir atributos necessários, mas implica também em manter os padrões de conduta e aparência que o grupo social do indivíduo associa a essa pessoa: “Uma condição, uma posição ou um lugar social não são coisas materiais que são possuídas e, em seguida, exibidas; são um modelo de conduta apropriada, coerente, adequada e bem articulada.” (2007, p.74).

O *status* pode ser caracterizado, de acordo com Preti (2006, p.181-2), de duas formas: *status atribuído* e *adquirido*. No primeiro caso, a “sociedade, em razão do sexo, da idade, da raça, da classe social, da religião etc., estabelece uma série de comportamentos a que o indivíduo deve obedecer, em função do seu *status*.” O *status adquirido*, por sua vez, conquista-se “pelo mérito, pela competição, como os cargos eletivos ou o dos profissionais liberais, dos empresários etc.” Esse *status*, insiste Preti, também “vai exigir dos indivíduos escolhidos comportamentos julgados convenientes.” (ibid., p. 181-2).

Ainda, a respeito da representação dos diferentes papéis do indivíduo na sociedade, pode-se dizer que, quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade. (cf. Goffman, 2004, p. 41) Nesse sentido, na medida em que uma representação ressalta os valores oficiais comuns da sociedade em que se processa, podemos considerá-la “reafirmação expressiva dos valores morais da comunidade.” (ibid., p. 47).

A sociedade humana tem a propriedade essencial de que o caráter público das ações influi nas próprias ações. Heller (2004) postula que o comportamento global do homem transforma-se quando ele está colocado diante do público, diante de seus olhos e diante de seu julgamento. E, sob esse aspecto, verifica-se que tal comportamento humano se decompõe em vários clichês estereotipados, de forma que a personalidade autônoma do homem pode perder-se inteiramente nesses clichês. Com isso, portanto, percebe-se que “o homem em público representa um papel, um papel em sentido literal, ‘dá seu espetáculo’, expressa suas opiniões, estados de espírito, julgamentos, etc., que talvez nada tenha em comum com os que lhe são próprios.” (p.91).

Nessa linha de investigação, observa-se que o desempenho de um papel social pode acarretar mudanças de personalidade do indivíduo, podendo resultar, por assim dizer, na negação da individualidade dele, fazendo com que perca a sua essência. Assim, parece que não há escolha e, portanto, passa-se a impressão de que os indivíduos têm o mesmo gosto, as mesmas atitudes e valores:

Ingressa o jovem indivíduo no ‘mundo’ que tem a configuração de uma turma de companheiros de jogo e de estudos, os quais foram também formados, em geral, em moldes semelhantes ao dele e que têm, mais ou menos concepções idênticas. Inculcou-se nele uma admiração semelhante por

determinadas classes de coisas e pessoas e, mesmo involuntariamente, o mesmo ódio ou aversão que são sentidos por outras: (...) e eis-nos diante de outros tantos relógios que funcionam de acordo com a corda que lhes foi dada e o acerto dos ponteiros... tudo isso vive na criança como pensamento, que o vulgo imagina ter sido pensado com toda liberdade do indivíduo. (Horkheimer e Adorno, 1978, p.64-5)

De acordo com Preti, o indivíduo é capaz de representar certos comportamentos dentro da sociedade que, na verdade, não correspondem ao seu *status* real. São as *máscaras sociais*. Pode-se dizer que a ocorrência da alteração no comportamento do indivíduo ocorre, freqüentemente, nos papéis que representam os cargos e posições sociais:

Na carreira política, por exemplo, há a expectativa de que seus seguidores adquiram posturas bem características, muitas vezes, verdadeiras *máscaras sociais* afiveladas para um desempenho nem sempre de acordo com a personalidade habitualmente conhecida do indivíduo. (2006, p.181)

Heller (2004, p.92-3) pontua que, na estrutura própria do *papel*, degradam-se as relações sociais, de forma que essas deixam progressivamente de ser elementos qualitativos para serem apenas quantitativos. É sob essa perspectiva que a autora afirma que o aparecimento de estereótipos dificulta substancialmente as tarefas do conhecimento dos homens, pois um indivíduo, ao desempenhar um papel, pode, perfeitamente, não se “manifestar” de modo algum naquilo que faz. Conseqüentemente, a “exterioridade” em demasia passa a encobrir a “interioridade” do homem e essa interioridade se empobrece, alienando-o, atrofiando-o, de maneira a levá-lo a uma direção manipulada e mecanizada do comportamento. (cf. *ibid.*, p.92-3)

Tomando como base a relação estabelecida entre *status* e *papel*, Preti (2006, p.181) afirma que ambos “fazem parte da própria organização do grupo social, e exercê-los depende não apenas do desejo de fazê-lo, mas também da imagem que projetamos para os outros e de seu reconhecimento por parte deles.”

A esse respeito, Goffman argumenta:

A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada. Ligado a

este princípio há um segundo, ou seja, de que um indivíduo que implícita ou explicitamente dê a entender que possui certas características sociais deve de fato ser o que pretende que é. Conseqüentemente, quando um indivíduo projeta uma definição da situação e com isso pretende, implícita ou explicitamente, ser uma pessoa de determinado tipo, automaticamente exerce uma exigência moral sobre os outros, obrigando-os a valorizá-lo e tratá-lo de acordo com o que as pessoas de seu tipo têm o direito de esperar. Implícitamente também renuncia a toda pretensão de ser o que não aparenta ser, e portanto abre mão do tratamento que seria adequado a tais pessoas. (2007, p. 21)

Um outro aspecto importante a ser considerado diz respeito às idéias do teórico e crítico norte-americano Fredric Jameson (1985, p.16-26), quando este enfatiza que a sociabilidade regida pelas aparências, imposta pela necessidade de “se dar bem”, projeta e torna natural um padrão de comportamento que, tal como se apresenta, não faz parte da natureza humana. Sob esse ponto de vista, o autor insiste que a “paixão pelo *status* social é uma paixão que foi reificada (*glamourizada* até eu diria) e posteriormente projetada para as pessoas como um valor em si mesmo, despido de seu significado simbólico – o desejo de aceitação – e transformado em algo que hoje parece atributo de uma natureza humana intrínseca.” (ibid.).

Seguindo esse raciocínio, Heller observa que, na medida em que os modos de comportamento convertem-se em papéis estereotipados, as transformações se mantêm como meras aparências. Assim, quanto mais se estereotipam as funções de ‘papel’, tanto menos pode ‘crescer’ o homem até a altura de sua missão histórica, tanto mais infantil permanece:

Ao se generalizarem, os comportamentos de tipo ‘papel’ modificam a função do dever-ser na vida cotidiana. No dever-ser, revela-se a relação do homem inteiro com os seus ‘deveres’, com suas vinculações, sejam essas econômicas, políticas, morais ou de outro tipo. (2004, p.94)

Por fim, é importante ainda considerar que, para essa autora, o dever-ser entrelaça-se, freqüentemente, com o fato da *representação*, descrevendo sempre, de um modo conceitualmente acessível, a relação do homem com sua obrigação. (cf. ibid.).

4.3 Estereótipos: definições

Definir os estereótipos não é tarefa fácil, pois parecem existir tantas definições quanto o número de autores dedicados ao estudo do tema. Sob esse aspecto, constata-se que os estereótipos têm sido objeto de pesquisa de diversas áreas, como a Sociologia, a Psicologia, a Semiologia, a Lingüística, etc. Algumas dessas definições são bastante abrangentes, relacionando o estereótipo, analogamente, ao *clichê*, ao *chavão*, ao rótulo, definindo-os como grupos de adjetivos comumente associados aos grupos sociais. Desse modo, optamos por descrever, sob a perspectiva etimológica¹⁹, os conceitos que esses termos abarcam:

Clichê. *s.m* (Fotograv.) placa para impressão por meio de prensa tipográfica. (Tip.) estereótipo, galvanótipo *fig.* lugar-comum. Do fr. *clichê*, de *clicher*, de formação expressiva. **Chavão.** *sm.* Chave grande, modelo, padrão. Do lat. *clâvem*. **Rótulo.** do lat. *rotulus*. (cp. Rotar) do lat. *rotare*: vb. andar à roda, girar, rodar. (cp. Roda).

Quanto à etimologia da palavra *estereótipo*, Pereira (2002) explica que o termo é formado por duas palavras gregas, *stereos*, que significa rígido, e *típos*, que significa traço. Considerações históricas acerca do tema sugerem, de acordo com o autor, que a palavra em questão origina-se do jargão tipográfico, referindo-se a um molde metálico utilizado nas oficinas tipográficas, que se destacava pela possibilidade de produzir uma mesma impressão milhares de vezes, sem precisar ser substituído, surgindo daí a noção de algo que poderia ser repetido mecanicamente. Por essa via, o termo chegou às ciências sociais e tem sido utilizado para fazer referência à imagem generalizada que se possui de um grupo ou dos indivíduos que pertençam a ele.

Considerando as relações de sentido estabelecidas entre os termos registrados anteriormente, observa-se que entre eles está sedimentada a idéia de padronização, de molde, bem como a repetição mecânica de idéias e atitudes.

É importante pontuar que os marcos históricos e teóricos vinculados à definição de estereótipo encontram-se nos estudos precursores de Lippmann, datados de 1922, e de Katz e Braly, de 1933, nos quais as propriedades dos estereótipos foram observadas e

¹⁹ Os referidos termos constam em: CUNHA, Antônio Geraldo. (1986). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

a partir dos quais se desenvolveu uma diversidade de outras pesquisas sobre essa temática.

Walter Lippmann, jornalista e analista político, em sua obra *Public Opinion*, contribuiu para que a definição do conceito de estereótipo fosse reconhecido. Foi dessa forma que o termo entrou na área das Ciências Sociais, pela primeira vez, em 1922. Pereira (2002) descreve que Lippmann, em sua obra, analisa como as pessoas constroem as representações da realidade social e de que maneira essas representações são afetadas tanto por fatores internos quanto externos.

Levando em conta que, inicialmente, os estereótipos foram considerados, por Lippmann, como fotografias que as pessoas carregavam dentro da cabeça, Pereira, seguindo esse raciocínio, explica:

Ora, se a percepção que as pessoas possuem dos outros grupos é constituída através da articulação entre as impressões sensoriais imediatas objetivas e o resto que foi acumulado 'na cabeça' durante anos, nada mais natural do que conceber os estereótipos como os elementos preexistentes ou acumulados. (2002, p.44)

Nesse sentido, postula-se que o mundo estaria ordenado por códigos, passados de geração a geração, favorecendo a *estereotipia* que, por função, defenderia as tradições culturais e posições sociais.

Essa percepção, de acordo com Pereira (2002), permaneceu servindo como referência básica durante mais de uma década, até a publicação em 1933, por Katz e Braly, do primeiro trabalho de natureza empírica sobre o assunto. Os estudos de Katz e Braly foram de encontro às teorias de Lippmann e consideraram os estereótipos como um fenômeno sociocultural. Porém, os estereótipos eram vistos como algo negativo e dignos de pessoas autoritárias. (Amâncio, 1994).

Somente com a *Teoria da Identidade Social* de Tajfel os estereótipos passam a ser entendidos como importantes funções cognitivas e sociais que passariam a ajudar as pessoas a proteger o seu sistema de valores e proporcionar uma diferenciação positiva para com o grupo a que pertencessem, levando a uma identidade social bem definida. (cf. Amâncio, 1994, p.40-3).

Nenhum indivíduo, segundo Lippmann, é capaz de conhecer a realidade inteira, ou seja, tudo que existe em todos os lugares do mundo. Para ele, o homem é capaz,

apenas, de conhecer uma parte dessa realidade, especificamente aquela em que circula com frequência. Isso posto, evidencia-se que nossas opiniões são formadas com base no que outros nos relataram e no que somos capazes de imaginar:

Cada um de nós vive e trabalha numa pequena parte da superfície da Terra, move-se num círculo restrito e, das coisas que conhece, conhece intimamente umas poucas. De qualquer acontecimento público que exerça amplos efeitos, na melhor das hipóteses, só vemos uma fase do aspecto. (1972, p.149)

Sob essa questão, Baccega (2007, p.29) explica que, mesmo que enxerguemos apenas uma parte da realidade, esse “pedaço”, explica a autora, “nós já encontramos ‘descrito’ e ‘interpretado’ pelas gerações anteriores, nas quais confiamos.” A autora adverte para o fato de que tal “descrição” e “interpretação” referem-se “não apenas aos nomes dos objetos materiais como também aos valores.”

Nesse sentido, podemos explicar as diferenças que existem na apreensão e articulação dos fatos, o que resulta, por sua vez, em variadas descrições da realidade. Sob essa questão, Baccega lembra que, além de o homem fotografar a realidade, é ele quem escolhe o quê e em que perspectiva fotografar e, por fim, esclarece a autora, é o próprio homem quem vai revelar essas fotos da maneira que lhe for mais adequada e conveniente. É por essa razão que Lippmann (1972) enfatizava que as pessoas, ao articularem e apreenderem os fatos ao longo de suas vidas, “já haviam adquirido uma série de imagens de brigas e essas imagens lhes dançavam diante dos olhos”. (ibid., p.29). Todavia, é importante lembrar que o indivíduo, antes de tudo, também é considerado um sujeito, capaz de reelaborar as referências que recebe socialmente: “Por isso, a diferença: quer entre indivíduos de diferentes épocas, quer de uma mesma época, porém de classes sociais ou grupos diferentes; e até em uma mesma época, num mesmo grupo.” (ibid., p.13).

Em decorrência da circulação automatizada do estereótipo no âmbito social, levando-se em conta a forma como é utilizado, a intensidade de sua aplicação e a ingenuidade com que muitas vezes é visto, principalmente na sociedade moderna, com a disseminação, em grande escala, dos meios de comunicação de massa, por tudo isso, torna-se evidente que o estereótipo nos é transmitido com tal força e autoridade que “quase parece um fato biológico”, a ponto de nos tornarmos “parasitos biológicos de nossa herança social”. (cf. Lippmann, 1972, p.158).

Vale acrescentar que, ao definir o estereótipo, Lippmann afirma que designa uma opinião preconcebida acerca de atributos exteriores. O autor caracteriza, ainda, o estereótipo como um mecanismo que auxilia na economia do pensamento, que organiza as experiências, dando lugar às generalizações. Considera que absorvemos os fatos por um mecanismo econômico, no sentido de retê-los por uma “posição em que estamos colocados e dos hábitos de nossos olhos.” (ibid., p.150). Por sua vez, pode-se dizer que este mecanismo dá lugar a uma economia do pensamento, mas também à sua deformação.

Por fim, é interessante observar que se tem por hábito imaginar o mundo ou as coisas antes mesmo de experimentá-los e, por assim dizer, colher os fatos nas generalidades, particularizando-os sob o ângulo individualizado. Quanto a essa questão, Lippmann adverte para o fato de os estereótipos criarem tão-somente noções simplificadas e recobrirem elementos contraditórios do real. Principalmente, quando manipulados e difundidos de maneira hábil, tais noções podem servir de eficaz instrumento a regimes autoritários ou qualquer outra tentativa de suplantar a razão. Seguindo essa linha de raciocínio, comprova-se que o estereótipo, utilizado como instrumento, pode vir a abrir caminho ao preconceito e à intolerância:

Na maior parte das vezes, não vemos primeiro para depois definir, mas primeiro definimos e depois vemos. Na grande confusão florida e zunzunte do mundo exterior colhemos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber o que colhemos na forma estereotipada, para nós, pela nossa cultura. (Lippmann, 1972, p.151)

4.3.1 Estereótipos e *óculos sociais*

A linguagem pode revelar aspectos, pregressos ou atuais, da mentalidade social dominante nas elocuições mais triviais de seus falantes. A presença de aspectos da ideologia social dominante “embutidos” na própria semiose (processo de significação) das palavras, atuando na percepção da realidade pelos indivíduos das diferentes comunidades lingüísticas foi observada por inúmeros autores. Num desses estudos, o semiólogo Izidoro Blikstein (1985) descreve a forma como traços ideológicos configuram na linguagem “corredores semânticos ou isotópicos que vão balizar a percepção/cognição, criando modelos ou padrões perceptivos, ou ainda ‘óculos sociais’,

na expressão de Schaff.” (Blikstein, 1985, p.61). Assim, no contexto da práxis social, por meio dos estereótipos ou “óculos sociais”, “vemos” a realidade e fabricamos o referente, que se interpõe entre nós e a “realidade”, fingindo ser o “real”. No entanto, Blikstein deixa claro que “a nossa percepção não é ‘ingênuo’ ou ‘pura’ mas está condicionada a um sistema de crenças e estratégias perceptuais.” (ibid., p. 50).

O autor em questão também afirma que o indivíduo estabelece e articula *traços* de diferenciação e de identificação, com os quais passa a discriminar, reconhecer e selecionar, por entre os estímulos do universo amorfo e contínuo do “real”, as cores, as formas, as funções, os espaços e os tempos necessários à sua sobrevivência. (cf. ibid., p.50). Prosseguindo em sua análise, Blikstein ainda sustenta que, nas culturas ocidentais, tais traços ideológicos adquirem na práxis um valor positivo ou melhorativo em oposição a um valor negativo ou pejorativo. E, sob esse ponto de vista, vão desencadear a configuração de “fôrmas” ou “corredores” semânticos, por onde fluirão as linhas básicas de significação da cultura de uma comunidade. Pode-se dizer, então, que a *verticalidade* e tudo a que ela se associa (*em pé, alto, altivo*), por exemplo, é um traço de valor melhorativo, indicando “*superioridade*” ou “*majestade*”, enquanto a *horizontalidade* tem conotação usualmente pejorativa. A tendência é de se depreciar o que está *caído, deitado, abaixo*. Outros corredores seriam: “*frontalidade* (meliorativo) / *posterioridade* (pejorativo), *retitude* (meliorativo) / *tortuosidade* (pejorativo), *dureza* (meliorativo) / *moleza* (pejorativo), *branquitude* (meliorativo) / *pretidão, negritude* (pejorativo) etc.” (cf. ibid., p.60).

4.3.2 Estereótipo e preconceito

Como vimos, o estereótipo é uma forma de simplificar e generalizar atitudes, costumes, aparências e formas de comunicação, visando possibilitar um conhecimento mínimo sobre assuntos que não nos causam interesse ou sobre os quais, por motivos alheios, não possuímos informação suficiente para uma análise crítica e detalhada. É como se pegássemos apenas uma parte mais marcante de cada assunto, uma vez que não temos tempo e/ou interesse em nos aprofundarmos no estudo desse material. Pode tornar-se algo negativo quando usado sem responsabilidade, principalmente se veiculado em grandes meios de comunicação, podendo criar uma imagem claramente falsa da realidade, vindo a gerar ou intensificar preconceitos, racismos e intolerâncias.

Pode-se dizer que, etimologicamente, o substantivo *preconceito*²⁰, calcado no francês *préconçu*, significa o conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos.

A noção de *preconceito*, para Pereira (2002, p.77), refere-se a uma atitude injusta e negativa em relação a um grupo ou a uma pessoa que se supõe ser membro do grupo, enquanto o conceito de *discriminação*, apesar de literalmente significar “tratar alguém de uma forma diferente”, no seu sentido mais explícito, pode ser definido como um comportamento manifesto, geralmente apresentado por uma pessoa preconceituosa, que se exprime através da adoção de padrões de preferência em relação aos membros do próprio grupo e/ou de rejeição em relação aos membros dos grupos externos. (cf. *ibid.*).

Em um sentido mais técnico, a posição hegemônica entre os psicólogos parece relacionar o preconceito, “via de regra, com um conteúdo axiológico negativo.” (Heller, 2004). A autora destaca a figura do estereótipo, sublinhando, como fez Lippmann, o seu caráter de imposição social, efetuada pela cultura. No entanto, o estereótipo destacado por Heller tem como enfoque o cotidiano.

Assim, pode-se depreender que o caráter de fugacidade ou rapidez do cotidiano também contribui para a deformidade do pensamento, tendo como base a figura dos estereótipos. Para Heller, a “ultrageralização é inevitável na vida cotidiana.” Nesse sentido, segundo a autora, nosso discurso “baseia-se numa avaliação probabilística”, pois, pela rapidez do decurso de tempo nos discursos, “não poderíamos viver se nos empenhássemos em fazer com que nossa atividade dependesse de conceitos fundados cientificamente.” (*ibid.*, p. 44).

Produtos da vida e do pensamento cotidianos, a maioria de nossos preconceitos, enfatiza a autora, embora nem todos, são produtos das classes dominantes, já que aspiram a universalizar sua ideologia. Isso ocorre porque essas classes mais favorecidas desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor, inclusive, os homens que representam interesses diversos (e até mesmo, em alguns casos, as classes e camadas antagônicas):

Com ajuda dos preconceitos, apelam à particularidade individual, que – em função de seu conservadorismo, de seu comodismo e de seu conformismo, ou também por causa de interesses imediatos – é de fácil mobilização contra os

²⁰ CUNHA, Antônio Geraldo. (1986). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

interesses de sua própria integração e contra a práxis orientada no sentido humano-genérico. (Heller, 2004, p.54)

A respeito das bases causais que determinam os preconceitos, os estereótipos e a discriminação, Pereira (2002) explica que são três os fatores capazes de alimentá-los, sob o ponto de vista da psicologia social: *os sociais, os afetivos e os cognitivos*. Entre os *fatores sociais*, destacam-se as injustiças sociais, o senso de identidade social, a conformidade e o suporte institucional. No caso dos *fatores afetivos*, nos referimos à frustração-agressão e à personalidade autoritária, enquanto no caso dos *fatores cognitivos*, identificamos a categorização, os estímulos que capturam a atenção e a atribuição de causalidade. (cf. *ibid.*).

A praticidade e simplicidade dos *clichês* para a compreensão e a divulgação superficial de informações podem parecer vantajosas, mas são extremamente perniciosas. Maisonneuve (1977, p.118) aponta que “o próprio da estereotipia é ser grosseira, rígida, brutal e repousar numa espécie de essencialismo simplista.” Assim sendo, não é possível ignorar as armadilhas dos estereótipos: o preconceito, a fixação, a superficialidade, o reducionismo, a caricatura, o exagero e a repetição. (*ibid.*).

Por fim, muitos tipos de preconceito podem, segundo Heller (2004, p.56), ser distinguidos também por meio do *conteúdo*: “preconceitos-tópicos (por exemplo: ‘os homens são maus, não é possível melhorá-los’), preconceitos morais, científicos, políticos, preconceitos de grupo, nacionais, religiosos, raciais, etc.” Pode-se afirmar ainda que mesmo em outros âmbitos que não o dos preconceitos morais, todos os preconceitos se caracterizam por uma tomada de posição moral e, qualquer que seja seu conteúdo, a esfera do preconceito, reitera Heller, é sempre a vida cotidiana. (cf. *ibid.*).

4.3.3 Estereótipo e mídia

Os veículos de comunicação de massa têm uma inserção fundamental no processo de construção dos comportamentos e exigências sociais. Mais que produtores de informação, eles são formadores de opinião por excelência, criando e transmitindo explícita ou implicitamente valores, representações e modelos de conduta. No entanto, essas informações apresentam pontos de vistas que envolvem disputa de poder, buscando reforçar idéias de grupos que controlam os meios de comunicação e os que patrocinam esses meios.

Sob esse aspecto, Marcondes Filho (2002, p.110) ressalta que a mídia reconstrói diariamente o mundo impondo-lhes sua verdade cristalizada sobre as pessoas, sobre os fatos, sobre as ocorrências novas, exercendo a atividade tranquilizadora e gratificante (para a maioria das pessoas) de “manter o mundo exatamente como ele é”, a saber, o mais próximo possível da *fantasia* que as pessoas têm do próprio mundo, de seus *clichês*.

À medida que, nas sociedades modernas, os estereótipos, juntos com os demais conteúdos informacionais, avaliativos e valorativos são transmitidos por intermédio dos meios de comunicação de massa, pode-se imaginar que eles atingem a milhões ou mesmo bilhões de pessoas, levando à constituição lenta e inexorável do que poderia ser denominado de repertório coletivo dos estereótipos.

Marcondes Filho (ibid.) sustenta que é por meio dos *clichês* que se estrutura a parte majoritária das notícias. Pode-se dizer que a construção do estereótipo pela mídia passa pela representação reducionista que transforma algo complexo em algo simples, buscando padrões que categorizam e generalizam atributos em detrimento de outros por meio da repetição e, também, mostra a visão de um grupo sobre outros grupos. Nesse sentido, os meios de comunicação, adverte o autor, selecionam fatos novos e os classificam, “a partir de seus próprios estereótipos”, tornando-se, conseqüentemente, “atores privilegiados na manutenção de idéias, verdadeiros agentes conservadores da cultura, visto que têm acesso a meios de divulgação em massa de suas idéias (e preconceitos).” (ibid., p.109).

Por um lado, operar com clichês, segundo o autor, é incomparavelmente mais cômodo, mais fácil, mais simples, pois são “fórmulas prontas, idéias mecanizadas sobre pessoas, atividades, profissões, posições políticas, etc.” (ibid., p. 109). Por essa razão, os “acontecimentos, grupos humanos, filosofias políticas são rapidamente classificados – seja na expressão clara, seja na forma indireta – como bons, maus, exóticos, mais apreciados, joviais, ultrapassados, aconselháveis ou desaconselháveis.” Por outro lado, o *clichê* constrói antecipadamente a notícia, pois os “jornalistas não partem para o mundo para conhecê-lo; ao contrário, eles têm seus modelos na cabeça e saem pelo mundo para reconhecê-los (e reforçá-los)”. (ibid., p.109).

Nesse momento, é importante levar em consideração que o discurso, segundo Fiorin (2002), contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, “um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positiva ou negativamente.” A mídia, quando usa de suas próprias visões de mundo, parciais e

preconceituosas, tendenciosamente minimizadores dos problemas ou exageradores de sua periculosidade, produz, ela mesma, “a desinformação através de diversos procedimentos de intoxicação com informação e, além disso, dá margem a processos livres, incontroláveis, inadministráveis de mistificação e desinformação.” (Marcondes Filho, 2002, p.113). Isso ocorre, pois, “ao fato, à pessoa, ao grupo antepõem-se os preconceitos, esses pré-julgamentos que, em verdade, acabam por anular totalmente o fato em si, só vendo, em seu lugar, a idéia feita (anteriormente) a seu respeito.” (ibid., p. 119).

Por fim, comprova-se que tais estereótipos entranham-se de tal modo na consciência que acabam por ser considerados naturais, verdadeiros, pois, “o bombardeio informativo narcotiza o receptor, para torná-lo indiferente à própria notícia.” Desse modo, “figuras como ‘negro’, ‘comunista’, ‘puta’ têm um conteúdo cheio de preconceitos, aversões e hostilidades, ao passo que outras como ‘branco’, ‘esposa’ estão impregnadas de sentimentos positivos.” (Fiorin, 2002, p.55).

4.3.4 Estereótipos femininos

A submissão das mulheres sempre esteve vinculada à condição original de sua existência, ou seja, ao simples fato de serem, elas, mulheres. Segundo a perspectiva de Castañeda (2006), devemos considerar que, desde os primórdios da espécie humana, houve uma divisão do trabalho: o homem pré-histórico, de lança na mão, sai à caça de animais para sobreviver, enquanto a mulher permanece em casa, cuidando dos afazeres domésticos. Tal divisão de tarefas reflete as diferenças físicas entre os sexos: eles são mais fortes e corajosos, ao passo que elas, mais frágeis e dependentes, vêem-se limitadas por suas funções biológicas, como a gravidez, o parto, a lactação.

A todo tempo, a sociedade, segundo Leitão (1988, p.23), lança novos protótipos de beleza, resultando, dessa medida, a supervalorização da aparência física da mulher em detrimento da sua capacidade intelectual: “basta ser bonita para ter um lugar assegurado dentro da sociedade, que a estereotipa como sendo aquele ente que não precisa ser culto, nem inteligente”.

Com isso, percebe-se que ser feminina significa mostrar-se passiva, fútil, meiga, submissa, carinhosa, etc. Em outras palavras, a mulher deve apenas ter a preocupação de enfeitar-se, embonecar-se, pois qualquer tentativa de afirmação “depõe contra a sua feminilidade.” O homem, por um lado, se for feio, mas inteligente, não terá nenhum

problema. A mulher feia, por outro lado, “não dá palpite”, pois “mulher feia é como sucata, não tem lugar no mercado.” (ibid., p.23).

Sobre a importância dos estereótipos para estabelecimento do sentido, concordamos com Dias quando a autora enfatiza que

os estereótipos comandam, no discurso, uma série de trocadilhos, jogos maliciosos, metáforas dúbias, aumentativos e diminutivos carregados de significados maliciosos que, no fundo, representam posições muito atuais nas relações entre os dois sexos, muito embora não sejam novas. (2003, p.145)

O sexo, considerado como fato social, é propício à formação de estereótipos, pois, de acordo com Preti (1984, p. 158), “sobre o sexo atuam as mais diversas forças que direcionam a vida na comunidade, ou seja, a Moral, a Religião, etc.” Na área sexual, segundo o autor, os estereótipos “se prestam à conservação de certos tabus morais, funcionando como desviadores da reflexão individual sobre o sexo e a exata significação de certas práticas, para as quais se criam clichês que envolvem, não raro, o próprio conceito ético-religioso de ‘pecado’.” Nesse sentido, Preti justifica que os estereótipos sexuais são, portanto, “fórmulas que as gerações, em geral, se habituaram a aceitar sem discutir, preferindo manter-se nos limites simplificadores, indicados pelas oposições normal/anormal, puro/impuro, natural ou não etc.” (ibid., p.158).

No que se refere a mulheres, Castañeda (2006, p.220) postula que elas podem ser rotuladas, sob o ponto de vista sexual, em três categorias: as “‘decentes’, com quem um homem se casa; as mulheres com quem se pode ter relações ocasionais; e as prostitutas.”

A autora também considera que

os homens tratam as mulheres de acordo com o tipo e grau do seu desejo, e não em função de suas qualidades pessoais. A primeira apreciação que eles fazem delas, a primeira percepção, é de ordem sexual, mais que afetiva ou intelectual. O problema é que a classificação que os homens fazem das mulheres depende inteiramente do gosto e das necessidades deles, e não das características reais delas. Trata-se de uma projeção, mais que de uma abordagem real, na qual as mulheres são uma vez objetos, e não sujeitos com uma existência própria. (ibid., p.220)

Ainda a respeito dos estereótipos sexuais femininos, Dias enfatiza que “mulher honesta’ sempre foi compreendida entre nós como mulher moral e sexualmente correta e a expressão não abrange, por definição, seu comportamento no trabalho, nos negócios, na vida pública etc.” (2003, p.145).

Nessa linha de investigação, a autora acrescenta:

No longo capítulo da emancipação feminina ainda não há lugar para uma mulher vista apenas pelas qualidades morais, independente de suas qualidades físicas. A malícia popular sempre confundiu a mulher e a fêmea. Certas atividades exercidas por ela fora do ambiente do lar – como as artísticas – são índices de mulheres liberais, mais livres, e esse conceito freqüentemente carrega os semas da ‘promiscuidade’, quando não de ‘prostituição’. (ibid., p.145)

A supremacia masculina não dependia – ou não depende – de outro fator senão da “inferioridade” feminina. Tais idéias acerca da *incompetência* e *inferioridade* da mulher em relação aos homens são traduzidas por estereótipos já arraigados na cultura popular e que reforçam esses dizeres. Por exemplo, quando se diz *mulher ao volante*, *perigo constante*, a mulher é tida como incapaz de dirigir um automóvel, entretanto, na concepção machista, só serve mesmo para *pilotar o fogão*, ou seja, não lhe resta outra alternativa, a não ser aceitar seu papel de *rainha do lar*. Outro exemplo diz respeito àquelas situações em que algo sai errado ou em desacordo com os desejos dos homens: nesses casos, os comentários mais comuns ditos por eles são do tipo *só podia ser mulher*, *tinha que ser mulher*. Somando-se a isso, não podemos esquecer também, segundo a concepção de Teles e Melo (2003, p.31), que os homens insistem em “tornar obrigatória a crença de que as mulheres são volúveis emocionais, fúteis, inseguras e dependentes.”

Por fim, comprova-se que os meios de comunicação colaboram - e muito - para perpetuar esses estereótipos e também reforçar a idéia da inferioridade do sexo feminino em relação ao masculino. O que se pode afirmar, portanto, é que a mulher é reduzida ao *status* de coisa, porque ela é julgada quase que exclusivamente pela aparência física. Corre-se o risco, portanto, de reafirmarem-se de maneira soberana, hegemônica e impositiva, certas concepções e preconceitos, por vezes já arraigados na sociedade.

Até aqui, nosso estudo se preocupou em investigar os subsídios teóricos necessários que contribuirão para a sedimentação da análise do *corpus* de pesquisa. Resta-nos, de agora em diante, buscarmos as respostas a que nos propomos desde o início. Vamos a elas?

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DO *CORPUS*

Em nosso referencial teórico, diversos estudos indicam que a linguagem usada para caracterizar a mulher apresenta características que a distinguem da masculina, e que essa distinção se dá principalmente em função do *status* inferior da mulher numa sociedade que reflete o ponto de vista dos homens, porque são eles quem representam o grupo social de prestígio, tradicionalmente instituído.

A escolha das crônicas de José Simão como *corpus* desta pesquisa presta-se a comprovar que os estereótipos preconceituosos e generalizantes direcionados às mulheres ainda se fazem sentir em todos os âmbitos da sociedade brasileira, mesmo naqueles mais elitizados. Sob esse aspecto, é importante considerar que as referidas crônicas são publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, veículo esse que, como assinalamos no *primeiro* capítulo, tem como perfil de seu leitor típico, pessoas que possuem alto padrão de renda e escolaridade.

Em vista disso, pretendemos evidenciar que a imagem da mulher é violentamente hostilizada e depreciada nas crônicas de José Simão, tornando-se motivo de discriminação e zombaria. Conforme registramos no capítulo de apresentação do *corpus*, consideramos como categorias de análise a violência consumada contra a mulher, seja pela qualidade moral, seja por sua forma física, seja por aspectos culturais e sociais. Desse modo, a análise que se segue dar-se-á de acordo com essas três categorias e não de acordo com a ordem cronológica das crônicas selecionadas. Na leitura dos excertos, percebemos que eles se imbricam. Por questões metodológicas, para tornar nossa análise didática, optamos por privilegiar apenas uma das categorias para cada excerto do nosso *corpus*. Julgamos que as 15 crônicas por nós escolhidas, publicadas entre fevereiro e maio de 2007, são suficientes para elucidarmos os objetivos almejados por este trabalho. Por fim, deve-se esclarecer, ainda, que as crônicas de que nos valeremos são integralmente apresentadas, cronologicamente, somente no anexo deste trabalho. No corpo de nossa análise serão contemplados os fragmentos necessários à exemplificação de nossos argumentos.

5.1 A violência deflagrada contra a mulher: aspectos morais

Pode-se dizer que as bases ideológicas que situam a mulher como inferior e submissa vêm de muito longe, desde os mitos da criação, com a imagem de Eva comendo do “fruto proibido” e oferecendo-o, posteriormente, a Adão. Nesse sentido, Eva simbolizaria a tentação, o pecado da carne, o desejo de sexo, responsável pela perda da paz e da tranqüilidade do homem, representadas pela perda do paraíso terrestre. Eva constitui, por assim dizer, uma metáfora que as mulheres passam a ter na sociedade patriarcal, e da forma como a sexualidade feminina passa a ser vista como perigosa e transgressora, tratada como tentadora, síntese do mal e raiz do pecado. Tal concepção generalizante, há muito tempo arraigada em nossa sociedade, é endossada por José Simão logo no título de uma de suas crônicas:

Ueba! Quero a **Eva**, não o Evo! (FSP²¹, 16/02/07, grifo nosso)

Para compreendermos o efeito de sentido que o título dessa crônica evoca, é importante que se diga que, neste exemplo, o efeito cômico decorre do cruzamento de dois *scripts*²², o feriado prolongado de carnaval e a visita ao Brasil do então presidente da Bolívia, Evo Morales, em 14 e 15 de fevereiro de 2007.

Levando-se em consideração a simultaneidade de acontecimentos ocorridos no Brasil na ocasião, por um lado, a visita, ao país, do presidente boliviano Evo Morales e, por outro, o feriadão de Carnaval, torna-se evidente a compreensão do efeito de sentido desencadeado pelo título da crônica. Na época de Carnaval, a mídia tem-se aproveitado abusivamente da imagem feminina em posições, movimentos e ações eróticas chegando a vulgarizar a figura da mulher. Por isso, quando acionamos o *script* do Carnaval, logo nos vem à mente, por exemplo, no que se refere às mulheres, cenas “picantes” de passistas nuas desfilando na Avenida, onde a licenciosidade sexual é prática comum.

²¹ Os fragmentos utilizados foram extraídos do jornal *Folha de São Paulo*, doravante referenciado como FSP.

²² *Scripts* são planos estabilizados, utilizados ou invocados freqüentemente para especificar os papéis dos participantes e as ações deles esperadas. De acordo com Brown e Yule, pode-se dizer que, por um lado, “enquanto um *frame* é geralmente considerado um conjunto de elementos sobre uma situação estereotipada”, o *scrip*, por outro lado, “é mais dinâmico, pois incorpora uma seqüência estereotipada de ações que descrevem uma situação”. (apud. Fávero, 1998, p.68).

Nessa perspectiva, assim como a imagem de Eva nua é atrelada ao pecado da carne, o Carnaval é, por excelência, um apelo à erotização e à liberação sexual. Decorre daí, portanto, a “maldadezinha” de José Simão, logo no título da crônica: *Quero a Eva, não o Evo!* Sob esse aspecto, tal enunciado nos autoriza a concluir que ao *macaco* e, por conseguinte, aos homens - de quem Simão é uma espécie de porta-voz - não interessa a visita de Evo Morales ao Brasil, pois o presidente da Bolívia não é capaz de satisfazer aos prazeres e desejos sexuais masculinos. Constata-se, ainda, que o entrelaçamento dos diferentes discursos, oriundos de momentos completamente distintos na história (*Eva* – personagem bíblica e *Evo* – presidente da Bolívia), é considerado parodístico, beirando, por assim dizer, o grotesco pois, à luz de Bakhtin (1996), o sério é dessacralizado, como uma lógica original das coisas ao revés.

Feitas as considerações necessárias acerca do título da referida crônica, passemos à análise de um excerto dela que julgamos importante para nosso trabalho:

E em todo feriadão vem essa clássica seção nos jornais: o que abre e fecha? E em todo ano eu repito, óbvio: **o que abre e fecha no Carnaval? As pernas.** As pernas e porta de geladeira! (FSP, 16/02/07, grifos nossos)

Habitualmente no Brasil, quando se aproxima algum feriado, a mídia tem por costume divulgar os estabelecimentos que estarão abertos nessa ocasião. O feriado de Carnaval não foge a essa regra e, portanto, os verbos de ação *abre* e *fecha*, empregados por José Simão, estariam perfeitamente justificados, num primeiro momento, em se tratando desse contexto de divulgação daquilo que estaria funcionando ou não no feriado. No entanto, quando chegamos ao final do parágrafo, notamos que os respectivos verbos adquirem outra conotação. Nesse sentido, somos obrigados a fazer uma outra leitura para compreendermos quais eram as reais intenções que o cronista pretendia passar a seus leitores. Feita a pergunta sobre o que abre e fecha no feriado, a resposta a essa questão corroborou para a quebra da expectativa da leitura em relação ao sentido esperado, que, *a priori*, seria o mais comum. Essa quebra de expectativa contribuiu para instaurar o cômico. Assim, quando o cronista explica que o que *abre* e *fecha* são as *pernas*, imediatamente outro significado é ativado para os dizeres de

Simão: o malicioso. Tal movimento de *abrir e fechar* as pernas significa a posição da mulher no ato sexual.

No humor escrachado e deselegante da crônica de Simão a seriedade é destruída. Pode-se dizer que esse humor grotesco, de acordo com Bakhtin (1996), não guarda qualquer lirismo e, conseqüentemente, qualquer compaixão. Isso significa que Simão, ao valer-se de suas críticas, jamais se deixa guiar por sentimentalismos, tão caros aos poetas. Simão, definitivamente, vai “direto ao ponto”, mostrando nutrir nenhuma piedade para com a tragédia pessoal de outrem, no caso específico, da mulher, vítima de seus comentários constantes. Esse tratamento escarneador, que humilha e deprecia quem é dele objeto (mulheres), denunciando o seu fracasso e o seu prestígio, é conceituado, de acordo com Propp (1992), como o riso de zombaria. Caracterizado o humor como algo “não sério”, por meio dele é permitido que se digam e façam coisas que, fora dele, as normas sociais não permitiriam. Nessa perspectiva, em nome do riso, intensificam-se intolerâncias, racismos e discriminações em relação ao universo feminino, perpetuando visões generalizantes e estereotipadas no que se refere às mulheres. Sob esse ponto de vista, o humor é considerado uma forma da violência, pois, embora camuflada, escondida sob formas de costumes e preconceitos, oprime e despoja a figura feminina de seus direitos como pessoa e cidadã. Cabe dizer ainda que tal violência, sutil, chega a passar despercebida, como se resultasse da ordem natural das coisas e não de ação intencional. (Morais, 1981).

Comprova-se que a violência praticada por Simão não se efetiva por meio de atos violentos, em que se viola, por exemplo, a integridade física das mulheres. A violência é consumada por meio da linguagem, a qual permite que se violem, psíquica e moralmente, as representantes do sexo feminino. Assim como no exemplo anterior, a próxima análise tem o Carnaval como discussão central:

Ueba! Chegou o ENGARRAFOLIA!” (FSP, 17/02/07)

José Simão se vale do trocadilho, em caixa alta, ENGARRAFOLIA, aludindo, em primeiro lugar, ao fato de que, no feriado de Carnaval, é comum as estradas ficarem congestionadas, por assim dizer, “engarrafadas”. A seguir, *folia*, morfologicamente empregado de forma arbitrária pelo *macaco*, como um sufixo, trata-se, na verdade, de

um substantivo feminino, significando, de acordo com o *dicionário virtual Houaiss*, festejo animado, alegre e barulhento; farra, pândega, baile.

A seguir, já no corpo do texto, comprova-se que a mulher é vista como um mero objeto sexual, da qual se pode avaliar exclusivamente os aspectos que interessem aos homens (satisfação do prazer sexual masculino):

E o sonho de um amigo meu é **transar com pelada** de carro alegórico: **não fala nem reclama, só rebola e ri.** (FSP, 17/02/07, grifos nossos)

Pela análise deste excerto, torna-se evidente que o humor se revela por meio do estereótipo preconceituoso que diz que “mulher ideal” é aquela que não fala, não reclama mas, em contrapartida, *rebola*. Verifica-se que, para satisfazer aos desejos eróticos masculinos, basta apenas que a mulher saiba *sorrir e rebolar*. Constata-se, mais uma vez, o estereótipo de mulher objeto, destinada apenas e - tão somente - a atender aos caprichos e prazeres sexuais dos homens. A direta associação do referente *mulher* ao adjetivo *pelada*, associada à menção a um interlocutor masculino – um amigo – lembra, segundo Dias (2003, p.150), “a conversação entre homens, a propósito de mulher e sexo”, pelo fato de a mulher ser enxergada apenas pelos seus ‘atributos’ físicos e desempenho sexual.”

Nesse momento, somos obrigados a voltar ao título do texto, pois diante do que já foi dito anteriormente, nos é autorizado compreender que ENGARRAFOLIA pode assumir outro sentido, pois, considerando a lexia *engarra*, podemos associá-la, pela semelhança sonora, a *agarra*. Esse trocadilho torna-se cômico, porque desvia, mesmo que momentaneamente, a linguagem, possibilitando que um interlocutor compreenda o sentido geral ou amplo da palavra e o outro o substitua pelo sentido restrito ou literal, anulando e revelando a inconsistência do argumento do outro. (Versiani, 1974).

Preli (2006) assegura que o indivíduo é capaz de representar certos comportamentos dentro da sociedade que, na verdade, não correspondem ao seu *status* real. A sociedade, em razão do sexo, da idade, da classe social, etc., estabelece uma série de comportamentos a que o indivíduo deve obedecer, em função do *status* que lhe é *atribuído* por essa sociedade. (cf. *ibid.*, p.181-2) Assim, nas sociedades machistas, a mulher, quando se apresenta diante dos outros (homens), seu desempenho tenderá a

incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade em que está inserida. Dessa forma, nesse tipo de sociedade patriarcal e machista a mulher deve mostrar-se passiva, não dar palpites e nem reclamar, ser fútil, meiga, submissa, carinhosa e, principalmente, conforme alardeia Simão, estar sempre de boca fechada, para que não haja risco de dizer “impropriedades” e chatear os homens, tendo em vista sua pouca inteligência, estupidez e ignorância. Além do mais, considerando o discurso machista, as mulheres são tidas como tagarelas e, portanto, chatas. Daí a constatação que, para Simão, a mulher ideal é aquela que *não fala nem reclama*, ou seja, só é um objeto pronto para o consumo. Só isso é o que importa e que basta realmente. O desempenho de tais *papéis* sociais pode acarretar mudanças na personalidade da mulher, podendo resultar, por assim dizer, na negação de sua individualidade, fazendo com que esta perca a sua essência. (Horkheimer e Adorno, 1978, p.64-5).

Essa forma de simplificar e generalizar as atitudes, costumes, aparências e formas de comunicação torna-se algo negativo, quando usado sem responsabilidade, principalmente se veiculado pela mídia, no caso específico, por um jornal como a *Folha* (classificado como jornal de elite), podendo criar uma imagem claramente falsa da realidade e vindo a gerar ou intensificar preconceitos, racismos e intolerâncias. A sexualização do discurso marca, inevitavelmente, um aspecto do *estado de violência* em virtude da desigualdade com que é tratada a mulher. Verifica-se, portanto, que José Simão, por meio do disfarce numa suposta conversa sem rumo, trata com informalidade e leveza, o que, de certa forma, é motivo de revolta e indignação.

Diante do exposto, comprova-se, nitidamente, numa perspectiva dualista, a diferenciação de *papéis* desempenhados por homens e mulheres. O *papel* do homem está consolidado intimamente à valorização da sua virilidade e da força como elemento constitutivo de poder e autoridade. A mulher deve ser passiva e atender, prontamente, às necessidades e prazeres sexuais masculinos. Esse modelo se afirmou, instituindo a *dominação*, atributo do homem, e seu avesso, a submissão, imposta ao elemento feminino. É nesse sentido que, a essa relação entre os sexos, construída em forma de oposição, impôs-se uma forma de violência contra a mulher, suave, insensível e invisível a suas próprias vítimas. Essa *violência de gênero*, entendida como uma relação de poder de dominação do homem e da submissão da mulher, demonstra, segundo Teles e Melo (2003), que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações

violentas entre os sexos e indicam que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas.

A seguir, apresentamos um outro exemplo que mostra de forma explícita e direta uma linguagem de baixo calão, na qual fica evidente a valorização da mulher somente naquilo que diz respeito aos seus atributos sexuais, deixando-se de lado sua verdadeira *essência* enquanto ser humano, como se outros valores, que lhe são intrínsecos, fossem destituídos de qualquer importância:

Hoje é o Dia Delas. Dia Internacional da Mulher . O **Perereca's Day!** E como disse um amigo meu: o Dia Internacional da Mulher devia ser de noite. (FSP, 08/03/07, grifo nosso)

Tal excerto caracteriza-se pelo discurso da malícia, onde o substantivo *perereca* faz alusão ao órgão sexual feminino. Nesse contexto, a referência que se faz à mulher se dá por meio da metonímia, em que se ressalta apenas a parte erotizada de seu corpo: a *vagina*. Daí dizer que o Dia da Mulher é, na verdade, o *Perereca's Day*.

De acordo com Preti (1984, p.65), a palavra é considerada grosseira quando tende a descrever, a pôr em relevo, o corpo e suas funções e, em particular, as mais baixas. Essa “grosseira” é mais acentuada quando se exprime por meio de termos de origem e uso popular, ou seja, termos que, por sua natureza, atualizam as imagens mais materiais e corporais das coisas e funções designadas e às quais, por outro lado, se ligam o descrédito e o desprezo de que são objeto aqueles que os empregam. Ainda, Preti (op. cit. p.84) confirma que a referência à obscenidade é mais direta, menos sutil e mais grosseira e, portanto, mais fácil de entender-se. É o que se verifica no fragmento a seguir:

E essa é pra deixar todo mundo de boca aberta! Sexo oral aumenta risco de câncer na garganta! Mentira!, sexo oral pode dar cãibra! Isso sim! LER, lesão por esforço repetitivo. (...) Se **boquete** desse câncer, a Mônica **Chupinsky** já tava morta. Rarárá! (FSP, 16/05/07, grifos nossos)

O exemplo acima alude, pelo jogo de palavras, a um fato de grande repercussão na mídia nacional e internacional. Mônica Lewinsky, então estagiária do presidente americano Bill Clinton, teria tido relações sexuais com ele, embora fosse casado.

A polêmica gerada, no mundo inteiro, em torno da atitude da moça é reforçada por Simão, que mostra seu preconceito em relação às mulheres que se relacionam com homens casados, como se o “delito” recaísse somente sobre elas. O homem, por sua vez, não teria sua imagem “arranhada”, pois cabe a ele o papel de conquistador, de “garanhão”. Assim, em termos lingüísticos, a atitude machista do cronista revela-se, por exemplo, pelo trocadilho feito no nome da moça: chamar a antiga secretária de *Chupinsky*, no lugar de Lewinsky, evoca, maliciosamente, dada a associação com o verbo *chupar*, a forma como a secretária Mônica e o presidente Bil Clinton se relacionaram sexualmente. O termo *boquete* também tem uma conotação sexual bastante significativa, remetendo, pois, ao sexo oral. Em sociedades conservadoras, tal prática é vista com restrições, considerada imoral, pecaminosa, ainda mais se for protagonizada pelas mulheres. José Simão, ao utilizar-se de uma expressão em forma de ditado popular (*se boquete desse câncer, a Mônica Chupinsky já tava morta*) para descrever o suposto ato sexual perpetrado por Lewinsky e Clinton, reforça que era a mulher que se valia desse expediente com muita frequência e mesmo de forma compulsiva. Daí a justificativa do macaco Simão de que sexo oral poderia dar cãibra, em decorrência da lesão causada pelo esforço repetitivo (ato sexual). Aqui, nota-se uma inversão parodística, caracterizada pelo modo grotesco em que a sigla LER (Lesão por Esforço Repetitivo) é empregada em outro contexto, a saber, o erótico. O efeito de espanto originado pela confusão cômica (*interferência*), tendo em vista o efeito dúbio que a sigla evoca, na crônica de Simão, é que deflagra o riso. Trata-se do riso carnavalesco, grosseiro, da acepção bakhtiniana.

Dos exemplos analisados até aqui verifica-se que a mulher é privada de seu *status* de ser humano por meio de um julgamento prévio de sua conduta sexual e de regras comportamentais que a diferenciam do homem, tanto naquele campo quanto no social. As regras para medir seu comportamento no campo sexual são muito mais rígidas do que as ditadas para o homem. Há, na realidade, duas morais sexuais: uma *permissiva*, para ele, outra *restritiva*, para ela. Enquanto a ele tudo é permitido e visto como normal, a ela tudo é proibido e dado como vergonhoso e indecente.

Por fim, comprova-se que as mulheres não são apenas *coisificadas*, mas também tratadas como *mercadorias*, das quais se pode avaliar exclusivamente os aspectos que

interessam no momento da escolha (ou da “compra”). Dessa forma, elas não chegam sequer a ser mencionadas como um sujeito em sua integridade, em sua completude. Vemos, portanto, que a sexualização do discurso marca inegavelmente um aspecto do *estado de violência* pelo preconceito e desigualdade com que é tratada a mulher.

5.2 A consumação da violência contra a mulher em razão de sua forma física

Nos dias atuais, a mulher, para ter valor, para ter importância social e ser desejada, precisa ser *bela, elegante e jovem*. Nesse sentido, pode-se dizer que os cuidados para com a aparência revelam-se, invariavelmente, como uma forma de a mulher estar preparada para enfrentar os julgamentos e expectativas de uma sociedade machista e patriarcal.

Além do mais, em decorrência da circulação automatizada dessas concepções no âmbito social, levando-se em conta a forma como são utilizadas e aplicadas, bem como a ingenuidade com que muitas vezes são vistas, principalmente na sociedade moderna, com a disseminação, em grande escala, dos meios de comunicação de massa, por tudo isso, evidencia-se que esses conceitos, a respeito da mulher, nos são transmitidos com tal força e autoridade que “quase parecem um fato biológico”, a ponto de nos tornarmos “parasitos biológicos de nossa herança social”. (cf. Lippmann, 1972, p.158).

As representantes do sexo feminino, assim sendo, não são reconhecidas como sujeitos de direito, com vontade própria, mas como objetos, sendo discriminadas e obrigadas a enfeitar o mundo, atendendo aos padrões estéticos vigentes e tendo suas capacidades intelectuais tratadas como características secundárias, a serem admiradas apenas se a função estética for devidamente cumprida.

Pela análise de alguns excertos de nosso *corpus*, verifica-se que, para José Simão, a imagem da mulher e do feminino continua associada à da beleza, havendo cada vez menos tolerância para os desvios nos padrões estéticos socialmente estabelecidos. Nessa perspectiva, a *feiúra* é tomada como um termo generalizante negativo e aqueles que nela se enquadram são excluídos.

No fragmento a seguir, a mulher feia aparece não só como não desejada, mas também como sendo a responsável pelas insatisfações e, por que não dizer, pelas infelicidades dos homens:

E sabe por que o Bush gosta tanto de **bomba**? Porque a mulher dele é um **canhão**. Por isso que ele prega a abstinência sexual. Tá legislando em causa própria. (FSP, 06/03/07, grifos nossos)

À primeira vista, *bomba* e *canhão*, respectivamente, são termos que fazem alusão, de alguma forma, às guerras. Apresentam, portanto, uma conotação negativa, já que servem para destruir vidas e lugares. Bush, em seu governo, empreendeu a Guerra contra o Iraque, dizimando vários civis, talvez esse o fato de o político gostar tanto de *bomba*, como diz Simão. Entretanto, essa idéia é logo deixada de lado, à medida que a mulher de Bush é tida como sinônimo de *canhão*. Trata-se do processo de *condensação*, à luz de Freud (1905)²³, em que um significante pode nos levar ao conhecimento de mais de um significado, fazendo com que acionemos conhecimentos de mundo diferentes: aqui, *canhão* é metáfora de mulher feia e, se Bush é casado com uma mulher nessas condições, deve gostar mesmo de “bomba”, de “coisa feia”.

Entretanto, essa idéia de que Bush sentiria atraído por mulher feia se desfaz em seguida. Isso ocorre, porque, pelo fato de estar casado com uma mulher nessas condições, Bush “prega a abstinência sexual”, pois, sendo sua mulher tão feia e, portanto, não desejada sexualmente, ela não tem utilidade alguma. Nesse sentido, ao privar-se do ato da copulação com uma pessoa feia, mesmo que esta fosse sua esposa, seria, para ele, legislar “em causa própria”, já que a relação que nutria por sua companheira não satisfazia mais às suas necessidades e desejos eróticos.

Como se observa, o lugar da mulher na sociedade está subordinado à sua aparência física. A conotação existente nesses insultos usados pelo homem revela uma gradação de desprazer que a mulher em evidência produz, não se levando em conta qualquer outra qualidade como, por exemplo, a inteligência. Essa atitude masculina de só considerar a mulher como um objeto que tem de ser bonito, desejável, evidencia-se nas expressões usadas por eles para se referirem àquelas que lhes causam efeito visual, tátil e gustativo desagradável. Decorre, daí, a comparação da mulher de Bush a *canhão* e *bomba*, condição em que se configura o discurso da violência, marcado pelos apelos ao grotesco e à sexualidade, na qual, em nome do riso, os pequenos defeitos ou aqueles aparentes são aumentados e realçados, gerando ou intensificando preconceitos, racismos e intolerâncias, sendo, portanto, uma forma de violência.

²³ FREUD, Sigmund. (1905). O chiste e a sua relação com o inconsciente (1905). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, 1996. v. VIII.

Situação semelhante ocorre no fragmento abaixo, tendo em vista que, sob o ponto de vista de Simão, para que seja valorizada pelo homem, a mulher deve ser esteticamente perfeita, devendo, por essa razão, provocar efeito agradável aos olhos e ao “paladar” masculinos:

(...) **mulher feia** é cozinheira de *spa*. Que **tira o apetite** de todo mundo!
Rarará. (FSP, 20/05/07, grifos nossos)

Há muito tempo, as comidas próprias a uma dieta alimentar de emagrecimento são associadas, para muitos, como sinônimo de uma alimentação sem gosto ou mesmo de paladar desagradável. Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que tais alimentos tiram o “apetite” de qualquer um. O substantivo *apetite*, por estar associado a *spa* e cozinheira, num primeiro momento aciona o contexto acima descrito. Entretanto, insinuar que *mulher feia* é sinônimo de *spa*, pois é capaz de tirar o *apetite* de todo mundo, implica dizer que há, agora, a mudança de referente: assim, quem *tira o apetite* não é a comida de *spa*, mas sim a *mulher feia*. A palavra *apetite* passa, então, a ter uma conotação maliciosa, significando metaforicamente, a falta de desejo sexual dos homens, em se tratando de uma mulher feia. Esse jogo de significados é que instaura o riso.

A depreciação das mulheres que não correspondem ao padrão de beleza, tido pelos homens como o ideal, também se torna clara no excerto seguinte:

Príncipe Charles sugere acabar com o McDonald’s. Por uma alimentação mais saudável. Justo ele? **Come** a Camila Parker-Bowles e quer falar em alimentação saudável? Rarará. O McDonald’s, em represália, devia lançar o Macamila, o **MacJaburu**, **Macmulher feia**. Junkie food! E ainda tem cara de cavalo. Rarará. (FSP, 04/03/07, grifos nossos)

A expressão “alimentação saudável”, à primeira vista, pertence à mesma rede de significados, por exemplo, daquela expressa pelo verbo “comer”. De maneira semelhante, essa mesma rede de significados é acionada, quando nos deparamos com a

palavra McDonald's, nome de uma rede de lanchonetes em que se consome alimentação rápida. Entretanto, à medida que avançamos na leitura do texto, percebemos, imediatamente, a inversão de sentido que tais expressões abarcam. Constata-se, portanto, que o verbo *comer* evoca, neste contexto, mais de um significado. Assim, por meio do jogo de palavras, o cronista cria uma situação cômica, inesperada, que beira o grotesco: *comer* e *alimentação mais saudável* adquirem, agora, um novo sentido, dessa vez, de conotação obscena: Simão utiliza o verbo *comer*, em sentido metafórico, aludindo ao fato de o Príncipe Charles ter mantido relações sexuais com uma mulher feia e por esta não ser uma *alimentação saudável*, metáfora que significa “imprópria para consumo”. Dessa forma, Camila, a feia, é vista aqui como “indigna” de ser desejada pelos homens, em virtude de sua fealdade, ainda mais em se tratando de um príncipe.

Ainda a respeito do verbo *comer*, Preti (1984 p.87) explica que serve para a expressão do ato sexual, visto sob forma de fruição do objeto desejado (a mulher) pelo agente masculino, incluindo todas as conotações relativas à força, poder, domínio, controle absoluto, convenientes ao macho no ato da posse. Nesse sentido, a mulher é vista, para o homem, não como um ser humano, mas sim, como um *objeto comestível* e, portanto, um objeto sexual, uma vez que *comer*, usado por eles, significa manter relações sexuais.

Como se não bastasse, o cronista ainda sugere, em represália, pelo fato de a moça ser feia, que o McDonald's deveria lançar o *McJaburu* e o *Mcmulher feia*, expressões que reforçam ainda mais a ideologia que mulher feia não tem vez. *Jaburu* é uma expressão popular e pejorativa que, de acordo com o dicionário virtual *Houaiss da Língua Portuguesa*, significa indivíduo feio, esquisito. Somando-se a isso, o cronista se vale de um termo em inglês, *Junkie food*, que alude a uma alimentação de qualidade ruim e, portanto, não apropriada para o consumo, assim também como a mulher feia não o é. Como se não bastassem todos os “predicados”, Simão alardeia que a moça “tem cara de cavalo”.

Por fim, considerando a análise deste excerto, podemos dizer que José Simão traz à tona outra característica marcante da personalidade feminina: a passividade. Tomando como base o verbo *comer*, que, neste contexto, se refere ao ato sexual, constata-se que na expressão que diz que o Príncipe Charles *come a Camila Parker-Bowles*, o sujeito é exclusivamente masculino (Ele a comeu). Aqui, evidencia-se que a mulher não participou ativamente da ação (copulação). Isso posto, confirma-se que a

mulher ocupa simplesmente o lugar de objeto. Essa função biológica se desenvolve em condições que colocam o homem numa situação de agente e a mulher na de paciente. Logicamente, nessa oposição, aquele ocupa o lugar dos *dominadores* e, esta, o de *dominados*. Essa oposição desequilibrada entre o sexo masculino e o feminino já cria, contra este último, verdadeiros *estados de violência*.

Ainda, com respeito à depreciação da imagem feminina em razão de sua aparência física, percebemos que José Simão não lança suas “farpas” apenas às mulheres consideradas por ele *feias*. De forma alguma. Em seus textos, a imagem da mulher que está com o *peso excedente* também é bastante hostilizada. É do que trataremos a seguir.

Em tempos atuais, observa-se o papel fundamental que a mídia tem como criadora e propagadora de um padrão estético feminino em que a beleza parece ser obrigatoriamente vinculada à magreza. Tal modelo de conduta reflete-se na posição de pouco prestígio que a mulher com excesso de peso ocupa frente à sociedade contemporânea, condição esta suscetível a despertar preconceitos e intolerâncias.

O exemplo seguinte, mais uma vez, tem como pano de fundo o Carnaval brasileiro, precisamente o desfile das escolas de samba cariocas, em que habitualmente são exibidos, na Avenida, corpos femininos exuberantes e perfeitos. Se considerarmos que as piadas de José Simão geralmente enaltecem o corpo das mulheres que ele destaca, em razão de sua forma escultural, aqui, parece-nos que esse não é o caso. Em decorrência das formas protuberantes da cantora e atriz Preta Gil, o “esculhambador geral da República”, por essa razão, não a enxerga como um objeto formoso e agradável de contemplação:

E o *site* Comentando comenta que a Preta Gil **levantou** a torcida no Sambódromo. Quando ela passou, a torcida se levantou e gritou: “Pô, Preta Gil, **sai da frente** e deixa a gente ver o desfile.” “Quem teve a idéia de botar um **carro alegórico** na frente da bateria?” (FSP, 24/02/07, grifos nossos)

Em se tratando do tema do Carnaval e, por conseguinte, associando a essa ocasião festiva o apelo à licenciosidade sexual, logo no início, conhecendo um pouco do estilo de Simão, podemos esperar que o cronista, ao empregar o verbo *levantou*, remeta

seu leitor imediatamente ao humor sexual, ao discurso da malícia, do grotesco, aludindo o ato de “levantar” ao órgão sexual masculino, quando é excitado. Entretanto, dando prosseguimento à leitura, percebe-se que o sentido dado por José Simão, ao verbo em questão, não tem conotação sexual. Nesse instante, a expectativa do leitor é desfeita, pois Preta é comparada, impiedosamente, a um carro alegórico, em função das suas formas volumosas, desmedidas e exageradas, aos olhos de Simão. Daí, a deflagração do riso, funcionando como uma espécie de trote social, já que humilha e deprecia quem é objeto dele. (cf. Propp, 1992, p.190). Se não fosse Preta Gil que estivesse ali no Carnaval, mas uma outra mulher, linda e com formas exuberantes, o sentido expresso pelo verbo *levantar* faria menção, certamente, ao discurso erótico, em que os homens, ao verem pela frente uma bela mulher, se renderiam sexualmente aos seus “encantos”. Como Preta Gil não corresponde aos padrões de beleza tidos como “ideais” pelos homens, o fato de Simão não ter empregado o verbo “levantar” referindo-se ao discurso sexual justifica-se, portanto. Cabe dizer que tal verbo foi empregado no seu sentido corriqueiro, usual. Assim, *a torcida se levantou* em decorrência do peso e da forma excedentes da moça. Desse modo, sob o risco de não entender a “graça da coisa”, o leitor é obrigado a rever o texto novamente. Isso ocorre, pois um significante - verbo “levantar” - pode nos levar ao conhecimento de mais de um significado. Observa-se, também, que a forma pela qual Simão se refere à moça (*Sai da frente e deixa a gente ver o desfile.*) torna evidente, mais uma vez, o posicionamento machista em relação às mulheres: a mulher que não apresenta belos dotes físicos não é perfeita para atender às necessidades sexuais dos homens. É, portanto, descartada, pois não é “produto consumível”.

A título de curiosidade, assim como ocorre nesta crônica (24/02), em que José Simão tece comentários sobre a postura da atriz e cantora Preta Gil durante o Carnaval, na crônica veiculada no dia seguinte (25/02), Simão se vale das mesmas observações a respeito da moça:

E o *site* Comentando **prova** que a Preta Gil **levantou** a torcida no Sambódromo. (FSP, 25/02/08, grifos nossos)

Entretanto, dessa vez, o cronista assevera que o *site* Comentando *prova* que Preta Gil *levantou a torcida na avenida*, ao passo que, no dia imediatamente anterior, o mesmo *site*, sob a ótica de Simão, apenas *comenta* que a moça havia levantado a *torcida no Sambódromo*. Muda-se, portanto, o tom da conversa, sendo que, na sua versão mais recente, os fatos sobre a cantora e atriz, propagados pelo *site* Comentando, adquirem, sob a perspectiva de Simão, uma conotação mais séria, exata, ao passo que na versão anterior, não passava de um simples comentário.

Ainda sobre esse assunto, é interessante verificar que nem o fato de Preta Gil ser a filha do então Ministro da Cultura nacional e cantor, Gilberto Gil, faz com que José Simão poupe a moça de comentários tão preconceituosos e racistas, como se comprova pela análise do fragmento da crônica. Associada às formas robustas da moça está sua condição de mulher negra, que, pode-se dizer, continua sendo, nos dias de hoje, alvo de exploração psicológica, física e/ou social por parte dos homens.

Neste palco de diferenças/desigualdades, a mulher negra recebe um grande fluxo de incongruências, o que provoca um acirramento nas diferenças acentuadas pelo processo de introjeção no meio social. Desde criança, o seu mapa cognitivo acolhe discrepâncias com vistas a corroborar o *status quo* vigente, aquele que beneficia os preceitos machistas e depaupera o já pálido modelo feminino.

Nesse caso, embora Preta Gil seja a exceção num país repleto de negros, como ela, que vivem em precárias condições de vida, em razão da cor da sua pele, a cantora, mesmo sendo considerada sua condição social privilegiada, carrega também o estigma de gerações passadas, nos quais o negro apenas era usado como mero objeto, útil apenas para servir aos desejos e necessidades dos brancos. Estereótipos do tipo que as mulheres negras devem ter acesso restrito somente às áreas de serviço e que só têm utilidade para servir ao homem entranham-se de tal modo na consciência que acabam por ser considerados naturais, verdadeiros. A figura do negro carrega um conteúdo repleto de preconceitos, aversões, hostilidades, ao passo que a figura do branco está impregnada de conceitos positivos.

Considerando os exemplos analisados até aqui, comprova-se que a imagem feminina é violentamente hostilizada por José Simão, em função de sua aparência física. A esse propósito, confirma-se que a mulher, para ser valorizada, para ter um lugar assegurado dentro de uma sociedade machista, deve ser *bela, elegante e esbelta*. Porém, não pára aí. Definitivamente não. A mulher também deve ser *jovem*. Pela análise do excerto seguinte, percebe-se claramente que a imagem da mulher idosa é desvalorizada

e marginalizada aos olhos do cronista. Assim, constata-se que estereótipos de que as mulheres mais velhas não são atraentes fisicamente, não têm interesses por sexo ou são incapazes de sentir algum estímulo sexual são amplamente difundidos e perpetuados por José Simão:

E as **véinhas** sem bingo? Tão com síndrome de abstinência de bingo. Vai ter passeata! Já fizeram até camisetas: “Faz tempo que eu não **bimbo**, deixa eu ir no **bingo**”. “Ô! Ô! Ô! Se eu não posso ir ao bingo, compre Viagra pro seu avô”. “Quando ele parar de beber, eu paro de jogar”. São as famosas camisetas da minha avó! E para quem **bimbar** é apenas recordação, **bingar** é a solução! (FSP, 26/04/07, grifos nossos)

É importante considerar que o assunto tratado nesta crônica remete a um fato que ganhou grandes proporções na mídia brasileira da época em questão. Trata-se do fechamento das casas de bingo em São Paulo, ações essas determinadas pela Justiça Federal e que tiveram início no dia 19 de abril de 2007, após publicação do Decreto Municipal 47.415, de 2006, que impediu a instalação de bingos na cidade, em consequência do término das autorizações concedidas para o exercício dessa atividade.

Pode-se dizer que nas sociedades urbanas capitalistas o indivíduo tem valor, quase que exclusivamente, pelo que produz. Tal efeito é sentido na marginalização das pessoas mais velhas, principalmente quando não são mais uma força social produtiva. Nesse sentido, o processo do envelhecimento é considerado prejudicial, de menor utilidade ou associado à incapacidade funcional. Os preconceitos geralmente envolvem crenças e estereótipos de que o envelhecimento torna as pessoas inativas, impotentes, fracas, incapazes e inúteis.

Durante séculos, a figura da mãe foi mantida como ideal de realização feminina, o que confere às mulheres um único papel, o da reprodução. Esta afirmação é produto de uma atitude especificamente patriarcal: quando a mulher não pode mais ter filhos, ela não tem mais utilidade.

O fato de ter o tempo livre pode causar no indivíduo a sensação de que não é mais útil, além de desencadear uma série de outros complexos e carências. Em nossa sociedade, o jogo do bingo, associado ao lazer das pessoas da terceira idade, é uma forma de aproveitar esse tempo ocioso. De acordo com Simão, por possuírem uma certa

idade e, portanto, talvez não terem uma vida sexual tão ativa, ou mesmo, nenhuma (“bimbar” é recordação”), o que resta às *véinhas* é jogar *bingo*.

Verifica-se que o diminutivo *véinha*, no início do texto, tem uma conotação afetiva. Preti (1984) assegura que só a mulher mais idosa pode ser chamada de velha, sem que isso a ofenda, pois ela já está fora da competição sentimental. Por essa razão, José Simão afirma que as *véinhas* estão privadas de uma vida sexual ativa e, sob esse aspecto, “tão com síndrome de abstinência de bingo”. O resultado que tal expressão evoca, ativada pelo vocábulo *abstinência*, sugere que as *véinhas* estão há muito tempo sem sexo e por essa razão, de forma bastante apelativa, para reverterem esse quadro, não só organizaram uma passeata reivindicando a abertura dos bingos, como também “fizeram até camisetas.” Note-se que o emprego do advérbio *até* ratifica a urgência e, por assim dizer, o desespero por parte das senhoras, que estão inconformadas com a situação presente.

Para compreendermos a intenção do texto, lembramos que o substantivo *bingo* (local onde se pratica a atividade de jogar bingo) assemelha-se foneticamente à *bimbo*, palavra que tem aqui a função de um verbo, com o sentido de “ter relações sexuais”. Essa semelhança fônica (trocadilho) é provocadora do riso, ainda mais quando o sentido que carrega beira o cômico grotesco. Fica explícita a conotação sexual do discurso, à medida que se introduz, no texto, a palavra *Viagra*, remédio para melhorar o desempenho sexual dos homens, a saber, dos “véinhos”. Verifica-se que o homem, mesmo na condição de idoso, é visto como possuidor, explorador, dominador absoluto da mulher, que é vista meramente como objeto sexual.

Nas culturas ocidentais, os traços ideológicos configuram na linguagem “corredores semânticos”, criando modelos ou padrões perceptivos que adquirem na práxis social um valor positivo ou melhorativo em oposição a um valor negativo ou pejorativo. (cf. Blikstein, 1985, p.61). A *verticalidade* e tudo a que ela se associa (*em pé, alto, ativo*), por exemplo, é um traço de valor melhorativo, indicando “*superioridade*” ou “*majestade*”, enquanto a *horizontalidade* tem conotação usualmente pejorativa. A tendência é de se depreciar o que está *caído, deitado, abaixo*. A mulher idosa, por não apresentar uma forma física exuberante que atraia sexualmente a atenção dos homens e, por assim dizer, estar bem “abaixo” das expectativas destes, é estereotipada, por eles, como aquele ser que não pode mais ser “consumido”, portanto, sem utilidade alguma. Examinando os aspectos comuns que são postos em relevo em se tratando da mulher mais velha, verifica-se que as metáforas associadas a essa mulher

são, entre outras, a de bagulho, sucata, traste, coroa, enferrujada, etc. De fato, observa-se, por conseguinte que, por meio da sexualização do discurso, José Simão colabora para acentuar a desigualdade entre os sexos, materializando em seus textos a posição de inferioridade da mulher perante a sociedade.

Diante do exposto até aqui, comprova-se que a desumanização da mulher materializa-se, primeiramente, quando o homem a considera um objeto que tem de ser belo para poder ocupar um lugar na sociedade. Além de a mulher ser vista como um objeto formoso, agradável aos olhos, é definida em função de sua sexualidade. Nela, a sua humanidade - o seu ser - não é levada em conta. O homem não a vê como um ser humano em sua essência, mas sim como um objeto sexual, com características físicas que lhe devem agradar, condições essas em que se materializam e se perpetuam preconceitos e intolerâncias, transformadas que são em *estados de violência*.

5.3 A materialização da violência contra a mulher em razão de aspectos culturais e sociais

Se levarmos em consideração a história, veremos que liberdade e inteligência, durante muito tempo, não foram características comuns de serem atribuídas ao sexo feminino. Por séculos, as relações entre os gêneros mantiveram (e ainda mantêm, mas com menor intensidade) um caráter excludente com relação às mulheres - e que se dava tanto nos campos político e econômico, como no social e cultural. De acordo com o discurso machista, essa exclusão seria, de uma certa forma, justificada pelo fato de que as mulheres seriam menos capazes (pouco inteligentes, muito frágeis, etc.) do que os homens. A exploração desses estereótipos conduz a um discurso marcado pelo preconceito e discriminação em relação às mulheres, condição em que se institui o *estado de violência*.

No que se refere às personalidades femininas do mundo artístico televisivo, as “farpas” de José Simão se voltam àquelas que dizem inúmeras impropriedades lingüísticas no ar. Dentre as “eleitas” por Simão, Luciana Gimenez ocupa lugar de destaque. O fragmento da crônica analisado a seguir não apenas revela a débil competência lingüística da apresentadora. Revela, sobretudo, a perspicácia do cronista, na medida em que, por meio de um jogo sonoro, deforma o nome de Luciana, que passa a ser chamada, por ele, de *Lucianta e morenanta*:

I LOVE LUCIANTA! Mais uma da minha **morenanta** predileta, **Lucianta Gimenez**. A Preta Gil explicava que seu pai (o menestrel Gil) teve problemas em registrá-la porque o escrivão não aceitava o nome *Preta*. E aí o pai argumentou: ‘Se tem Branca, Rosa, Violeta por que não Preta?’. E a Lucianta: ‘E Priscila!’ Priscila é cor? Só se for rosa: Priscila, Rainha do deserto. O arco-íris da **Lucianta**: branca, violeta, rosa e Priscila! Daltonismo mental. (FSP, 22/03/07, grifos nossos)

Sob o aspecto estritamente lingüístico, observamos que tanto o nome da moça (Luciana), como o seu tipo físico (morena), são associados ao substantivo *anta*, à guisa de sufixo. O sentido atribuído à expressão popular *ser uma anta* ou *agir como uma anta* é muito conhecido entre os brasileiros: trata-se da pessoa que é desprovida de inteligência. Ao dizer *Mais uma da minha morenanta predileta*, Simão destaca a pouca intimidade que a apresentadora tem com a língua portuguesa, pois o *mais uma* revela que Luciana, constantemente, diz inúmeras impropriedades em seu programa na Rede TV.

A dificuldade lingüística de alguém que não domina a língua pode resultar em confusões homéricas e geralmente rende uma boa piada. Simão, como percebemos, não perde uma oportunidade em relembrar as “pérolas” ditas por seus alvos prediletos. Nota-se que o cronista emprega “I LOVE LUCIANTA”, em caixa alta, com o propósito de chamar a atenção do leitor para as asneiras ditas pela moça. Cabe dizer que tal expressão remete, intertextualmente, ao seriado americano *I love Lucy*²⁴. É interessante essa associação feita por Simão, pois tanto Luciana quanto Lucy apresentam-se de maneira caricata e parecem apresentar características semelhantes, dadas as sucessivas trapalhadas cometidas pelas duas, resultando em fracassos constantes.

²⁴ A série *I love Lucy* foi exibida nos EUA nos anos 50 e só chegou ao Brasil nos anos 80. O sucesso imediato da série se deve a uma idéia simples, mas que marcou uma época: pela primeira vez, o cotidiano das famílias da classe média americana era retratado na televisão. O foco era a rotina de Lucy, uma dona de casa que leva o marido à loucura com suas trapalhadas. A série foi exibida nos anos 50, ou seja, no período pós-guerra no qual, após a volta dos maridos, inúmeras mulheres voltaram ao seu tradicional papel de dona-de-casa. Mas, as mulheres iniciavam uma briga para entrar no mercado de trabalho e provar sua capacidade, Lucy pode ser vista como um ícone feminino, pois a cada episódio lutava para sair da sombra de seu marido. Mas, por outro ponto de vista, as maluquices realizadas por ela e seus sucessivos fracassos transpareciam que a mulher na verdade não possuía toda a capacidade que dizia possuir. Lucy representava adequadamente a mulher de sua época, apesar de ser mostrada de uma forma extremamente caricata. Foi por meio de séries como essa que a insatisfação feminina com sua situação começou a ser exibida para o grande público
Disponível em: <http://lucysite.vilabol.uol.com.br/sociedade.html>. Acesso em 04/06/08.

De acordo com o *macaco*, a *morenanta*, quando entrevistou Preta Gil em seu programa, se superou em termos de seu desconhecimento lingüístico. Para a apresentadora, *Priscila* não se trata de um nome próprio, mas de uma cor. Essa confusão cômica (*interferência*) se estabelece à medida que uma situação pode ser interpretada em dois sentidos diferentes ao mesmo tempo. E, sob a ótica de Simão, tal distorção de sentido, de tão absurda que é, leva-o a acreditar que a apresentadora é portadora de *daltonismo mental*, metáfora que sinaliza a incapacidade intelectual da morena de compreender as sutilezas de um assunto, de um raciocínio e também de distinguir entre uma coisa e outra, mesmo que se trate de algo muito corriqueiro e conhecido pelo senso comum. No caso específico deste fragmento, a apresentadora não soube distinguir entre uma cor e um nome próprio. Pode-se dizer que a referida observação feita por Luciana, de tão surpreendente, absurda e inusitada, sob a perspectiva de Simão, por isso mesmo, parece beirar entre o real e o fantástico. Daí a deflagração do riso carnavalesco, à luz de Bakhtin (1996).

Ainda, tendo como discussão central a deficiência lingüística de algumas das apresentadoras da televisão brasileira, José Simão, dessa vez, registra sua crítica ferina à Claudete Troiano, apresentadora do então programa feminino *Pra Valer*, da Rede Bandeirantes:

E adorei a **Claudete Troiano** na Band: ‘Como é mesmo o nome daquelas que ficam chorando em velório? Ah, CARPINTEIRAS’. Rarará! Vai virar **assessora intelectual** da **Lucianta Gimenez**. (FSP, 18/03/07, grifos nossos)

Neste exemplo, o humor se estabelece por meio do trocadilho empregado por Claudete Troiano, quando esta se referia às pessoas que choram em velório. A apresentadora afirmou que as pessoas que realizam essa atividade são as *carpinteiras*. Deve-se levar em consideração que o substantivo *carpinteiro*, de acordo com o dicionário *Houaiss da língua portuguesa*, refere-se ao artesão que trabalha com madeira. *Carpideira* é o termo adequado para designar uma mulher que pranteia os mortos durante os funerais. José Simão, em decorrência da impropriedade lingüística dita por Claudete Troiano, não a poupa de suas terríveis “farpas”. De maneira alguma. Ironicamente e de forma mordaz, o cronista deixa claro que a apresentadora vai virar

“assessora intelectual da Lucianta Gimenez”, aludindo à precária competência lingüística de ambas.

Historicamente, o *trabalho* da mulher sempre esteve presente nas diversas épocas e lugares, sendo relevante para o progresso da humanidade. No entanto, a integração da mulher no mercado de trabalho foi difícil e marcada pela subalternidade e pela discriminação. Considerando a análise dos excertos seguintes, veremos que José Simão ainda contribui – e muito – para a disseminação e perpetuação de concepções fortemente machistas contra as mulheres no contexto profissional.

Apesar de nos dias atuais serem legalmente assegurados às mulheres os mesmos direitos concedidos aos homens - seja no campo da remuneração, na promoção do trabalho, seja na política e na cultura - a mulher durante muitos anos teve uma educação diferenciada da masculina. Sabe-se que a mulher era treinada para servir seu companheiro e procriar, enquanto o homem era treinado para assumir a posição de trabalhador e soberano da família.

A libertação da mulher desse sistema que se arrastou através dos séculos possibilitou que, gradativamente, ela fosse conquistando seu espaço e, principalmente, o mercado de trabalho. No entanto, a discriminação ao trabalho da mulher não foi eliminada de forma total e ainda se fazem sentir situações em que a mulher é humilhada, inferiorizada, reduzida ao *status* de coisa pelo fato de ser julgada quase que exclusivamente pela aparência física. O fragmento da crônica de José Simão, logo abaixo, ilustra bem essas concepções:

Título: *Ueba! Gretchen bota bunda no pleito!*

Ueba! Conga Conga Conga! Todo mundo rebolando! Liga o som. Toca a Melô do Piripipi! A Gretchen entrou pra política! Filme pornô ela já fez! Já tá preparada pra sacanagem! A Gretchen botou a **bunda no pleito**. Quer ser prefeita da ilha de Itamaracá! Vai bombar! Vai ser um paraíso: todo mundo de **bunda pra cima!** (...) E os slogans? “Não votem em qualquer um, freak lê bumbum.” “Bunda por bunda, vote na mãe das bundas.” A bunda das cavernas, a **protobunda**. Ou, como está escrito no *site* oficial dela: “Pioneira no setor **retro-rebolativo**”. (...) E como disse um amigo meu: quero botar meu voto na **urna** dela. (...) E diz que a Gretchen vai entrar pros **anais** da política! Rarárá! Ô esculhambação! O Brasil tinha três saídas: Cumbica, Galeão e a esculhambação. Depois da zona aérea, fico só com uma: a

esculhambação! O Brasil tinha três saídas e agora com a Gretchen tem uma entrada: entrada pelos **fundos**. Rarará. (FSP, 02/05/07, grifos nossos)

Nesta crônica, o foco central da fala de Simão é a filiação da cantora e atriz Gretchen a um partido político, após ter abandonado definitivamente sua carreira artística.

A partir do título da crônica verifica-se a existência de referências, ainda que indiretas, às mulheres. José Simão inicia seu texto apresentando ao leitor o título das músicas pelas quais seu alvo tornou-se conhecido nacionalmente: *Conga Conga Conga* e *Melô do Piripipi*. Para aqueles leitores mais desavisados, Simão faz questão de esclarecer ou lembrar que Gretchen, além de ser *pioneira no setor retro-rebolativo*, até *filme pornô ela fez*.

Levando-se em consideração o fato de a cantora ter ingressado na política para concorrer à prefeitura de uma cidade pernambucana, normalmente, o que deveria estar em pauta de discussão seriam os assuntos relativos ao plano de governo traçado pela candidata, ou seja, as metas e objetivos que contribuíssem para a melhoria das condições sociais e econômicas da população que vise a governar. Entretanto, José Simão não segue por esta trilha. Embora a cantora pretendesse deixar para trás seu passado artístico, objetivando dedicar-se somente à política, levando em consideração os comentários do cronista, por todo o texto, constata-se que o *macaco* optou pelo caminho inverso: verifica-se que a ênfase que Simão dá à cantora recai somente sobre os “predicados” físicos dela, em detrimento de sua capacidade intelectual e moral.

Para quem “até filme pornô fez”, estar já *preparada pra sacanagem*, é coisa que não surpreende. A expressão *preparada pra sacanagem*, neste contexto, é dúbia: em primeiro lugar, porque alude ao fato de Gretchen já ter protagonizado filme pornográfico. Esse tipo de filme é caracterizado, pelas sociedades mais conservadoras, como promíscuo, libidinoso, imoral. Em segundo lugar, porque remete, imediatamente, ao estereótipo dos políticos: pessoas que não trabalham, praticam negócios ilícitos, ladrões, provocam conflitos, exploram o povo, fazendo muitas “sacanagens”, etc. Prosseguindo esta análise, na perspectiva de Simão, se Gretchen tornar-se prefeita da ilha de Itamaracá, tal fato vai “ser um paraíso”, pois todo mundo ficará “de bunda pra cima”. Nesse caso, Simão também nos concede, propositalmente, a autorização para que interpretemos dubiamente tais palavras: por um lado, o fato de Gretchen tornar-se

perfeita “ser um paraíso”, pois todo mundo ficará de “bunda pra cima” alude ao estereótipo de que, embora político não trabalhe como realmente deveria, recebe, em contrapartida, excelente remuneração. Daí a aceitação de que tal função é “um paraíso”. Por outro lado, as mesmas expressões também assumem uma conotação sexual: as formas protuberantes dos glúteos da moça correspondem bem ao gosto (machista) dos homens: mulher com belos dotes físicos e, portanto, perfeita para atender às necessidades sexuais deles.

Enquanto o “homem público” remete-nos ao dever social, a imagem da “mulher pública” é sempre associada à sua aparência e apresentação. Sob o ponto de vista de Simão, a forma como se daria a recepção da cantora no plenário, onde estariam reunidos todos os membros do partido, comprova a afirmação anterior: *Gretchen botou a bunda no pleito*. É importante observar que o efeito chamativo dessa inscrição também se faz presente logo no título da crônica, apelando para um vocabulário obsceno que ratifica e sustenta, ainda mais, a mensagem da violência que hostiliza a imagem da mulher no ambiente de trabalho.

De acordo com Preti (1984), a um sentimento de força, de poder e de violência, essencialmente masculino, corresponde uma afirmação de fraqueza e impotência feminina, com imagens desvalorizadoras referentes às partes pudendas, desde a visão mais degradante do corpo da mulher, até a representação humorístico-depreciativa do órgão genital e das partes anais. A respeito desta última, relacionam-se: *bunda, protobunda, urna, fundos, anais*. (cf. p.88). Sob esse ponto de vista, para Preti, a referência à obscenidade é mais direta, menos sutil e mais grosseira e, portanto, mais fácil de entender-se. (cf. *ibid.*, p.84).

O “alto” grau de feminilidade alcançado por uma mulher, seu adestramento no realce de sua dinâmica de atração, especialmente referente à submissão e dependência eróticas, contrastam freqüentemente com sua incapacidade para todo tipo de tarefa que seja distinta de sua “natureza”.

Comprova-se, mais uma vez, que a mulher é caracterizada como objeto. E, sendo elas, não apenas “coisificadas”, mas também tratadas como mercadorias, das quais se pode avaliar exclusivamente os aspectos que interessam no momento da escolha (ou da “compra”), elas não chegam sequer a ser mencionadas como um sujeito em sua integridade, em sua completude. Nos textos de José Simão, a mulher é caracterizada por meio de metonímias em que se ressaltam as partes erotizadas de seu corpo. No caso específico desta crônica, por meio da *bunda* (a parte) de Gretchen, ela é caracterizada

em seus mais distintos papéis: a política, a cantora, a atriz, a mãe de família, a esposa (o todo).

Deve-se convir que a luta das mulheres pela igualdade de direitos em relação aos homens, no mercado de trabalho, pode servir como exemplo de um grupo minoritário tentando introduzir elementos inovadores na sociedade. Diversos segmentos sociais ainda são contrários a essa inovação. Isto pode gerar uma relação de opressão onde, a partir do olhar da maioria, o “outro” (minoridade) se apresenta com uma conotação negativa, e a “maioria”, uma “positiva”. Pode-se dizer que, no cenário da política nacional, a predominância ainda é, em grande escala, masculina. Além do mais, nos dias de hoje, prevalece a concepção de que assuntos políticos dizem respeito exclusivamente aos homens.

De fato, no exemplo seguinte observa-se que tal ponto de vista é bastante notório na linguagem de Simão. Embora os tempos tenham mudado, a mulher ainda sente as consequências das escolhas que ela nunca pôde fazer, ou melhor, da condição que a impediu de ser ela um pouco diferente. Como não podem ser o que querem, as mulheres são consideradas desviantes, inadaptadas ou marginais. É nessa relação de opressão que os estereótipos surgem e se cristalizam. Sob esse aspecto, vejamos outro exemplo:

Título: *Turismo! Marta viaja na maionese!*

A Volta da Marta Viva! Todo mundo só quer falar da Marta! **Martamania** ou **martafobia**?! E sabe por que ela foi escolhida pra ministra do Turismo? Porque vive **viajando na maionese**. Rarárá! Maionese Airlines! E os vôos atrasam tanto que ela vai criar a taxa de espera de embarque. E o blog ‘Comentando’ revela qual será a primeira providência dela como ministra. Tirar um passaporte novo. (FSP, 22/03/07, grifos nossos)

Nascida rica e educada em colégios freqüentados pela elite paulistana, a sexóloga e ex-prefeita Marta Suplicy tornou-se conhecida na década de 80, quando ancorou um quadro sobre sexualidade no programa *TV Mulher*, da Rede Globo, momento em que, após a ditadura militar, era possível falar no assunto, até então banido da mídia. Quando era prefeita de São Paulo, ficou muito conhecida pela instituição de

taxas de manutenção de serviços como a coleta de lixo e a iluminação pública, razão pela qual alguns opositores lhe colocaram o apelido de *Martaxa*.

Na ocasião em que José Simão escreveu esta crônica, Marta havia sido indicada, pelo então presidente da República, Lula, a nova ministra do Turismo. Todavia, nessa época, o Brasil enfrentava um momento muito difícil no contexto da aviação, a saber, um verdadeiro “caos aéreo” de grande repercussão nacional e internacional.

Logo de início, percebe-se o efeito da paródia intertextual construída por Simão. Isso se torna evidente, pois *A Volta da Marta Viva!* (com as iniciais das palavras maiúsculas) trata-se de um trocadilho que remete ao filme *A Volta dos Mortos-Vivos*. Tal qual acontece no filme original, onde cadáveres voltam à vida para se alimentar das pessoas, instaurando pitadas de humor negro, na cena descrita por José Simão, Marta, após ter sido prefeita de São Paulo, regressa à cena política, dessa vez, na posição de ministra do Turismo. Tal fato, em síntese, implicava naquilo que Simão alardeou: “Todo mundo só quer falar na Marta!”, ou seja, a volta da ex-prefeita ao cenário político era assunto em pauta de todos os brasileiros, portanto, tratava-se, aos olhos de Simão, por um lado, de uma mania nacional e, por outro lado, como indaga o cronista, o regresso de Marta, agora ocupando a função de ministra do Turismo, poderia despertar, nos brasileiros, um sentimento de aversão e desaprovação em relação à consumação desse fato, tão logo ela tomasse posse do referido cargo.

O processo de desmerecimento das figuras públicas perpetrado por José Simão busca as mais variadas estratégias, entre elas, o jogo verbal, por meio do qual o cronista cria palavras cuja sonoridade não só reproduz ou se aproxima do nome pelo qual o político é conhecido, como também alude a um fato ou ação que o desmerece. A compreensão da cena descrita anteriormente se torna possível quando o leitor, já informado sobre a realidade dos fatos, é capaz de desvelar o sentido atribuído aos trocadilhos criados por Simão, a saber, *Martamania* e *Martafobia*.

É interessante observar a capacidade de síntese que esses trocadilhos encerram: com muito pouco e de forma inteligente, brincalhona e irônica, muito é dito. Nesse sentido, pode-se dizer que é próprio do trocadilho apresentar-se como forma eufemística pois, valendo-se do paleativo da “brincadeirainha”, a violência, traduzida em forma de preconceito e discriminação é velada, mas configura-se, mesmo assim, em *estado de violência*.

Pelo sentido que evoca, o verbo *viajar*, expresso em *viajando na maionese*, à primeira vista, pertence à mesma rede de significados dos termos *turismo*, *airlines*,

embarque, passaporte. Entretanto, o substantivo *maionese*, que acompanha o verbo *viajar*, não faz parte da mesma cadeia de significados do verbo que o acompanha. *Viajar na maionese* é uma expressão figurada popular e depreciativa, significando que alguém não diz coisa com coisa, ou seja, é incapaz, digno de não ser levado em conta pelas suas palavras e atitudes.

Dentro desse espírito jocoso, seguindo a frase exclamativa no intertítulo da crônica de Simão (*Marta viaja na maionese!*) e sua repetição no corpo do texto, observamos, à luz de Costa (2002), que tal repetição contribui para a conformação dos leitores em relação à violência, tornada inconsciente pela automatização da linguagem, tendo em vista que, acostumados às constantes repetições, para os leitores, o texto passa a não ter mais conteúdo, somente forma. O *rarárá*, descrito a seguir, é a materialização do riso do macaco Simão. Este, por sua vez, convida o leitor a rir com ele e, seduzido pelo riso, tal leitor deixa de espiar o que há por detrás desse *rarárá*. Dessa forma, em nome do riso, a violência é construída.

A cena da desordem que assolou a aviação civil brasileira, em que era comum os passageiros passarem horas e até dias nos saguões dos aeroportos, à espera do embarque, já é, por si só, degradante e digna de revolta. Como se não bastasse, José Simão traz à tona as impropriedades acometidas na gestão de Marta, enquanto prefeita da cidade, a saber, a instituição de taxas para alguns serviços, tais como a iluminação pública e o lixo, dentre outras. Pelo fato de a criação de taxas serem marcas da gestão de Marta, Simão não deixa escapar esse “detalhe” e assim, de forma irônica, lança mão de suas farpas, direcionando-as à nova ministra do Turismo: *E os vôos atrasam tanto que ela vai criar a taxa de espera de embarque*. Como se não bastasse a criação de novas taxas, a primeira providência tomada pela ministra, tão logo assumo o novo cargo, é *tirar um passaporte novo*. Ironicamente, a conotação que tal idéia evoca é a de que Marta é vista como fútil, destituída de competência profissional e inteligência. Tal julgamento a desumaniza e a reduz ao *status* de coisa, como se não tivesse nada a oferecer.

O fragmento, por nós contemplado a seguir, mais uma vez tem como alvo das terríveis críticas de José Simão a então candidata ao Ministério do Turismo, Marta Suplicy. Todavia, pode-se dizer que, dessa vez, o tratamento cômico dado pelo cronista à Marta exagera não tanto os seus predicados políticos, mas a própria questão da feminilidade, superpondo a figura feminina à política o que, sem dúvida, subsume uma visão preconceituosa quanto ao papel da mulher:

MARTA FOLIA! Ontem foi a posse da Marta. Hoje é sábado e ela já tá de folga. Hoje ela tira o passaporte novo. Rarárá! E ainda com o novo apelido: **Mala Suplicy**. Ué, não é turismo? Então Mala. Rarárá. E diz que o **maridão** franco-argentino (sendo que eu não conheço nenhum argentino franco) fez um poema especialmente pra posse da Mala Suplicy: “Eu queria **amá-la/ amá-la** muito/ Só que amá-la não posso/ Porque **a mala** esqueci no avião.” (FSP, 24/03/07, grifos nossos)

Verifica-se que Simão refere-se a Luis Favre, atual marido de Marta, usando o termo *maridão*. Trata-se de um aumentativo, próprio da linguagem familiar. Tal termo vem carregado de sentidos. Perpassam-no, por exemplo, as idéias de masculinidade, de força e superioridade, comparativamente aos termos empregados para se referir à ex-prefeita de São Paulo.

À primeira vista, verifica-se que a relação de sentidos estabelecida entre a palavra *mala* e as palavras *turismo*, *passaporte*, *avião*, presentes neste excerto, é a mesma, ou seja, todas elas pertencem ao mesmo *frame*²⁵. Sob esse aspecto, a palavra *mala* assumiria seu sentido literal, significando *bagagem*. Entretanto, após a leitura do excerto, nota-se que a palavra *mala* assume outro sentido. Marta é vista, sob a perspectiva do macaco Simão, como uma “mala”, dada a semelhança lingüística entre *Marta* e *mala*. Daí o nome *Mala Suplicy*. Constatamos que o sentido da palavra *mala* não corresponde, nesse caso específico, ao seu sentido literal (bagagem). De forma alguma. A palavra *mala* adquire, metaforicamente, nesse sentido, uma conotação pejorativa, aludindo ao fato de Marta ser, para José Simão, uma pessoa chata, desagradável, complicada de lidar e, portanto, “difícil de carregar”. A título ilustrativo, observa-se que o sentido que essa expressão evoca faz parte do repertório popular.

Pode-se dizer que José Simão, por meio do jogo de palavras, combina humor e maldade para caracterizar a figura de Marta Suplicy. Assim, um poema é escrito “especialmente pra posse” dela. A semelhança lingüística e fonética das expressões *mala* e *amá-la* ativa mundos textuais distintos. Ao sentimento de afetividade expresso pelo verbo *amar* em *Eu queria amá-la/amá-la* muito, contrapõe-se o fragmento *a mala esqueci no avião*. Aqui, Marta é vista como uma pessoa que ninguém suporta, nem

²⁵ De acordo com Brown e Yule, um *frame* é geralmente considerado um conjunto de elementos sobre uma situação estereotipada. (cf. apud. Fávero, 1998, p.68).

mesmo o próprio marido, tanto que a “esqueceu” no avião. É interessante observar que, no caso desse poema, que desqualifica hostilmente a imagem de Marta, o cronista atribui a autoria ao próprio marido da candidata, como se esse último e José Simão partilhassem de concepções semelhantes com relação aos “predicados” de Marta Suplicy.

O modo pelo qual José Simão explora os estereótipos em relação à *mulher negra*, conduzindo, por assim dizer, a um discurso marcado pelo preconceito e discriminação racial, é do que trataremos logo a seguir:

E a top model **Naomi Campbell** que, de tanto agredir os outros, acabou pegando uma bela pena alternativa: **faxineira!** E diz que arrasou no primeiro dia como faxineira. Naomi, tô precisando de diarista. Rarárá! Como diz um amigo meu: já imaginou **encoxar** a Naomi no fogão enquanto ela prepara o meu feijão? (FSP, 22/03/07, grifos nossos)

A top model negra, Naomi Campbell, tida como uma das principais modelos do mundo, foi condenada, em março de 2007, a prestar serviços comunitários - trabalhou durante cinco dias como faxineira em uma garagem de Nova York - por agredir sua empregada doméstica com um telefone celular.

A naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz sistematicamente estereótipos e estigmas em especial sobre mulheres negras, trazendo prejuízos para a afirmação de sua identidade racial e valorização social. A mulher negra tem sido, ao longo de nossa história, a maior vítima da profunda desigualdade racial vigente em nossa sociedade. Passando dos trabalhos forçados, pesados e insalubres do escravismo para os trabalhos braçais, a imagem da mulher negra, dentro deste contexto, continua sendo associada prioritariamente às funções que desempenhava na sociedade colonial e imediatamente no pós-abolição: empregada doméstica, faxineira, lavadeira e cozinheira. Pode-se dizer que a mulher negra continua sendo, nos dias de hoje, alvo de exploração psicológica, física e/ou social, tendo utilidade apenas para *servir* ao homem em todos os sentidos, inclusive aos caprichos e desejos eróticos masculinos. Nessa oposição de papéis, confirma-se a degradação das “raças atrasadas” (representadas pelas mulheres negras) pelo domínio da “raça adiantada” (homens). Presume-se assim que, no par -

dominadores e dominados -, os homens continuam a ocupar a posição de dominadores enquanto as mulheres, a posição de dominadas.

A presença de aspectos da ideologia social dominante “embutidos” no processo de significação das palavras configura, na linguagem, corredores semânticos ou isotópicos que vão balizar a percepção/cognição, criando modelos ou estereótipos sociais. No contexto da práxis social, por meio desses estereótipos ou *óculos sociais*, ‘vemos’ a realidade e fabricamos o referente, que se interpõe entre nós e a “realidade”, fingindo ser o “real”. (cf. Blikstein, 1985). Sob esse aspecto, o indivíduo estabelece e articula *traços* de diferenciação e de identificação, com os quais passa a discriminar, reconhecer e selecionar, por entre os estímulos do universo amorfo e contínuo do “real”, as cores, as formas, as funções, os espaços e os tempos necessários à sua sobrevivência. Tais traços ideológicos adquirem na práxis um valor positivo ou meliorativo em oposição a um valor negativo ou pejorativo.

Assim, em nossa sociedade, *pretidão, negritude* são traços de valor pejorativo, ao passo que *branquitude* adquire conotação meliorativa.

Para justificarmos essas afirmações e compreendermos o papel desempenhado pelas mulheres negras no decorrer da história, até os dias de hoje, julgamos pertinente recorrermos à obra de Gilberto Freyre *Casa Grande & Senzala*, escrita em meados de 1930. Nesta obra, são tratados, entre outros temas, a situação da mulher no sistema escravocrata brasileiro e suas funções dentro dessa organização, expressando as narrativas dos senhores de escravos que combinam opressão colonial racista com submissão patriarcal.²⁶

²⁶ A mulher negra escrava servia a casa grande como mucama, babá, cozinheira, arrumadeira, amante e objeto sexual do senhor de engenho, aliciadora dos jovens filhos dos senhores na vida sexual; trabalhavam no campo e ainda serviam sexualmente aos de sua raça sem muitas vezes terem um parceiro fixo, pela desigual quantidade de escravas em relação aos escravos. As escravas, para trabalharem na casa grande, deveriam antes passar por um teste: elas tinham que ser asseadas, passivas, e ter o apreço da família patriarcal. Como mucamas, elas eram as primeiras conselheiras amorosas das sinhas; eram elas que lhes contavam as lindas histórias de coragem e de lutas pelas quais muitas moças e rapazes dos engenhos passaram em prol da liberdade de amar. Elas também preparavam e serviam os alimentos das famílias da casa grande e depois arrumavam as coisas, lavavam e organizavam os objetos da casa. E quando eram babás, precisavam amassar os alimentos e retirar os empecilhos para não prejudicarem a saúde das crianças. Mas, talvez, o maior ato de crueldade da escravidão, seja a exploração sexual das escravas por parte dos senhores. Assim que algumas escravas alcançavam a idade de 12, 13 ou 14 anos, eram literalmente estupradas pelos senhores de engenho ou pelos seus filhos, que eram assim introduzidos na arte do amor físico. Algumas escravas se tornavam amantes dos senhores e, portanto, eram protegidas por eles, mas odiadas pelas senhoras que muitas vezes maltratavam-nas, causando-lhes ferimentos hediondos que as levavam à morte ou à invalidez. Muitas escravas tinham que servir sexualmente ao seu senhor e aos escravos na senzala, pois geralmente mulheres e homens vivam juntos no mesmo espaço físico. Boa parte das escravas tinham complicações nos partos pela precariedade de local e instrumentos, e muitas acabavam morrendo. Não era raro as escravas serem mães dos seus próprios senhores, isto quando os seus filhos não eram vendidos logo cedo.

Entretanto, é importante considerar que o problema social da subordinação, opressão, discriminação e exploração da mulher não está na mulher, assim como o problema étnico não está no negro. Definitivamente, não está. Está nas pretensas formas de organização e de convívio, isto é, de exploração e dominação criadas, mantidas e atualizadas pela sociedade que, através do tempo, legitimam a "superioridade" e a conseqüente dominação dos homens sobre as mulheres, dos brancos sobre os negros e da classe dominante sobre a classe operária.

Nas sociedades machistas, por exemplo, quase tudo que se relaciona com limpeza é tarefa das mulheres. Para provar essa afirmação, Castañeda (2006) lembra-nos que a publicidade é um exemplo que tem um impacto social decisivo ao perpetuar o estereótipo de que o lugar da mulher está restrito à "área de serviço". Assim, nas propagandas de produtos de limpeza, são as mulheres que fazem a faxina com energia e entusiasmo. O homem, por outro lado, só aparece quando "presenteia" a mulher com algum produto de alta tecnologia, para "ajudá-la" em seus afazeres.

Pela prática de agressão, a modelo, segundo José Simão, teve como punição exercer a atividade da faxina. É interessante que, ironicamente, o colunista classifica tal atividade como sendo "bela" para as mulheres. Interessante observar ainda, também ironicamente, que Naomi teve justamente, como "castigo", exercer a mesma função que é desempenhada, habitualmente, pela sua própria empregada, como se "o feitiço virasse contra o feiticeiro". Nesse caso, considerando a dicotomia *dominador* e *dominado*, mudam-se os papéis, mudam-se os referentes. Assim, a princípio, antes de a modelo ter sido condenada a realizar serviços de faxina por ter agredido sua empregada, levando em conta os *papéis* que cada uma delas desempenhava, Naomi ocupava a posição de *dominadora* enquanto a empregada ocupava a posição de *dominada*. Aqui, é evidente o fato de a cidadania ser mantida como "privilégio de classe", como ressalta Chauí (cf. 1994, p.53). Isso ocorre, pois as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são transformadas em desigualdades e, estas, em relações de "hierarquia, mando e obediência." (ibid.).

No momento em que a modelo iniciou os serviços comunitários, como faxineira, imediatamente, invertem-se as posições de *papéis* entre *dominados* e *dominadores*. Naomi passa da condição de *dominadora* à de *dominada*. Dessa vez, essa relação não se constitui entre uma mulher e outra mulher, como a princípio (patroa e empregada).

Agora, a relação se estabelece entre o homem (representante do “sexo forte”) e a mulher (representante do “sexo frágil”). Com isso, pode-se dizer que o poder masculino impõe-se em detrimento dos direitos das mulheres e estas passam a ser obrigadas a submeterem-se às necessidades e aos desejos dos homens, tornando-se assim deles dependentes.

Com base nesses argumentos, Chauí (1994) defende que a sociedade brasileira é autoritária. Além do mais, as relações acabam tornando-se uma forma de dependência, tutela, concessão, autoridade e favor, “fazendo da violência simbólica a regra da vida social e cultural. Violência tanto maior porque invisível, sob o paternalismo e clientelismo, considerados naturais e por vezes, exaltados como qualidades positivas do caráter nacional.” (ibid., p.54).

Assim como Gilberto Freyre relata, em *Casa Grande & Senzala*, que cabia à mulher, na época colonial brasileira, exclusivamente o *papel* de servir ao homem branco, comprova-se, pelo exposto nesta análise, que o assédio moral que avilta a imagem da mulher negra ainda se repete exaustivamente. Simão deixa escapar, nas entrelinhas, que a faxina é um serviço feminino e talvez, por essa razão, Naomi, embora não tivesse “intimidade com a vassoura”, logo “arrasou no primeiro dia”, como se essa atividade lhe fosse inata, natural. Somando-se a isso, vale lembrar que Naomi Campbell é uma modelo negra e aí também fica implícito o preconceito em relação à associação de tarefas tidas como “inferiores”, “degradantes” às pessoas de raça negra.

Por fim, Naomi, pelo fato de ser considerada uma *top-model*, uma mulher atraente, com belos dotes físicos e desejada pelos homens, é justamente a mulher perfeita para atender às necessidades sexuais destes. Fica clara aqui a idéia de que a mulher nasceu para suprir as necessidades do homem, servindo-lhe de mero objeto, cuja função é saciar os desejos masculinos, nos mais variados aspectos: além de limpar a casa, preparar o feijão, ainda é tida como “fêmea”, esteticamente perfeita e, por isso, ideal para a copulação. Simão se vale do verbo *encoxar*, que no vocabulário gírio tem um forte apelo sexual e conduz à idéia de “masculinidade”, “virilidade”, “esperteza” do conquistador em conseguir uma mulher exuberante.

Não há como negar o estigma da *sogra* em nossa sociedade, manifestado principalmente por anedotas, algumas das quais altamente depreciativas, e por expressões de desdém e intolerância. Como veremos a seguir, José Simão também colabora – e muito – para a disseminação e perpetuação desses conceitos, há muito tempo arraigados no meio social.

E fechar os **bingos** fere o Estatuto do Idoso! Pô, sacanagem com as véinhas! É como disse um amigo meu: ‘Agora, onde vou **enfiar a minha sogra**, com todo respeito?’. A Polícia Federal não pensou nos genros. (FSP, 29/04/07, grifos nossos)

Faz parte do processo evolutivo vital que as pessoas se conheçam, namorem, casem, enfim, estabeleçam relacionamentos amorosos. No entanto, entre duas pessoas que se relacionam, existe um sistema de valores e uma cultura própria que cada indivíduo traz consigo de sua família. Tal idéia pode ser ilustrada com a idéia estereotipada que diz que quando um homem se casa, porventura também se casa com a família da mulher. Sendo assim, o irmão da mulher passa a ser cunhado, o pai passa a ser sogro e a mãe, sogra. Nessa multiplicidade de papéis e funções, a sogra é um personagem que carrega um estereótipo de múltiplas conotações, que, geralmente, suscita piadas, brincadeiras, gozações e comentários jocosos.

Pode-se dizer que sogra e genro, oriundos de famílias diferentes, possuem hábitos, valores e crenças, muitas vezes, incompatíveis e que, com o tempo, passam a estabelecer algum tipo de relação que pode ser prazerosa, gratificante ou hostil e competitiva.

Leitão relata que o sogro é visto como um segundo pai, um amigo; já a sogra é vista como "a velha chata, linguaruda, mandona, que sempre mete o nariz onde não é chamada." (cf. 1988, p.37). Popularmente, o preconceito negativo recai sobre a sogra que, por sua vez, carrega sobre sua imagem o estereótipo da “megera”, da pessoa inoportuna, que deve ser suportada por qualquer pessoa em algum momento de sua vida. Nesse sentido, constata-se que a figura da sogra reflete a condição marginal da mulher na sociedade, condição esta na qual se submete por força das circunstâncias ou da ordem social estabelecida, não porque deseje.

A expressão *enfiar a minha sogra* também é muito pejorativa, ao passo que revela o estereótipo de que esta não serve mais para nada e que só atrapalha. Além do mais, nesse discurso, também se faz sentir a linguagem desrespeitosa, maliciosa de baixo calão, cuja explicitação constitui tabu.

Como se comprova pelos excertos analisados, a imagem feminina é exposta, por José Simão, a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes nos mais variados

contextos do cotidiano. Assim sendo, as relações que permeiam a organização sociocultural da sociedade traduzem-se, freqüentemente, em relações de poder e desigualdade. Sob esse aspecto, constata-se que ainda são os homens que ocupam a tradicional posição de superioridade no meio social, como *dominadores*, enquanto as mulheres, rotuladas como seres inferiores, ocupam a posição de *dominadas*.

Por tudo o que foi exposto em nossa análise, é relevante, ainda, fazermos uma última ressalva. Ainda que no Manual da *Folha de S. Paulo* (verbete *mulheres*) esteja previsto um tratamento igualitário para homens e mulheres no que diz respeito às notícias a serem veiculadas pelo jornal, conforme registramos no *primeiro* capítulo, especificamente no item 1.2.1, comprova-se que as crônicas de José Simão fogem, definitivamente, a essa regra.

É bem verdade que a crônica²⁷, gênero híbrido por excelência, apresenta uma linguagem despojada, simplória, permeada por gírias e marcas de oralidade, com jeito de conversa fiada, na qual o humor geralmente está presente. É como se o cronista, ao captar o lado engraçado das coisas, fizesse do riso um jeito ameno de examinar determinadas condições da sociedade, como se a crônica pusesse de lado, de acordo com Cândido (1989), qualquer seriedade nos problemas. Nessas condições, por meio do disfarce de uma conversa sem rumo, José Simão, como já dissemos, trata com humor, leveza e informalidade, o que de certa forma, é motivo de indignação. Levando em conta que os textos de Simão são categorizados de acordo com esse gênero textual, a ele (Simão) é permitido debochar e criticar grotescamente tudo e todos. Isso ocorre pois, a crônica, por ser assinada, é de responsabilidade de seu autor. Além do mais, ao propiciar a subjetividade e a liberdade de expressão, a crônica é tida como espaço privilegiado para que o escritor dissemine sua visão de mundo, ao narrar ou comentar fatos do cotidiano.

Considerando todas essas ponderações, poderíamos até dizer que José Simão, sob esse aspecto, seria o “anti-manual”, o “anti-modelo” da *Folha de S. Paulo* pois, o tratamento hostil e depreciativo dispensado pelo autor às mulheres, nos seus textos, não se enquadra, em hipótese alguma, às normas prescritas no projeto editorial do referido periódico. Diante disso, coube-nos, ainda, uma indagação: será que Simão é o único que dissemina concepções altamente preconceituosas e degradantes acerca da mulher na *Folha*? Qual é o posicionamento do jornal, como um todo, em se tratando,

²⁷ Os estudos acerca do gênero textual *crônica* foram abordados, detalhadamente, no *segundo* capítulo.

especificamente, dessa questão? Enfim, o periódico, como diz o *Manual da Folha*, trata a mulher da mesma forma que o homem, não mencionando as características físicas dela, a menos que citá-las seja relevante para a notícia? Para solucionar tal dúvida, recorreremos aos estudos postulados por Pereira (1999). Em sua pesquisa intitulada *A representação da mulher no discurso jornalístico*, a autora tratou de demonstrar, por intermédio de um estudo lingüístico, como a representação da figura feminina no discurso de imprensa escrita é construída pelo jornal *Folha de S. Paulo* no contexto da cobertura da IV Conferência Mundial da Mulher e do Fórum Feminino Internacional das Organizações –Não Governamentais, realizados na China em 1995.

Tendo em vista os muitos exemplos de representação da mulher relatados pela *Folha de S. Paulo*, no contexto específico da conferência e do fórum, Pereira (1999) comprova a condição marginalizada da figura feminina, postulada pelo jornal:

Se a mulher se enquadra dentro de um universo tipicamente conhecido como feminino, o jornal a ridiculariza por suas obrigações domésticas, por seu comportamento verbal, por sua postura e, até mesmo, por seus hábitos relacionados à beleza estética (tão valorizados nas sociedades machistas). Dentro de um contexto de engajamento social, como militante feminista, a mulher é representada de forma estigmatizada sob os rótulos de mal-amada, lésbica, masculinizada e outros. Quando a mulher manifesta preocupação e interesse por assuntos como o da sexualidade feminina, mesmo num contexto de debate em uma conferência, ela é qualificada como promíscua e sexualmente voraz. E, ainda, se a mulher se enquadra dentro de um perfil mais atual, como profissional, independente e intelectual, até mesmo superando a competência masculina, o jornal torna a enquadrá-la na condição de inferioridade. (p. 168-9).

Isso posto, parafraseando Castañeda, torna-se evidente que a submissão das mulheres esteve sempre vinculada à condição original de sua existência, ou seja, pelo simples fato de serem, elas, mulheres. Por conseguinte, como acabamos de observar, pode-se dizer que José Simão não é o único a reforçar a idéia da inferioridade do sexo feminino em relação ao masculino. De forma alguma. A ação dos veículos de comunicação corrobora o pensamento dos grupos que possuem os meios de reprodução simbólica, agindo como instância de controle ideológico permanente e de introjeção de normas, crenças e valores dominantes. Nesse sentido, os meios de comunicação – e a *Folha de S. Paulo*, consecutivamente, agem como construtores privilegiados de

representações da violência pois, o modo como falam da violência seria parte da própria realidade da violência, tendo em vista que quando estes se apropriam, divulgam, espetacularizam, sensacionalizam ou banalizam os atos de violência estão atribuindo-lhes um sentido que, por sua vez, ao circularem socialmente, induzem práticas referidas à violência. (cf. Rondelli, 2000, p.150).

Encerrada a pesquisa, feitas as análises, temos a impressão de que conseguimos comprovar as hipóteses que aventáramos desde o início. Resta-nos, então, partir para a conclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos comprovar, pela análise que fizemos, que a imagem da mulher é violentamente hostilizada e denegrada nas crônicas de José Simão, tornando-se motivo de discriminação e zombaria, seja pela sua forma física (feia, gorda, velha), seja por aspectos culturais e sociais (rotulada como sendo destituída de inteligência, ignorada e humilhada no mercado de trabalho, servindo somente para desempenhar os serviços domésticos), seja por sua qualidade moral (é tida como leviana, vista como mero objeto sexual, servindo apenas para atender às necessidades e aos desejos eróticos masculinos). Tal constatação se confirma à medida que nossa sociedade nos condicionou, por um lado, a considerar estereótipos como agressividade, autoridade, decisão, vigor, defesa, independência e raciocínio analítico como sendo características masculinas. Por outro lado, estereótipos como passividade, dependência, inferioridade, submissão, sensibilidade, emoção, superficialidade, indecisão, afetividade, intuição, ilogicidade e malícia são tipicamente femininos.

A mulher, sob esse aspecto, não escolhe o seu destino. Já nasce com uma trajetória de vida traçada, um programa de vida definido. Ela nasceu para ser esposa e mãe. Praticamente, desde o berço, deverá observar uma série de comportamentos ligados à ética, à estética, às prendas domésticas, à cozinha, etc., para um dia merecer a preferência do homem que lhe outorgará o *status* de cidadã plena, pois suas aspirações individuais contam muito pouco.

Com isso, evidencia-se que as formas de violência contra as mulheres, existentes nos textos de José Simão, estão arraigadas há muito tempo no seio de nossa sociedade, machista e patriarcal, fazendo-se visíveis, mas também invisíveis, porque escondidas sob formas de preconceitos, injustiças, costumes ou tradições. Nesse sentido, sempre que a situação de *privação* for experimentada, sentindo-se o indivíduo despojado, por razões que não lhe são claras, de seus direitos como cidadão, a violência estará sendo consumada, condição essa em que se instituem os *estados de violência*. Justifica-se, portanto, o título de nossa pesquisa pois, a violência que se faz presente nas crônicas de José Simão, não é consumada pelo uso da força. Lógico que não. Antes de mais nada, se materializa enquanto linguagem, como ato de comunicação. Parafraseando Dias, trata-se da violência construída lingüisticamente pelos meios de comunicação que, ao invés de representar, (re)criam a realidade. (cf. 2003, p. 48).

Sob esse aspecto, a mídia, assim como é capaz de formar, informar e transformar, também é igualmente capaz de deformar os estilos de identidade, subjetividade e sociabilidade. Isso ocorre porque os meios de comunicação, à medida que disseminam as ideologias da classe dominante, servindo, portanto, de instrumento de manutenção do *status quo*, fazem, por assim dizer “o uso do conhecimento como forma de poder, de distinção, de dominação e opressão.” (cf. Marcondes Filho, 1989, p.24).

O homem, como atesta Heller (2004), em todos os estágios do desenvolvimento social, nasce num mundo já “feito”, repleto de fórmulas prontas, idéias mecanizadas sobre pessoas, atividades, profissões, posições políticas, etc. Assim, o sujeito se expressa na ilusão de controlar a origem de seu discurso, sem que se dê conta que o determinante dos sentidos desse discurso é a história, que se manifesta por meio de diferentes *formações discursivas* nas quais se inscreve e não pode se despojar.

Sob esse aspecto, comprova-se que José Simão não é o responsável direto pela criação de posições fortemente machistas contra as mulheres. O cronista colabora para a disseminação e a perpetuação da violência que avilta diariamente as mulheres, pois, ao reproduzir velhos estereótipos generalizantes e preconceituosos que dizem respeito ao universo feminino, Simão contribui para acentuar a dualidade entre os sexos, materializando em seus textos, por um lado, a tradicional posição de superioridade ocupada pelos homens na sociedade, como *dominadores* (“sexo forte”) e, por outro lado, a posição de inferioridade das mulheres, como *dominadas* (“sexo frágil”).

Verificamos que, de acordo com as crônicas de José Simão, não existem mulheres humanas, dotadas de defeitos e qualidades. Dessa forma, a ambigüidade que caracteriza os seres humanos parece não servir para caracterizar as mulheres. Pois, para Simão, existem apenas dois tipos de mulheres, tipos esses, vale dizer, completamente opostos e, portanto, excludentes entre si. De um lado, têm-se as mulheres feias que, por isso mesmo, não têm “utilidade” alguma. De outro, estão as mulheres lindas, geralmente burras e que, por isso, prestam-se apenas a atender aos desejos e prazeres sexuais masculinos. São tidas como mero “objeto” de consumo.

Constata-se, sob esse aspecto, que uma das formas de desvalorização dada à mulher por nossa cultura encontra-se na ênfase dada à aparência física em detrimento da sua capacidade intelectual. Basta ser bonita para ter um lugar assegurado dentro da sociedade, que a estereotipa como sendo aquele ente que não precisa ser independente, culto e inteligente. Porém, não pára aí. A mulher, além de ser vista como um objeto

bonito, agradável aos olhos, é definida, também, em função da sua sexualidade. O homem não a enxerga como um ser humano, e sim como um objeto sexual, com características físicas que lhe devem agradar.

Evidencia-se claramente que, para ser mulher, é necessário ser membro de uma classe sexual em oposição à classe do ser humano. Algumas assimetrias de sentido nos mostram esse conceito. Essa desigualdade básica (homem = ser humano, mulher = objeto sexual) é comum nas crônicas de José Simão à medida que se comprova que a mudança de significado que ocorre com uma série de palavras, quando usadas em relação às mulheres, têm sentido sexual e, quando aplicadas aos homens, não apresentam conotação pejorativa: para citar apenas um exemplo, o ato de “abrir as pernas” refere-se exclusivamente à utilidade sexual da mulher. Tal expressão não adquire sentido depreciativo quando se refere ao homem. Em termos lingüísticos, a violência contra as mulheres se fez sentir pela exploração polissêmica ocorrida nas crônicas, não só pela utilização das metáforas e das ironias, mas também pelo uso de termos pejorativos, de trocadilhos, da alteração maliciosa de nomes próprios e de neologismos, entre outros recursos que, consideramos, muito aproximam a coluna de José Simão dos textos de jornais populares.

As crônicas de Simão podem ser classificadas ainda paródias extratextuais, visto que as notícias podem servir de pretexto para que os comentários jocosos sobre as mulheres se sucedam e para que o riso seja deflagrado. Aliar à percepção de que um tom alegre e satírico marca, via de regra, os comentários-piadas nos quais o humor decorre dos constantes rebaixamentos a que são submetidas as notícias e os seus atores (mulheres), levou-nos à impressão de que tais crônicas trazem ecos do cômico grotesco: à luz de Bakhtin (1996), elas dessacralizam o sério, carnalizam a notícia e trazem uma lógica das coisas ao avesso, ao contrário, como um mundo ao revés.

O riso, como já dizia Bergson (2004), não pode ser um ato solitário. A emoção é a sua maior inimiga e a indiferença é o seu meio natural. Nesse sentido, observa-se que por meio da mecanização, da insensibilidade e distanciamento do expectador manifestam-se pensamentos, atitudes, gestos, vícios, inversões de papéis, repetições de frases feitas e estereotipadas que acentuam preconceitos e injustiças, configurando-se em *estados de violência*. Por tudo exposto até aqui, comprova-se, portanto, que em nome do riso são reforçadas as discriminações e preconceitos que socialmente oprimem as mulheres. Em nome do riso, a insensibilidade diante da dor e da violência é instaurada. Considerando a ligação estabelecida entre a comicidade e a violência em

relação à cultura de massa, comprova-se que os quadros humorísticos, de maneira aparentemente ingênua, embora reforcem a discriminação racial e o preconceito sexual, não são categorizados como agressivos pelo fato de postularem o divertimento. Conseqüentemente, a estrutura repetitiva desses quadros estabelece com a audiência uma conformação à violência, tornada inconsciente e aguardada (cf. Costa, 2002, p.180), pois, ao estarem ocupadas com o próprio riso, as pessoas acabam por ignorar a violência atroz e impiedosa, por vezes escondida por detrás desse riso. Com respeito aos textos de José Simão, constata-se que, muitas vezes, os preconceitos e, com eles, a violência, expressos pelas constantes repetições, não são sequer identificados nas crônicas, banalizados que estão por força de tais repetições e pela comicidade que norteia os seus textos. Parafraçando Costa, o importante é expressar o fato pelos dados quantitativos, de forma a manter a atenção do público-receptor, não importando se os procedimentos técnicos e narrativos comprometem a ética e o humanismo. “Os índices de audiência, a circulação e o consumo dos bens simbólicos portanto, justificam os meios.” (cf. Costa, 2002, p.154).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu (2003). *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Perseu Abramo.

ALBERTI, Verena. (1999). *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

AMÂNCIO, Ligia. (1994). *Masculino e feminino*. A construção social da diferença. Porto: Afrontamento.

ARAÚJO, Marcos Antonio. (2007). O macaco está certo. *Língua Portuguesa*, São Paulo: Segmento, n. 24, p. 12-17.

ARNT, Héris. (1990). Jornalismo literário. *Logos: Comunicação & Universidade*, Rio de Janeiro: UERJ- Faculdade de Comunicação Social, v.1, set. 1990.

ARRIGUCCI, Davi Jr. (1987). *Enigma e Comentário - Ensaio sobre Literatura e Experiência*. São Paulo: Companhia das Letras.

ASSIS, Machado de. (1994). *Crônicas escolhidas*. São Paulo: Ática.

BACCEGA, Maria Aparecida. (2007). *Palavra e discurso*. História e literatura. São Paulo: Ática (Série Princípios).

BAKHTIN, Mikhail. (1981). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paula Bezerra. Rio de Janeiro: Forense-Universidade.

_____. (1996). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC.

_____. (1997). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC.

BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. (1993). *Crônica*. História, teoria e prática. São Paulo: Scipione (Col. Margens do Texto).

BERGSON, Henri. (2004). *O riso: ensaios sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes.

BLIKSTEIN, Izidoro. (1985). *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix.

BOSI, Alfredo. (1976). *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix.

BOURDIEU, Pierre. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRANDÃO, Helena. H. Nagamine. (2004). *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Unicamp.

CÂNDIDO, Antônio. (1989). A vida ao rés-do-chão. Prefácio *Para gostar de ler*. São Paulo: Ática, v. 5, p. 4-13 (Crônicas).

CASTAÑEDA, Marina. (2006). *O machismo invisível*. Trad. Lara Cristina de Malimpensa. São Paulo: A Girafa.

CHAPARRO, Manuel Carlos. (1994). *Pragmática do Jornalismo*. Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus.

CHAUÍ, Marilena. (1994). *Conformismo e resistência*. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2006). *Simulacro e poder*. Uma análise da mídia. São Paulo: Perseu Abramo.

COSTA, Belarmino César Guimarães. (2002). *Estética da violência*. Jornalismo e produção de sentidos. Campinas: Unimep.

COUTINHO, Afrânio. (1971). *A literatura no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sul Americana, v. 6.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. (2003). *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. 2. ed. São Paulo: Cortez.

ECO, Umberto. (2002). *Lector in fabula*. A cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva.

FÁVERO, Leonor Lopes. (1998). *Coesão e Coerência Textuais*. 5ª ed. São Paulo: Ática (Série Princípios).

FIORIN, José Luiz. (2002). *Linguagem e ideologia*. 7. ed. São Paulo: Ática (Col. Primeiros Passos).

FOUCAULT, M. (2004). Verdade e poder. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Grahal.

FREUD, Sigmund (1905). Os chistes e sua relação com o inconsciente. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 8.

GOFFMAN, Erving. (2007). *A representação do eu na vida cotidiana*. 14. ed. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes.

HELLER, Agnes. (2004). *O cotidiano e a história*. 7. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. (Orgs.). (1978). *Temas básicos da sociologia*. 2. ed. São Paulo: Cultrix.

JAMESON, Fredric. (1985). Pós-modernidade e sociedade de consumo. *Novos Estudos Cebrap*. Trad. Vinícius Dantas. São Paulo, n. 12, p. 16-26.

KELLNER, Douglas. (2001). *A cultura da mídia*. São Paulo: EDUSC.

LEITÃO, Eliane Vasconcellos. (1988). *A mulher na língua do povo*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia. v. 4.

LIPPMANN, Walter. (1972). Estereótipos. In: STEINBERG, Charles (Org.). *Meios de comunicação de massa*. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix.

MACHADO DE ASSIS. (1994). *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Ática.

MAFESSOLI, M. (1987). *Dinâmica da violência*. Trad. Cristina M. V. Franca. São Paulo: Revista dos Tribunais.

MAINGUENEAU, Dominique (1998). *Termos chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG editora.

_____. (1997). *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. São Paulo: Pontes.

MAISONNEUVE, Jean. (1977). Opiniões e estereótipos. *Introdução à psicossociologia*. São Paulo: Edusp, p. 110-125.

MARCONDES FILHO, Ciro. (1989). *O capital da notícia*. 2. ed. São Paulo: Ática.

_____. (2002). *A saga dos cães perdidos*. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores.

- MARTINS, Aracéli. (1994). *Entendendo o humor*. São Paulo: Paulus
- MELO, José Marques de. (2002). A crônica. *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras Editora (Col. Ensaaios transversais).
- _____. (2003). *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira.
- MEYER, Marlyse. (1983). *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MICHAUD, Yves. (2001). *A violência*. Trad. L. Garcia. São Paulo: Ática.
- MINOIS, Georges. (2003). *História do riso e do escárnio*. Trad. Maria Elena O. Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora Unesp.
- MOISÉS, Massaud. (1983). *A criação literária*. 2. ed. São Paulo: Cultrix
- MORAIS, Regis. (1981). *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense (Col. Primeiros Passos).
- MUNIZ SODRÉ. (2006). *Sociedade, Mídia e Violência*. Porto Alegre: Sulina EDIPUC/RS.
- ODÁLIA, Nilo. (2003). *O que é violência*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense (Col. Primeiros Passos).
- ORLANDI, Eni P. (1994). Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar.
- _____. (2000). *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes.
- PEREIRA, Andréa da Silva. (1999). *A representação da mulher no discurso jornalístico*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica (PUC).
- PEREIRA, Marcos Emanuel. (2002). *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: E.P.U.

- PEREIRA, Wellington. (2004). *Crônica: a arte do útil e do fútil: ensaio sobre crônica no jornalismo impresso*. Salvador: Calandra.
- PINTO, Ziraldo Alves. (1970). Ninguém entende de humor. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, Ano 64, n. 3, abr.
- PRETI, Dino. (2006). Papéis sociais e formas de tratamento em *A Ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queiroz. In: PRETI, Dino. *Estudos de Língua Oral e Escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, p.180-199 (Série Dispersos).
- _____. (1984). *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- PROPP, Vladimir. (1992). *Comichidade e riso*. São Paulo: Ática.
- ROBINSON, W. P. (1977). *Linguagem e comportamento social*. Trad. Jair Martins. São Paulo: Cultrix.
- ROMERO, Sílvio. (1980). *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier.
- RONDELLI, Elizabeth. (2000). Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, C. A. (Org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ROSSI, Clovis (2006). *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense (Col. Primeiros Passos).
- SÁ, Jorge de. *A crônica*. (2005). 6. ed. São Paulo: Ática (Série Princípios).
- SALLUM, Érika. (2003). Como quem fica parado é poste. *Veja São Paulo*, dez. 2003. Disponível em <http://veja.abril.com.br/vejasp/171203/perfil.html>. Acesso em: 03/02/08.
- SCHMITZ, John Robert. (2007). A linguagem Simiesca. *Língua Portuguesa*, São Paulo: Segmento, n. 24, p. 18-21.
- SCOTT, Joan W. (1990). Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul.dez, p. 5-22.
- SIMÃO, José. (2007). *José Simão no país da piada pronta*. São Paulo: Editora do Bispo.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. (2007). *O que são direitos humanos das mulheres*. São Paulo: Brasiliense (Col. Primeiros Passos).

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica. (2003). *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense (Col. Primeiros Passos).

TRAVAGLIA, L. Carlos. (1989-90). O que é engraçado? Categorias do risível e o humor brasileiro na televisão. *Revista do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas*, Maceió: CHLA. Universidade Federal de Alagoas, v. 5 e 6, p. 42-79, jan./dez.

VANNUCHI, Camilo. (2007). Descabelando o Macaco Simão. *Brasileiros*, São Paulo, n. 4, out., p. 101-105.

VERSIANI, Marçal. (1974). O significado do cômico e do riso na obra de Bergson. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, Ano 68, n. 01, jan.fev.

Manuais e dicionários:

Novo manual da Redação. (1992). São Paulo: Folha de São Paulo.

Manual da Redação da Folha de S. Paulo (2001). São Paulo: Publifolha.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa - dicionário virtual. Disponível em: <http://houaiss.uol>.

Dicionário Michaelis – dicionário virtual da língua inglesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>

CUNHA, Antônio Geraldo. (1986). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Páginas consultadas da Internet:

<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=violencia&styp=k>. Acesso em 13/03/08.

<http://lucysite.vilabol.uol.com.br/sociedade.html>. Acesso em 04/06/08.

<http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/janus/05.html#romeu>. Acesso em 13/06/08.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/futuro.shtml>. Acesso em 04/02/08.

http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm. Acesso em: 28/01/08.

http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml. Acesso em: 04/02/08.

http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_m.htm. Acesso em 04/02/08.

http://www.terra.com.br/istoegente/152/entrevista/index_2.htm. Acesso 06/02/08.

<http://www2.uol.com.br/josesimao/biografia.htm>. Acesso em: 05/01/08.

ANEXOS